UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL – PPGDIR

MARINA MINASSA MANZANO

AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO AOS PRECEDENTES: novos rumos sobre a aplicabilidade do Enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

VITÓRIA/ES
2024

MARINA MINASSA MANZANO

AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO AOS PRECEDENTES: novos rumos sobre a aplicabilidade do Enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito Processual, da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Processual.
Linha de pesquisa: Justiça, Processo e Constituição.
Orientador: Prof. Dr. Thiago Ferreira Siqueira

VITÓRIA/ES
2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Manzano, Marina Minassa, 1988-
M296a Ação Rescisória por violação aos precedentes : novos rumos sobre a aplicabilidade do Enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal / Marina Minassa Manzano. - 2024.
122 p.

Orientador: Thiago Ferreira Siqueira.
Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Processo civil. 2. Precedentes judiciais. 3. Súmulas (Direito). I. Siqueira, Thiago Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 340

MARINA MINASSA MANZANO

AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO AOS PRECEDENTES: novos rumos sobre a aplicabilidade do Enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito Processual, da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Processual.

Aprovada em: 29/05/2024

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Thiago Ferreira Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

_____

Prof. Dr. Flavio Cheim Jorge

_____

Prof. Dr. Tiago Figueiredo Gonçalves

_____

Prof. Dr. Elie Pierre Eid

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA MESTRANDA MARINA MINASSA MANZANO

Às 15 horas do dia 29 do mês de maio do ano de 2024, via webconferência, reuniu-se a Banca Examinadora assim composta: Prof. Dr. Thiago Ferreira Siqueira (orientador); Prof. Dr. Flavio Cheim Jorge (membro interno); Prof. Dr. Tiago Figueiredo Gonçalves (membro interno); Prof. Dr. Elie Pierre Eid (membro externo - USP); para a sessão pública de Defesa de Dissertação da mestranda MARINA MINASSA MANZANO com o tema: "AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO AOS PRECEDENTES: NOVOS RUMOS SOBRE A APLICABILIDADE DO ENUNCIADO 343 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL". Presentes os membros da banca e a examinanda, o presidente deu início a sessão, passando a palavra a aluna; após exposição de 20 minutos por parte da examinanda, os membros da banca formularam as suas arguições, as quais foram respondidas pela aluna; em seguida, o presidente da sessão solicitou que os presentes deixassem a sala virtual para que a banca pudesse deliberar; ao final das deliberações, o presidente da sessão convocou a mestranda e os interessados para ingressarem na sala; com a palavra, o presidente da banca leu a decisão da banca que resultou a:

X	**APROVAÇÃO** da examinanda; por fim, o presidente da sessão alertou que a aprovada somente terá direito ao título de Mestre após a entrega da versão final de sua dissertação em meio digital à Secretaria do Programa e da homologação do resultado da defesa pelo Colegiado Acadêmico do PPGDIR/UFES.
	REPROVAÇÃO da examinanda; por fim, o presidente da sessão alertou que a aluna deverá verificar no Regimento do PPGDIR/UFES quais os efeitos desta decisão, devendo eventuais requerimentos serem dirigidos por escrito à coordenação do PPGDIR/UFES.

Conforme decisão do Colegiado Acadêmico do dia 29.09.2023, os conceitos dos campos acima passaram a seguir a seguinte métrica: 0,0 (zero) a 6,9 (seis vírgula nove) = REPROVADO; 7,0 (sete) a 10,0 (dez) – APROVADO.	**NOTA**
	7,5

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
THIAGO FERREIRA SIQUEIRA - SIAPE 3154500
Departamento de Direito - DD/CCJE
Em 09/06/2024 às 20:50

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/935350?tipoArquivo=O

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
TIAGO FIGUEIREDO GONCALVES - MATRÍCULA 2723721
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Direito Processual
Em 10/06/2024 às 07:47

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/935402?tipoArquivo=O

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

RESUMO

A consolidação do Código de Processo Civil através da Lei 13.105, promulgada em 16 de março de 2015, determinou a inauguração de uma nova era do sistema processual civil. Dentre as diversas inovações e modificações realizadas, a ação rescisória passou a prever a hipótese de cabimento contra decisão que viola manifestamente norma jurídica. Ao mesmo tempo, o CPC/2015 instituiu importantes alterações que aprimoraram o sistema de precedentes. Com base nesse novo contexto, muitas discussões surgiram, com especial envolvimento da teoria da interpretação do direito, teoria dos precedentes, norma jurídica e do enunciado da súmula 343 do Supremo Tribunal Federal. O presente estudo tem o escopo de analisar a aplicabilidade do enunciado da súmula 343 do STF, como instrumento de controle à ação rescisória fundamentada no artigo 966, V do CPC/2015, a partir da atual teoria dos precedentes, da teoria da interpretação e do contexto histórico de origem e aprovação do enunciado da súmula.

Palavras-chave: Direito Processual Civil; ação rescisória; precedentes; vinculatividade; enunciado da súmula 343 do Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

The consolidation of the Code of Civil Procedure through Law 13.105, enacted on March 16, 2015, ushered in a new era in the civil procedural system. Among the various innovations and changes made, the rescissory action now has the possibility of being brought against a decision that manifestly violates a legal rule. At the same time, the CPC/2015 instituted important changes that improved the system of precedents. Based on this new context, many discussions have arisen, with special involvement of the theory of interpretation of the law, the theory of precedents, the legal norm and Supreme Court precedent 343. The purpose of this study is to analyze the applicability of STF Precedent 343 as a control instrument to the “ação rescisória” based on article 966, V of the CPC/2015, based on the current theory of precedents, the theory of interpretation and the historical context of the origin and approval of the precedent.

Keywords: Civil procedural law; rescission action; precedents; binding nature; Supreme Court precedent 343.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO……..……10
1 AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO À NORMA JURÍDICA.....14
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....14
1.1.1 Ação Rescisória por violação à literal disposição de lei (Código de Processo Civil de 1939).....14
1.1.2 Ação rescisória por violação à literal disposição de lei (Código de Processo Civil de 1973).....19
1.2 Ação rescisória por manifesta violação à norma jurídica (Código de Processo Civil de 2015).....23
1.2.1 Justificativas acerca da ampliação legal prevista no Código de Processo Civil de 2015: a crise do sistema, igualdade de tratamento perante o Direito e a segurança jurídica.....25
1.2.2 Distinção entre texto e norma.....26
1.2.3 Ofensa à norma jurídica.....26
1.2.4 Princípios.....27
1.2.5 Precedentes.....27
1.2.6 Configuração de "manifesta violação".....31
2 Ação rescisória e precedentes.....33
2.1 Distinção necessária: jurisprudência, súmula e precedentes.....33
2.1.1 Juriprudência.....35
2.1.2 Enunciado de súmula.....37
2.1.3 O Código de Processo Civil de 2015 e as repercussões ao atual modelo de precedentes sob a perspectiva da ação rescisória prevista no artigo 966, inciso V.....40
2.1.3.1 Tese ampliavita *versus* tese restritiva.....45
3 A APLICABILIDADE DO ENUNCIADO 343 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A PARTIR DO SISTEMA DE PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....51
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....52
3.1.1 Origem e a aprovação do enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em 1963.....52

3.1.3 O enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Civil de 1939.....63
3.1.4 O enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Civil de 1973.....64
3.1.5 O enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988.....69
3.1.6 O enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Civil de 2015.....82
3.2 O ATUAL CONTEXTO DO SISTEMA DE PRECEDENTES E A APLICABILIDADE DO ENUNCIADO 343 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....84
3.2.1 A aplicabilidade da Súmula 343 do STF e a divergência na interpretação do Direito entre Tribunais sem ocorrência de precedente vinculante do STF ou STJ ao tempo da prolação da decisão rescindenda.....86
3.2.2 A aplicabilidade da Súmula 343 do STF e a divergência na interpretação do Direito entre Tribunais sem ocorrência de precedente vinculante do STF ou STJ ao tempo da prolação da decisão rescindenda, mas com posterior precedente obrigatório de tribunal superior após o trânsito em julgado.....92
3.2.3 A aplicabilidade da Súmula 343 do STF e a divergência na interpretação do Direito entre Tribunais com ocorrência de precedente vinculante do STF ou STJ ao tempo da prolação da decisão rescindenda.....100
3.2.4 A aplicabilidade da Súmula 343 do STF e a divergência na interpretação do Direito entre Tribunais com ocorrência de precedente vinculante do STF ou STJ ao tempo da prolação da decisão rescindenda, mas com posterior precedente novo obrigatório após o trânsito em julgado.....105
4 CONCLUSÃO.....112
REFERÊNCIAS.....115

INTRODUÇÃO

A consolidação do Código de Processo Civil através da Lei 13.105, promulgada em 16 de março de 2015, determinou a inauguração de uma nova era do sistema processual civil.

Dentre as diversas inovações e modificações realizadas, a ação rescisória passou a prever a hipótese de cabimento contra decisão que viola manifestamente norma jurídica.

Diante disso, a nova previsão determinou expressiva alteração do Código de Processo Civil de 1973, o qual limitava o cabimento da ação rescisória apenas às decisões que violassem “literal dispositivo de lei”, assim como estava previsto no Código de Processo Civil de 1939.

Ao mesmo tempo, dentre as modificações realizadas, o CPC/2015 instituiu importantes alterações que aprimoraram o sistema de precedentes, o que para alguns doutrinadores é denominado de “sistema de precedentes à brasileira”.

A previsão de ação rescisória fundada em manifesta violação à norma jurídica, associada ao ambiente normativo que impõe maior relevância ao sistema de precedentes, passa a viabilizar a busca pela concretização de uniformidade, essencial ao tratamento igualitário dos casos, maior alcance ao princípio da legalidade e ao princípio da segurança jurídica, além de reduzir a atuação discricionária, e amplificar a celeridade e a economia processual.

Com base nesse novo contexto, muitas discussões surgiram, com especial envolvimento da teoria da interpretação do direito, teoria dos precedentes, norma jurídica e do enunciado da súmula 343[1] do Supremo Tribunal Federal.

Diante disso, passa a ser relevante a análise sobre a possibilidade de sustentar a aplicabilidade do enunciado da súmula 343 do STF, como instrumento de controle à ação rescisória fundamentada no artigo 966, V do CPC/2015, a partir da atual teoria dos precedentes, da teoria da interpretação e do contexto histórico de origem e aprovação do enunciado da súmula 343 do Supremo Tribunal Federal.

---

[1] Súmula 343, STF: Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n° 333**. Brasília, DF. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula343/false. Acesso em: 15 de fev. 2024).

Importante destacar que a área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Direito Processual, qual seja, “Justiça, Processo e Constituição”, e o objeto do estudo realizado estão estreitamente relacionados, pois o tema “ação rescisória” reflete a necessária compreensão de questões relacionadas à justiça e processo, e os precedentes, além dos outros temas que serão tratados, estão muito vinculados à menção da área de concentração do Programa “Constituição”.

Desse modo, o objeto atende, integralmente, a área de concentração do PPGDIR/UFES, pois, em breve resumo, versa sobre ação rescisória, precedentes, aplicabilidade de súmula, segurança jurídica e justiça das decisões.

Ademais, a pesquisa visa identificar critérios, tanto na doutrina como na jurisprudência, quanto ao conteúdo normativo previsto no artigo 966, V do CPC/2015; a correlação dos precedentes com a nova previsão; percorrer o contexto histórico, a partir da análise de diversos julgados do STF que relacionam a ação rescisória e o desenvolvimento da jurisprudência no tempo até a criação do enunciado da súmula 343 do STF, bem como a partir do CPC/2015; e a aplicabilidade do enunciado da súmula 343 do Supremo Tribunal Federal em relação a determinadas circunstâncias que podem ser observadas a partir do atual sistema de precedentes.

A discussão bibliográfica, base do suporte do problema investigado, pode ser identificada a partir da discussão sobre a manutenção da aplicabilidade do enunciado da súmula 343 do STF: parte da doutrina entende pela aplicabilidade da súmula; outra parte da doutrina pela inaplicabilidade; e um terceiro posicionamento compreende que a aplicação da súmula deve ser mitigada, e será aplicada a partir de determinadas circunstâncias.

Somado ao estudo, o desenvolvimento da questão no Supremo Tribunal Federal, bem como a identificação de decisões do Superior Tribunal de Justiça, se torna primordial à análise do alcance e impacto da súmula 343 do STF no contexto da ação rescisória fundada na violação manifesta de norma jurídica.

A expectativa em relação ao funcionamento do novo sistema de precedentes, especialmente no âmbito das ações rescisórias, consiste na busca pelo equilíbrio entre a celeridade e efetividade, e, ao mesmo tempo, o respeito aos precedentes, com o objetivo de racionalizar o sistema através de decisão mais justa, da confiança das decisões e viabilizar a busca à efetiva realização da segurança jurídica, institutos relevantes ao Estado Democrático de Direito.

Vale destacar que, não é possível identificar um tratamento uniforme sobre a questão, tanto no aspecto doutrinário, quanto em relação ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

A nova redação relacionada ao cabimento da ação rescisória com base em violação à norma jurídica, objetiva a maior uniformidade, essencial ao tratamento igualitário dos casos e ao combate à discricionaridade, direcionamentos estes muito presentes no Código de Processo Civil de 2015 que devem, no entanto, estar correlacionados com o princípio da segurança jurídica.

Objetivamente, a metodologia de investigação utilizada na pesquisa ocorreu através da doutrina geral e especializada no tema, inclusive com conteúdo histórico, bem como a vinculação do tema com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Dentro da metodologia também está inserida a análise investigativa do tema proposto através dos principais referenciais teóricos acadêmicos e dos diversos entendimentos divergentes que circundam a temática escolhida, como já sinalizada a expressiva divergência doutrinária e jurisprudencial identificada através da aplicação do enunciado da súmula 343 do STF.

Além disso, dentro da metodologia proposta está inserida a análise da teoria da interpretação e dos precedentes, com viés na redação do CPC/2015 que permitiu a ampliação do cabimento da ação rescisória (artigo 966, V).

Dentro dessa sistemática, também foi analisada a legislação aplicável e o referencial teórico vinculado.

A divisão do trabalho ocorreu em três capítulos, sendo os dois primeiros muito relacionados ao desenvolvimento do contexto histórico e estudo conceitual, e o terceiro totalmente direcionado ao estudo do enunciado da súmula 343 do STF.

O primeiro capítulo trata do desenvolvimento do contexto histórico da ação rescisória por violação à norma jurídica, desde o Código de Processo Civil de 1939 até o Código de Processo Civil de 2015.

Além disso, trata sobre a mudança normativa relacionada ao cabimento da ação rescisória por violação à literal disposição de lei, e o contexto de consolidação do enunciado da súmula 343 do STF, sendo a primeira decisão de 1959 que deu origem à súmula, criada em 1963, com o enunciado que diz que “Não cabe ação

rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.”.

Partindo dessa linha de raciocínio, o capítulo aborda a dificuldade na utilização da ação rescisória como instrumento de impugnação de decisão que violava dispositivo de lei, considerando o conteúdo do enunciado da súmula 343 do STF.

A partir desse contexto, e até como uma forma de adaptação da norma ao atual sistema de precedentes, o capítulo relaciona a mudança significativa ocorrida a partir do Código de Processo Civil de 2015 quanto ao cabimento de ação rescisória contra decisão de mérito que viola manifestamente norma jurídica.

Outro ponto importante do primeiro capítulo dispõe sobre a identificação do significado de “manifesta violação”.

Prosseguindo no estudo, o segundo capítulo foi dedicado às considerações sobre o cabimento da ação rescisória em face de decisão de mérito, com trânsito em julgado, que viola precedente, bem como sobre a diferenciação dos conceitos de jurisprudência, súmula e precedentes.

Além disso, foram fixadas as premissas para diferenciar os precedentes vinculantes daqueles não vinculantes, e as teses ampliativas e restritivas quanto à vinculação que, por exemplo, para Nelson Nery e Rosa Nery é limitada à súmula vinculante, mérito de ADIN e ADC, e recurso providos em caso concreto.

Dentro desses parâmetros e a partir das premissas mencionadas, o terceiro capítulo trata, exclusivamente, da súmula 343 do STF, a partir do seu contexto histórico de criação e aplicabilidade, de acordo com a atual previsão que fundamenta o cabimento da ação rescisória para desconstituir decisão a partir de diferentes contextos relacionados ao atual sistema de precedentes, quais sejam: quando não há precedente vinculante do STF ou STJ ao tempo da prolação da decisão rescindenda; quando não há precedente vinculante anteriormente ao trânsito em julgado, mas com verificação de posterior formação de precedente do STJ ou STF após o trânsito em julgado; quando existente o precedente vinculante do STF ou STJ anteriormente ao trânsito em julgado; e com a formação de outro precedente vinculante posteriormente ao trânsito em julgado da decisão que se pretende rescindir.

1 AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO À NORMA JURÍDICA

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

1.1.1 Ação Rescisória por violação à literal disposição de lei (Código de Processo Civil de 1939)

Em matéria relacionada à desconstituição de julgados, o direito brasileiro sofreu forte influência europeia, não obstante as diversas transformações realizadas.

Alguns autores identificam na ação rescisória um rescaldo histórico, a partir da experiência europeia, fundamentado na herança "da *restitutio in integrum* do direito romano, da *querela nullitatis* do direito medieval italiano e das vicissitudes da revista de justiça da *viam nullitatis* do direito medieval lusitano" [2].

Consagrada no Decreto n.º 737 de 1850[3], a ação rescisória passou a ter aplicabilidade ao processo nas causas cíveis, a partir de 1890, através do Decreto n.º 763[4], com previsão de "nulidade" das sentenças proferidas por "juiz incompetente, suspeito, peitado ou subornado" (artigo 680, §1º), ou "contra a expressa disposição da Legislação Commercial (Art. 2º)" (artigo 680, §2º).

A redação consolidada no dispositivo citado, com determinação de "expressa disposição legal", resistiu por muitos anos, diante da manutenção da redação tanto no Código de Processo Civil 1939 (CPC/1939), quanto no Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973).

Apesar do forte apelo doutrinário, a mudança na redação ocorreu apenas a partir do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) e, conforme será abordado, se tornou um terreno fértil para inúmeras discussões e teorias.

O Decreto n.º 737/1850 também serviu de inspiração para a redação consolidada no CPC/1939, com previsão do cabimento da ação rescisória para

---

[2] MARINONI, Luís Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 67.

[3] BRASIL, Decreto 737 (1850). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-737-25-novembro-1850-560162-publicacaooriginal-82786-pe.html. Acesso em: 18 de fev. 2023.

[4] BRASIL, Decreto 763 (1890). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d763.htm. Acesso em: 18 de fev. 2023.

decretação da “nulidade” da sentença de acordo com as hipóteses relacionadas no artigo 798[5].

Além da influência europeia, Cândido Rangel Dinamarco[6] sustenta a adoção de técnicas já relacionadas ao direito norte-americano, aplicadas no CPC/1939, a partir da análise dos fundamentos apresentados na Exposição de Motivos “especialmente no que diz respeito à valorização da figura do juiz e seus poderes inquisitivos”.

A polêmica que circunda o cabimento da ação rescisória com fundamento, a partir do CPC/2015, em face de decisão de mérito que “viola manifestamente norma jurídica”, está presente desde o advento do CPC/1939, que deixou inalterado o termo “expressa disposição legal” já utilizado no Decreto n.º 737 de 1850, o que impôs divergências quanto à abrangência do termo.

De acordo com o entendimento mais restritivo, a compressão de “literal disposição de lei” estava relacionada apenas à violação do direito material, pois o código apresentava, de maneira esparsa, as disposições expressas vinculadas ao direito processual, o que impedia o intérprete de considerar outras hipóteses de rescisão da sentença, diante de violação do direito processual, entendimento este minoritário, tendo em vista a limitação imposta para fins de utilização do instrumento[7].

Além das considerações conceituais acerca da abrangência do termo – conforme dito, questão que ainda é resultado de inúmeras teorizações – o CPC/1939 era criticado pela utilização do termo “nulidade” da sentença.

A terminologia era reconhecidamente utilizada para enumerar os casos de rescindibilidade, e não nulidade. Por assim dizer, eram sentenças válidas, mas rescindíveis. Diferentemente, a sentença nula proferida contra literal disposição de lei, sanada, não ficaria sujeita à rescindibilidade. Vale mencionar que, apesar de

---

[5] Art. 798. Será nula a sentença: I – quando proferida: a) para juiz peitado, impedido, ou incompetente racione material e; b) com ofensa à coisa julgada; c) contra literal disposição de lei. II – quando o seu principal fundamento for prova declarada falsa em Juízo criminal, ou de falsidade inequívocamente apurada na própria ação rescisória. (Redação dada pela Lei nº 70, de 1947). (BRASIL. **Institui o Código de Processo Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1939).

[6] DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., v. I, Salvador: JusPODIVM, 2020, p. 364-365.

[7] DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., v. I, Salvador: JusPODIVM, 2020, p. 424.

consolidado entendimento doutrinário, tal equívoco restou superado apenas a partir do CPC/1973[8].

A partir de uma análise global do CPC/1939, há convergência para identificação do início de um processo evolutivo dentro do direito processual brasileiro, no entanto, como muito bem salientou Cândido Rangel Dinamarco[9] "as três décadas de sua prática bastaram para mostrar as deficiências que apresentava, mesmo no plano da técnica legislativa – especialmente no trato de certos institutos".

Dentro desse contexto, em 1959, surgiu o primeiro precedente que originou o enunciado da súmula 343, aprovada em sessão plenária Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 1963, sendo sua aplicabilidade até hoje matéria de controvérsia doutrinária e jurisprudencial.

O enunciado dispõe o seguinte: "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais".

Consolidada através do Recurso Extraordinário n.º 41.407[10], interposto nos autos da ação rescisória, a decisão proferida pela segunda Turma do STF tratava do cabimento de recurso *ex officio* em face da decisão de concessão do *writ* nos autos do Mandado de Segurança, mesmo anteriormente à vigência da lei 1553/51, e da inobservância do artigo 822, p. único, inciso III[11], tendo em vista o não conhecimento de recurso voluntário da União pelo Tribunal Federal de Recursos, com fundamento na intempestividade.

Ao decidir pelo não conhecimento do recurso, os Ministros argumentaram que "a interpretação diversa, dada a dispositivo legal que tornaria, ou não, obrigatório o recurso de ofício, não constitui decisão contrária a texto expresso em lei". Por este motivo, não estaria configurada a hipótese prevista no artigo 798 do CPC/39, sendo o entendimento do Tribunal harmonioso sobre a questão.

---

[8] Pontes de Miranda em crítica à terminologia adotada pelo CPC/1939: MIRANDA, Pontes de. **Tratado da ação rescisória:** das sentenças e de outras decisões. Atualizado por Nelson Nery Júnior e Geogers Abboud. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 250.

[9] DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., v. I, Salvador: JusPODIVM, 2020, p. 364.

[10] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 41407-DF, Relator: Ministro Antonio Villas Boas, DJ: 03/09/1959. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur59794/false. Acesso em: 02 out. 2023.

[11] Art. 822. A apelação necessária ou ex-officio será interposta pelo juiz mediante simples declaração na própria sentença. (BRASIL. **Institui o Código de Processo Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1939).

Com base no conteúdo da decisão proferida, a ementa foi registrada nos seguintes termos: “A interpretação diversa dada a dispositivo legal não explícito, não dá fundamento para a rescisória, pois esta cabe quando há ofensa à literal disposição de lei, e não no caso de divergência jurisprudencial”.

Mais adiante, em abril de 1963, pautado como precedente que antecedeu à criação do enunciado da súmula 343 do STF, o acórdão proferido também pela então segunda turma do STF, à unanimidade, deu provimento ao recurso extraordinário n.º 50.046[12] para julgar improcedente a ação rescisória proposta.

A decisão estava relacionada com a interpretação admitida para o artigo 76 da lei de falências, que tratava da restituição de coisa arrecadada em poder do falido, em virtude de direito real ou de contrato.

O recorrente ponderou interpretações divergentes do STF, acerca da possibilidade de restituição em falência da coisa arrendada em poder do falido, e apenas o “dinheiro identificável” estava inserido nessa classificação. Ou melhor, havia controvérsia sobre a possibilidade de restituição de moeda corrente no juízo da falência.

Seguindo a linha do entendimento anterior da turma, a nova decisão proferida ponderou a inexistência de ofensa a “literal disposição de lei”, sob o argumento de que o elastecimento da interpretação do artigo 798, I, alínea “c” do CPC/39, ocasionaria no acréscimo de um “mecanismo geral dos recursos, um recurso ordinário com prazo de cinco anos na maioria dos casos decididos pela justiça”.

E conclui:

> [...] a má interpretação que justifica o *iudicium rescindena* há de ser de tal modo aberrante do texto que equivalha à sua violação literal. A Justiça nem sempre observa, na prática quotidiana, esse salutar princípio, que, entretanto, devemos defender, em prol da estabilidade das decisões judiciais.

A ementa, por sua vez, restou consolidada no seguinte sentido: “Para corrigir interpretação de lei, possivelmente errônea, não cabe ação rescisória”.

---

[12] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 50046-RJ, Relator: Ministro Victor Nunes, DJ: 14/06/1963. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur64002/false. Acesso em: 02 out. 2023.

Por fim, anteriormente a aprovação da súmula, a última decisão foi proferida nos autos da Ação Rescisória n.º 602[13] que, por maioria de votos, recebeu os embargos infringentes para julgar improcedente a ação rescisória.

Em resumo, foram opostos embargos nos autos da ação rescisória, esta, por sua vez, visava cassar decisão que reconheceu a intempestividade de recurso, em razão da interpretação dada aos artigos 3º e 4º da Lei n.º 1.408/51, sob o argumento da impossibilidade de cumulação de prazos com dilação reconhecida para apenas uma dilação e um dia de prazo.

O Ministro Relator, Gonçalves de Oliveira, ao proferir o seu voto, recebeu os embargos para julgar improcedente a ação rescisória.

Salientou a impossibilidade de reconhecimento da ação rescisória como sucedâneo recursal, bem como o dever do Tribunal de não "apreciar qual a melhor interpretação da lei, mas, se a decisão rescindenda é nula por violação manifesta e desenganada da lei". Por este motivo, compreendeu que "a questão foi decidida de acordo com a orientação então seguida pelo Supremo Tribunal, interpretando a lei, e sem ocorrência de qualquer violação", o que determinou a improcedência da ação rescisória.

Na qualidade de revisor, o Ministro Victor Nunes, entendeu pelo não recebimento dos embargos e consequente procedência da ação rescisória, tendo em vista a definição de orientação do Tribunal acerca da aplicabilidade dos artigos 3º e 4º da Lei n.º 1.408/51.

Após a realização dos debates, o Ministro Pedro Chaves acompanhou o relator, reforçou o seu entendimento a partir do argumento de que "não houve violação da lei porque se tratava de interpretação duvidosa na ocasião, e isso não importa em invalidade do texto da lei".

Acompanhou o voto revisor, o Ministro Ribeiro da Costa, no entanto, por maioria, venceu o voto do relator para julgar improcedente a ação rescisória.

A partir da decisão proferida, a seguinte ementa restou consolidada:

> Ação rescisória. Questão de prazo. Matéria controvertida. A rescisória não é cabível para dirimir matéria controversa decidida, em amplo debate, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal. Não se tratava de sentença nula, por violação da lei. Embargos recebidos para julgar-se a ação improcedente.

[13] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 602-El/RJ, Relator: Ministro Gonçalves de Oliveira, DJ: 11/06/1964. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur211558/false. Acesso em: 02 out. 2023.

É indiscutível que o alicerce do enunciado da súmula 343 do STF refletia um objetivo da Suprema Corte em estreitar o cabimento da ação rescisória a partir da interpretação dada à "literal disposição de lei"[14], visando ao fortalecimento da coisa julgada, princípio da legalidade e segurança jurídica[15].

No entanto, com o passar dos anos e a partir das inúmeras mudanças de contexto, a aplicabilidade do enunciado da súmula passou a ser muito questionada, tanto em relação ao alargamento, quanto para a maior limitação da sua aplicabilidade, e é exatamente dentro desse contexto que servirá o presente estudo, especialmente diante da expressiva alteração da legislação processual, a partir do CPC/2015, quando passou a prever o cabimento de ação rescisória em face de decisão de mérito que "viola manifestamente norma jurídica".

1.1.2 Ação rescisória por violação à literal disposição de lei (Código de Processo Civil de 1973)

Consolidado, o Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973) buscou o aperfeiçoamento técnico do sistema processual civil[16].

---

[14] Ponderou Marinoni e Mitidiero que "[...] essa súmula – verdadeiro ponto-chave encontrado para a solução da ação rescisória baseada em 'violação a disposição de lei' – não só constitui admissão de que o texto legal pode abrir oportunidade a várias interpretações, como também de que a violação de disposição de lei é a negação da 'clara e tranquila' interpretação da lei. Isso demonstra que a súmula distinguiu o enunciado do discurso das fontes do enunciado do discurso do intérprete, dissociando disposição de lei ou texto de interpretação ou norma". Em resumo, identificam a problemática da ação rescisória fundamentada na violação à dispositivo de lei ao fato de que "[...] um mesmo texto legal pode dar origem a uma multiplicidade de normas jurídicas". (MARINONI, Luís Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 193).

[15] Neste sentido, Welder Queiroz dos Santos, registra que "[...] a preocupação, naquele momento histórico, não era só com a justiça do caso concreto, mas também com a estabilidade das decisões judiciais (ou seja, com a segurança jurídica), uma vez que o direito de rescisão dos julgados possuía um prazo decadencial de cinco anos na vigência do CPC/1939". (SANTOS, Welder Queiroz dos. **Ação Rescisória por Violação a Precedente.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 221).

[16] Dinamarco sustentou que o aperfeiçoamento objetivado em relação ao CPC/1973, foi perseguido "pelo presidente Jânio Quadros, que em 1961 encarregou um destacado processualista brasileiro, o prof. Alfredo Buzaid, de elaborar o anteprojeto de um novo Código de Processo Civil. O anteprojeto assim elaborado fez-se lei em 1973, sob os auspícios do mesmo Alfredo Buzaid, então Ministro da Justiça. Por essas razões foi inicialmente conhecido como *Código Buzaid* – mas é de justiça ressaltar o trabalho lúcido e empenhado do relator do projeto no Congresso Nacional, o senador paranaense Accioly Filho. A vigência do Código de 1973 propiciou a *sexta fase legislativa* do processo civil brasileiro". (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., v. I, Salvador. JusPODIVM. 2020, p. 365).

Especificamente em relação às ações rescisórias, a terminologia expressa no antigo CPC/1939, a qual mencionava a “nulidade” da sentença, foi substituída pela correta compreensão do termo “rescindida”, questão que já estava superada pela doutrina e pelos tribunais.

No entanto, permaneceu a utilização da expressão “violar literal disposição de lei”, o que correspondia no antigo código à “nulidade” de sentença proferida “contra literal disposição de lei”.

A primeira diferenciação relevante está relacionada à mudança da redação para possibilitar a rescindibilidade de “sentença de mérito”.

O entendimento consolidado da doutrina[17] sustentava a compreensão do termo “sentença de mérito” de maneira extensiva, com a inclusão de todo o tipo de decisão de mérito, como acórdãos, decisões monocráticas e interlocutórias, excepcionadas aquelas com expressa vedação legal[18].

Importante discussão, no entanto, permaneceu relacionada ao alcance do termo “literal disposição de lei”, sendo amplamente difundido o aprofundamento das posições relacionadas ao tema.

Adepto à teoria ampliativa do conceito de “literal violação de lei”, Pontes de Miranda[19] defendeu o desapego ao adjetivo “literal”, posição especialmente fundamentada na então denominada Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, artigo 4º, ao determinar que “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”.

Segundo o autor, a dificuldade quanto à delimitação da “literal disposição de lei” está vinculada àqueles textos não escritos, em solução de controvérsias jurídicas com a aplicação do direito *secundum legem, praeter legem* ou *contra legem.*

Compreende que mesmo nos casos de aplicação do direito *secundum legem,* o intérprete também está sujeito a identificação de “mais de uma significação e dois ou mais juízes, julgando diferentemente, se creem a decidir *secundum legem*”[20].

---

[17] NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 785.

[18] Acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) ou em ação declaratória de constitucionalidade; acórdão proferido em ADPF e decisões proferidas em sede de juizado especial.

[19] MIRANDA, Pontes de. **Tratado da ação rescisória:** das sentenças e de outras decisões. Atualizado por Nelson Nery Júnior e Geogers Abboud. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 318.

[20] MIRANDA, Pontes de. **Tratado da ação rescisória:** das sentenças e de outras decisões. Atualizado por Nelson Nery Júnior e Geogers Abboud. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 321.

Além disso, relaciona as decisões *praeter legem*, que ocorrem quando o conhecimento da lei é "*indireto, imperfeito* e *parcial* do direito", e se configura de acordo com as seguintes situações: "a) a lei, síntese admirável e fecunda, dê toda a realidade, todo o direito objetivo; b) todo o direito e mais do que todo o direito esteja na lei, ou, pelo contrário, que pouco se lhe encontre ou quase tudo esteja noutras fontes e manifestações da realidade e da verdade jurídicas; e c) apesar da existência material (proposição escrita) e *espiritual* (intenção) da lei, nenhuma verdade possa tirar-se dela". Significa dizer que, em qualquer dos sentidos vinculados, o juiz se manifesta fora do conteúdo "imediato" da lei, mas não contra a lei[21].

Reforça o seu posicionamento ampliativo, ao defender que a "violação à literal disposição de lei" ocorre também quando a interpretação realizada pelo juiz é *contra legem.* Em resumo, a atividade *contra legem* "elide, posterga, destrói a lei, no todo ou em parte; ou opõe a parte da lei ou a toda ela outra lei, que a torna nenhuma; ou ela declara que se lhe tem de corrigir aquilo que a sua letra diria".[22]

O debate proposto por Pontes de Miranda, muito bem representa o que outros doutrinadores defendiam na vigência do CPC/1973. Bem coloca a questão o autor ao dispor que "se o conteúdo fosse o de impor a 'letra' legal [...] seria a perfeição, em matéria de braço mecânico do legislador, braço sem cabeça, sem inteligência, sem discernimento".[23].

Na mesma linha, Barbosa Moreira compreendia, inclusive, que a expressão "direito em tese", deveria ser adotada em substituição à expressão "violar literal disposição de lei", sob o argumento de que

> o ordenamento jurídico evidentemente não se exaure naquilo que a letra da lei revela à primeira vista. Nem é menos grave o erro do julgador na solução da *questio iuris* quando afronte norma que integra o ordenamento sem constar literalmente de texto algum[24].

A crítica à redação da legislação era muito difundida na doutrina, e serviu de inspiração para adequar o termo ao direito moderno brasileiro.

---

[21] MIRANDA, Pontes de. **Tratado da ação rescisória:** das sentenças e de outras decisões. Atualizado por Nelson Nery Júnior e Geogers Abboud. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 322.
[22] MIRANDA, Pontes de. **Tratado da ação rescisória:** das sentenças e de outras decisões. Atualizado por Nelson Nery Júnior e Geogers Abboud. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 322.
[23] MIRANDA, Pontes de. **Tratado da ação rescisória:** das sentenças e de outras decisões. Atualizado por Nelson Nery Júnior e Geogers Abboud. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 324.
[24] MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao código de processo civil.** 17. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. V, p. 129.

Na mesma linha, Luiz Guilherme Marinoni pondera que havia a necessidade de superação da expressão utilizada, por representar "uma teoria da interpretação que há muito se mostrou incapaz de dar conta da realidade da atividade do intérprete e do juiz"[25].

A crítica do autor é consolidada a partir da análise do enunciado da Súmula n.º 343 do STF. Segundo Marinoni[26],

> [...] o ponto-chave encontrado para a solução do problema da ação rescisória baseada em "violação a literal disposição de lei", constitui expressa confissão de que o texto legal abre oportunidade a várias interpretações, de modo que só existiria violação quando determinada decisão divergisse da 'clara e tranquila' interpretação de um texto legal. Ora, tanto a admissão de que uma lei abre oportunidade a diversas interpretações, quanto à aceitação de que uma decisão só viola lei quando nega a sua interpretação clara e pacífica demonstram que há uma evidente necessidade de dissociação entre o enunciado legislativo e a interpretação-resultado. Se o vício da sentença rescindível só pode ser revelado em face da interpretação judicial, é no mínimo certo que a violação jamais é de literal disposição de lei, porém propriamente de sua 'devida' interpretação judicial[27].

Em resumo, a redação do antigo código, somada à divergência de interpretação das normas pelos tribunais, com amparo na súmula supracitada, era argumento suficiente para afastar a rescisão, no entanto, as razões efetivas para o afastamento não eram satisfatoriamente fundamentadas, até mesmo porque, dentro da linha de pensamento muito bem expressada por Luiz Gulherme Marinoni, a interpretação para fins de reconhecimento da "violação ao dispositivo legal" passou a ser aplicada de forma discricionária.

Dentro desse contexto, e considerando o já difundido posicionamento doutrinário para a modificação da legislação, o Código de Processo Civil de 2015

---

[25] MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ enquanto corte de precedentes:** recompreensão do sistema processual da corte suprema. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 237.

[26] MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ enquanto corte de precedentes:** recompreensão do sistema processual da corte suprema. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 238-239.

[27] O pensamento do autor é complementado a partir da análise da teoria de Hart: "[...] Trata-se da distinção entre zona de luz e zona de penumbra, realizada por Hart para demonstrar a validade da teoria normativista. Hart argumenta que, quando as normas estão na zona de luz, a interpretação é uma descrição. Contudo, a clareza não é um predicado do texto, mas uma qualidade que lhe é atribuível pelo intérprete. A clareza ou obscuridade de um enunciado depende de valoração, devendo ser resolvida no curso do raciocínio interpretativo; só depois de superada dá ao intérprete a possibilidade de chegar num resultado que advém imediatamente do texto ou a oportunidade de decidir sobre o seu significado. Isso quer dizer que, ainda que se repute um texto claro, há necessidade de valorar e decidir pela sua clareza, o que repele a ideia de interpretação meramente descritiva, a revelar uma norma antecedente à interpretação e, dessa forma, a eventualidade de uma violação a "literal disposição de lei". (MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ enquanto corte de precedentes:** recompreensão do sistema processual da corte suprema. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 239).

alterou, significativamente, a redação prevista no artigo 485, V do CPC/73, conforme será demonstrado no tópico a seguir.

1.2 Ação rescisória por manifesta violação à norma jurídica (Código de Processo Civil de 2015)

Conforme anteriormente dito, a mudança ocorrida no CPC/2015 estava amparada por boa parte do entendimento doutrinário observado desde a vigência do CPC/1939[28].

A nova redação, correspondente ao artigo 485, V do antigo CPC/1973, passou a considerar a possibilidade de rescindibilidade de decisões de mérito quando "violar manifestamente norma jurídica".

Muito bem ilustrou Cândido Rangel Dinamarco[29] que "a redação atual é mais técnica e aderente à realidade porque não somente a observância da lei é posta sob o abrigo da ação rescisória, mas a própria ordem jurídica como um todo".

Ainda sobre a questão, Eli Pierre Eid destaca a ocorrência de um movimento para a efetivação da atual alteração legislativa, amparada em fundamentos doutrinários, gradualmente acolhidos pela jurisprudência, com acolhimento parcial do modelo adotado pelo CPC/2015[30].

Neste sentido, o cabimento da ação rescisória com fundamento na violação à norma jurídica determinou uma maior adequação do termo ao atual sistema processual civil, mas deverá ser compreendido a partir da teoria da interpretação do direito, teoria dos precedentes e norma jurídica.[31]

---

[28] Eli Pierre Eid sustenta que, em relação às alterações produzidos a partir do CPC/1973 para o CPC/2015, "O art. 966 do CPC assimilou parte do entendimento doutrinário e jurisprudencial que defendia, sob a égide do diploma anterior, determinada interpretação a respeito de alguns incisos do art. 485, a fim de dar-lhes maior alcance. Assim se verifica diante da mudança entre ofensa a literal disposição de lei e violação manifesta à norma jurídica". (EID, Elie Pierre. **Impugnação das decisões judiciais:** reconstrução da relação entre recursos e ações autônomas de impugnação. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022, p. 426).

[29] DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., Salvador. JusPODIVM. 2020, v. V, p. 423.

[30] O autor ressalta, ainda, que "A despeito de críticas que possam ser feitas à dimensão das ações rescisórias, é importante frisar ser preferível a desconstituição das decisões judiciais transitadas em julgado nessas condições e sob o crivo do devido processo legal, no lugar de utilizar instrumentos outros para obter esse resultado" (EID, Elie Pierre. **Impugnação das decisões judiciais:** reconstrução da relação entre recursos e ações autônomas de impugnação. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022, p. 425).

[31] MARINONI, Luís Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 181.

1.2.1 Justificativas acerca da ampliação legal prevista no Código de Processo Civil de 2015: a crise do sistema, a igualdade de tratamento perante o Direito e a segurança jurídica

É possível constatar que não apenas em relação ao cabimento das ações rescisórias, mas também em relação à utilização de diversas técnicas e procedimentos, o CPC/2015 inovou, o que, na visão de Cândido Rangel Dinamarco[32], é natural ao processo moderno, pois visa uma melhor utilidade social e política.

Ao designar a estrutura processual contemporânea, Gustavo Osna, afirma que

> há insuficiência em afirmar de forma simplista que o processo civil possui natureza "instrumental" sem que se investigue quais os objetivos a que deve servir como instrumento. E essa construção revela uma substancial diferença entre o período liberal e o contexto contemporâneo. Tal alteração funcional, reflexo das mudanças no Estado e no direito material, tem sido gradativamente incutida em nossa doutrina, sustentando-se que atualmente o processo não deve estar restrito à resolução de litígios mediante a declaração da lei ao caso, pois ao menos a tarefa de pacificação pontual (mesmo quando mantida com exclusividade) seria atrelada a uma satisfação material efetiva[33].

De acordo com essa perspectiva, Hermes Zanetti Jr.[34] pondera que "a atuação do juiz é reconstrutiva dos significados dados pelo legislador ao texto da norma, inclusive na necessária atualização dos conteúdos normativos às alterações contextuais em razão do tempo, das mudanças sociais, etc".

O impacto do contexto para a mudança legislativa no país foi muito vinculado também ao aumento exponencial do volume de processos no Poder Judiciário, o que

---

[32] Segundo o autor, "A preocupação com a técnica processual leva os processualistas modernos a propor a revisitação dos institutos do processo (Barbosa Moreira), agora à luz das conquistas metodológicas das últimas décadas, submetendo-os a uma releitura capaz de dar-lhes modernidade e melhor utilidade social e política. O processo civil é sempre uma técnica – técnica de solução de conflitos – e como tal há de ser tratado. Questionar as técnicas vigentes e buscar seu aprimoramento ou substituição por outras não significa menosprezar o valor da técnica processual em si mesmo, mas revalorizá-la mediante sua compatibilização com os escopos do processo e com o desiderato de propiciar acesso à justiça (José Roberto dos Santos Bedaque). Jamais conhecerá verdadeiramente o direito processual aquele que se contentar com belas colocações ideológicas, menosprezando conceitos e ignorando os institutos e as estruturas básicas do sistema" (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., Salvador. JusPODIVM. 2020, v. V, p. 174).

[33] OSNA, Gustavo. **Direitos individuais homogêneos.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2014, p. 35.

[34] ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 184.

serviu de alavanca propulsora para reformas que objetivam maior celeridade, assim como ocorreu com a criação do CPC/2015[35].

Como importante meio de impugnação colocado à disposição pelo legislador, a hipótese de cabimento da ação rescisória, dentro do contexto da nova legislação, restou modificada para combater decisão que viola manifestamente norma jurídica, de modo que alterou sobremaneira a redação do CPC/1973, a qual limitava o cabimento da ação rescisória apenas às decisões que violassem "literal dispositivo de lei", mudança já muito difundida pelos doutrinadores.

A nova redação passa a viabilizar, inclusive, a busca pela concretização de maior uniformidade, essencial ao tratamento igualitário dos casos e ao combate às decisões discricionárias.

Segundo Welder Queiroz[36], a violação à igualdade se verifica a partir da ocorrência de "pronunciamentos judiciais que constroem normas jurídicas diferentes para situações idênticas ou normas jurídicas iguais para situações diferentes".

Atrelado a este conceito está a necessária identificação da segurança jurídica e confiança das decisões, o que significa dizer a existência, dentro do Estado Democrática de Direito de "baliza para a precisão e a determinabilidade das prescrições normativas, para a imposição de limites à sua vagueza ou indeterminação e para a aplicação do direito".[37]

Dentro desse contexto, a nova previsão legal quanto ao cabimento de ação rescisória por violação manifesta de norma jurídica, persegue a efetivação da racionalidade, isonomia, previsibilidade e efetividade do direito, conforme será tratado a seguir.

---

[35] A justificativa realizada pelo então Presidente do Senado, José Sarney, revela a intenção, ora pontuada, com a criação do novo código de processo civil "iniciamos a preparação de um anteprojeto de reforma do Código do Processo Civil. São passos fundamentais para a celeridade do Poder Judiciário, que atingem o cerne dos problemas processuais, e que possibilitarão uma Justiça mais rápida e, naturalmente, mais efetiva. A Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de novo Código do Processo Civil, nomeada no final do mês de setembro de 2009 e presidida com brilho pelo Ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, trabalhou arduamente para atender aos anseios dos cidadãos no sentido de garantir um novo Código de Processo Civil que privilegie a simplicidade da linguagem e da ação processual, a celeridade do processo e a efetividade do resultado da ação, além do estímulo à inovação e à modernização de procedimentos, garantindo o respeito ao devido processo legal". (BRASIL, Senado Federal. **Anteprojeto do novo código de processo civil.** Senado Federal: subsecretaria de edições técnicas, 2010).

[36] SANTOS, Welder Queiroz dos. **Ação Rescisória por Violação a Precedente.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 37.

[37] SANTOS, Welder Queiroz dos. **Ação Rescisória por Violação a Precedente.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 41.

1.2.2 Distinção entre texto e norma

A diferenciação entre texto e norma é questão evidente, com necessária vinculação do conteúdo para fins de aplicação do artigo 966, V do CPC/2015.

É possível sustentar que a norma é, na verdade, resultado da interpretação que se faz do texto ou do enunciado, e é a partir do texto que se extrai o sentido da norma.

Assim, pode-se dizer que quando "uma norma foi violada, o que se violou foi a interpretação dada à fonte do direito utilizada no caso".[38]

Os autores Marinoni e Mitidiero[39] colocam que

> a norma é exatamente o significado que o juiz atribui ao texto legal ao decidir. [...] a atribuição do sentido é consequência imediata, natural e inevitável do contato de alguém com qualquer enunciado. A clareza só facilita a transposição da linguagem das fontes para a linguagem do emissor.

A partir desse raciocínio e diferenciação, é possível sustentar que a norma jurídica deve corresponder à interpretação do texto realizada em determinado caso concreto.

Desse modo, a violação à norma jurídica (e não ao enunciado tão somete) se revela quando a interpretação do texto afrontar o sentido adequado (norma jurídica) a determinado sistema jurídico, o que, aliás, pode ocorrer em relação aos precedentes, conforme será tratado no capítulo seguinte.

1.2.3 Ofensa à norma jurídica

A abrangência do termo previsto no artigo 966, V do CPC, que determina a observância do requisito ofensa à norma jurídica para fins de rescindibilidade, está relacionada com violação à "lei ordinária ou complementar e a constituição federal, decretos, certos atos normativos, *etc.* Inclui também normas de direito estadual ou municipal, mas não disposições contratuais ou estatutárias de entes privados".[40]

---

[38] DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo da. **Curso de direito processual civil:** o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 622.

[39] MARINONI, Luís Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 190 e 191.

[40] DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., Salvador. JusPODIVM. 2020, v. V, p. 423.

Importante registrar que o conceito engloba também a norma extraída de precedente, sendo cabível a ação rescisória para impugnar decisão judicial de mérito que aplica equivocadamente a regra jurídica do precedente vinculante.

No entanto, a ação rescisória deve ser utilizada como meio subsidiário de impugnação das decisões judiciais, ou seja, apenas nas hipóteses em que não seja mais viável ou cabível o uso dos mecanismos à disposição do jurisdicionado nas instâncias ordinárias.

1.2.4 Princípios

Outra importante consideração, está relacionada à vinculação dos princípios ao conceito de normas jurídicas, logo, à rescindibilidade prevista no artigo 966, V do CPC.

Sobre a questão, Georgers Abboud e Nelson Nery[41] defendem que

> com a adoção da ideia de *normas jurídicas,* em lugar de *disposição de lei,* o novo Código supera a divergência outrora existente sobre ser cabível ou não a rescisória por violação de *princípio.* Se tanto regras (leis), como princípios são normas, restou certo que o regime atual autoriza rescisória para a violação manifesta tanto das regras legais como dos princípios gerais.

Na mesma linha, Nelson Nery Júnior e Rosa Nery[42] esclarecem que

> [...] Contemporaneamente, os princípios jurídicos tiveram sua importância aumentada na aplicação do direito, bem como para o deslinde do caso concreto. Assim, de acordo com a melhor doutrina, *os princípios jurídicos são elementos que contêm normatividade,* usufruindo de proteção processual, tanto quanto se trate de princípios sistemáticos ou construtivos do direito material, ou mesmo quando constituam máximas, parêmias e regras técnicas, como figuras fundamentais e comuns a todos os direitos civilizados, ou mesmo, quando consubstanciarem simples regras técnicas de pensamentos e trabalho jurídico.

A partir disso, compreende-se que os princípios estão relacionados como norma jurídica, portanto, cabível a rescindibilidade prevista no artigo 966, V do CPC.

1.2.5 Precedentes

---

[41] MIRANDA, Pontes de. **Tratado da ação rescisória:** das sentenças e de outras decisões. Atualizado por Nelson Nery Júnior e Geogers Abboud. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 353.
[42] NERY JR., Nelson Nery. NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 1948.

A partir dessa visão moderna do direito, com a expressiva modificação de técnicas processuais através do CPC/2015, os precedentes se tornam elemento fundamental dentro do contexto do presente estudo.

No capítulo seguinte serão traçados os pontos mais polêmicos relacionados aos precedentes nas ações rescisórias fundamentadas na violação à norma jurídica.

Ao presente tópico importa desenvolver alguns conceitos relacionados aos precedentes.

Em linhas gerais, Zanetti Jr.[43], traduz os precedentes como "[...] normas gerais, aplicáveis para todos, e concretas, ligadas às circunstâncias fáticas dadas no caso precedente". E complementa:

> O modelo de precedentes não é uma forma de liberar o juiz da lei, mas um método de vincular a discricionariedade do juiz na interpretação da lei, controlando a sua autoridade de forma democrática, tendo como parâmetro a universalização da decisão para os casos futuros (formação do precedente) e o já decidido nos casos anteriores (aplicação do precedente)[44].

Os precedentes visam, portanto, à busca pela efetiva consolidação do Estado Democrático de Direito, maior controle das decisões judiciais e equilíbrio do sistema[45].

Ao conceituar os precedentes, Zanetti Jr., os define no seguinte sentido:

> [...] os fundamentos determinantes universalizáveis externalizados no julgamento de um caso anterior aplicáveis para os casos futuros análogos ou similares independentemente de suas boas razões, desde que decididos pela autoridade competente para interpretar o direito para o caso e que vinculem a própria autoridade e todas as demais autoridades competentes para interpretar o direito a ela vinculadas, aderentes às circunstancias fáticas dos casos que deram origem à decisão e permitida sua excepcional superação somente pela autoridade que os estabeleceu[46].

Os precedentes são normas gerais e concretas que configuram regras a serem aplicadas em decisões, com efeitos normativos futuros que, para além da celeridade,

---

[43] ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, 346.
[44] ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 411.
[45] O autor, ao falar sobre a recepção do *stare decisis* que adota de forma "mitigada", sustenta que "Abandonar falsas certezas revela-se o imperativo dessa realidade, com a observância de uma necessária coerência jurídica e uma mudança de mentalidade, com relação ao direito como um todo, e ao processo civil, no particular". ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 233.
[46] ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 314-315.

objetivam assegurar a estabilidade, através do cotejo racional entre as decisões vinculadas aos precedentes e as decisões de casos futuros.

Ademais, os precedentes demandam uma vinculação horizontal e vertical[47], sendo a vinculação horizontal aquela que determina a observância da tese em casos análogos pelo próprio tribunal que julgou a matéria, ao passo que a vinculação vertical consiste na observância obrigatória pelos tribunais inferiores submetidos ao tribunal de hierarquia superior, responsável pela fixação do precedente.

O autor muito bem pondera que "o reconhecimento formal pela lei da força normativa dos precedentes é um passo decisivo no processo civilizatório jurídico, auxiliando nos processos culturais que poderiam levar muito tempo e apresentar, no seu desenvolvimento, menos garantias para os direitos fundamentais".[48]

Em relevante apontamento, Sofia Temer destaca que "[...] uma decisão poderá ser considerada precedente, se dela puder ser extraído um padrão decisório para julgamento de outros casos. Essa função exercida em relação aos casos julgados posteriormente é o que classifica a decisão como precedente.[49]

A expectativa em relação ao funcionamento do novo sistema de precedentes, especialmente no âmbito das ações rescisórias, consiste na busca pelo equilíbrio entre a celeridade e a efetividade. Ao mesmo tempo, o respeito aos precedentes, objetiva a racionalização do sistema através da decisão mais justa, e viabiliza a busca à efetiva realização da segurança jurídica.

Ademais, neste cenário persiste uma grande preocupação quanto ao distanciamento da discricionariedade, e alcance de maior isonomia. As principais

---

[47] Sobre a distinção entre precedentes verticais e horizontais, Zaneti Jr. dispõe que "[...] a primeira consolida-se na aplicação dos precedentes das Cortes Supremas, não significando que um juiz de tribunal é mais importante que um juiz de piso, mas que as funções exercidas são distintas. A segunda, por outro lado, representa a vinculação da própria Corte entre os juízes do passado (caso-precedente) e os juízes do presente (caso-atual), que devem seguir o princípio do *stare decisis.* [...] uma teoria dos precedentes exige a vinculação normativa entre o que foi decidido no momento presente – caso-atual, vinculação esta que deve ultrapassar a hierarquia vertical e atingir também a hierarquia horizontal com um *ônus argumentativo* forte em prol dos precedentes, isto é, com uma 'presunção a favor dos precedentes'" (ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 337-342).

[48] ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 362.

[49] TEMER, Sofia. **Incidente de resolução de demandas repetitivas.** 5ª ed. Salvador, JusPODIVM, 2022.

características dos precedentes revelam uma tentativa de racionalização das decisões e de tratamento uniforme de questões jurídicas.[50]

Por outro lado, Nelson Nery Jr. revela um olhar pessimista quanto à utilização desses novos conceitos, ao dispor que o exercício do julgamento está atrelado a características de cunho subjetivo de modo a depender "do conhecimento e do raciocínio dos juízes". Por este motivo, apresenta certo ceticismo "em relação às perspectivas de êxito", e justifica seu posicionamento, sob o argumento de que "processos-modelo têm um efeito muitas vezes retardante, e os casos individuais diferenciam-se frequentemente do modelo. Uma racionalidade pragmática dos magistrados pode conduzir a resultados superiores".[51]-[52]

A preocupação é sintetizada através da busca do precedente com o único objetivo de facilitar o julgamento e reduzir o número de demandas, o que pode resultar no distanciamento da efetividade e coerência[53]. Como sustenta Cândido Rangel Dinamarco

> A grande e legítima liberdade que o juiz tem ao julgar é liberdade de remontar aos valores da sociedade, captá-los e compreendê-los com sensibilidade e

---

[50] Dentro dessa lógica, Hermes Zaneti Jr. defende que "a principal razão para a adoção de um sistema de precedentes é a racionalidade, ou seja, a premissa de que as decisões judiciais devem tratar igualmente casos iguais, porque, quando foram decididas, assim o foram com pretensão de universalidade e estabeleceram-se, por consequência, como ônus argumentativo em relação às decisões futuras que destas pretendam se apartar. [...] Tolhidas as amarras ideológicas da tradição da *civil law,* deve ser claramente percebido que um modelo adequado de precedentes judiciais normativos é capaz de garantir a racionalidade, a igualdade, a previsibilidade (que se desdobra em confiança legítima e segurança jurídica) e a efetividade do ordenamento jurídico para além e complementarmente às normas jurídicas legisladas que já tem por finalidade estes objetivos [...] um modelo de precedentes é igualmente racional porque fundado na regra da universalização, ou seja, no controle das decisões exaradas pelos juízes e tribunais que devem atender a premissa de serem decisões universalizáveis para os casos análogos futuros" (ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 369-371).

[51] JUNIOR, Nelson Nery. NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

[52] Dentro de semelhante linha argumentativa, Marcelo Abelha pondera que "o problema da falta de integridade, coerência, isonomia e estabilidade dos 'precedentes' no Brasil decorre do fato de que nem os próprios tribunais de cúpula respeitam as suas razões de decidir (norma universalizável), nem os juízes e tribunais a ele submetidos submetem-se à seguir o padrão de uniformização do direito legislado fixado nos tribunais de cúpula, repita-se, talvez até porque nem eles mesmos, entre si, se entendam [...] interpretar e aplicar diversamente a norma abstrata ao mesmo fato tipo, sem firmar os critérios de distinção ou superação do sentido que já pacificado no órgão superior. Eis aí a chave para entender a tal *loteria judicial* que é o poder judiciário brasileiro. Ao julgar desta forma, o magistrado não está, como até poderia pensar, exercitando a sua 'independência funcional', mas sim cometendo um grave disparo contra a isonomia contra a credibilidade do poder judiciário, contra a coerência lógica na interpretação e aplicação dos direitos". (RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Fundamentos da tutela coletiva.** Brasília. Gazeta Jurídica. 2017, p. 222-232).

[53] Marcelo Abelha muito bem ilustra a questão: (RODRIGUES, Marcelo Abelha. **sistema de precedentes ou meros filtros redutores de demandas repetitivas? Angústias e desconfianças.** Revista de Processo | vol. 259/2016 | p. 307 - 329 | Set / 2016DTR\2016\22779, p. 07) e (RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Fundamentos da tutela coletiva.** Brasília. Gazeta Jurídica. 2017, p. 242).

> com a mais autêntica fidelidade a um universo axiológico que não é necessariamente o seu. Agindo dessa maneira, o juiz coloca-se como válido canal de comunicação entre os valores vigentes na sociedade e os casos concretos em que atua.[54]

Ao mesmo tempo, compreende-se que o novo contexto histórico, somado à limitação de recursos e a busca por instrumentos que visam a facilitar a gestão do judiciário, tendem a determinar a compatibilização de novas técnicas para a evolução do sistema.[55]

No entanto, conforme anteriormente dito, existe forte preocupação direcionada à sistemática dos precedentes, que está atrelada a decisões conflitantes e desacertos em contextos similares, que podem ocasionar insegurança jurídica, falta de isonomia, até mesmo discricionariedade.

Visando ao combate do contexto citado, acompanhada dessa mudança, as ações rescisórias passaram a projetar o seu alcance à violação manifesta das normas jurídicas, o que demanda uma série de discussões que serão tratadas de forma pormenorizada no segundo capítulo.

Como muito bem pontua Antonio do Passo Cabral[56], "no direito contemporâneo, no qual a segurança absoluta não é a 'pérola rara' aos olhos do jurista, crescem em importância outros valores, como a busca por correção e justeza procedimental, a isonomia, a efetividade e a celeridade", e é por este caminho que se torna essencial o estudo das ações rescisórias a partir da redação proposta pelo CPC/2015 e os impactos do enunciado da súmula 343 do STF diante desse novo contexto.

1.2.6 Configuração de "manifesta violação"

---

[54] DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., Salvador. JusPODIVM. 2020, v. V, p. 173.

[55] Segundo Dinamarco, "As técnicas procedimentais constituem o resultado das experiências multisseculares, às quais o legislador aporta as inovações e aperfeiçoamentos que na prática lhe pareçam úteis e convenientes. As significativas revisitações aos institutos processuais que se vêm fazendo ultimamente vão produzindo também alterações nos procedimentos em si mesmos, como modo de adequar a técnica do processo às novas conquistas da ciência. De todo modo, vigentes no sistema determinados modelos procedimentais, a eles deve necessariamente conformar-se o procedimento de todo processo que em concreto se realiza, sob pena de nulidade e possível ilegitimidade dos provimentos jurisdicionais a serem produzidos. O procedimento como técnica e a necessidade de sua observância constituem fatores de segurança dos litigantes, sem os quais se abriria caminho para abusos, arbitrariedades e consequente insegurança" (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., Salvador. JusPODIVM. 2020, v. V, p. 177).

[56] CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas:** entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 394.

A alteração legislativa, a partir do CPC/2015, além de ampliar a possibilidade de rescisão de decisão de mérito que viola norma jurídica, alterou a expressão “literal” para “manifesta violação”, o que rendeu alguns posicionamentos doutrinários visando estabelecer critérios objetivos ao termo, diante da sua inquestionável subjetividade.[57]

Ao tratar da questão, Cândido Rangel Dinamarco[58], compreende que o legislador optou por conceder “à parte uma oportunidade para impugnar decisões desfavoráveis” e, ao mesmo tempo “[...] instituir um caminho para o Estado-juiz retificar decisões aberrantes, acintosamente contrárias ao ordenamento jurídico nacional”.

Esclarece que a rescisão terá lugar quando identificada uma

> infração *manifesta,* ou seja, frontal, teratológica, perceptível à primeira vista [...][59]. A ação rescisória não deve ser indevidamente prodigalizada, a ponto de minimizar a garantia constitucional da coisa julgada, nem tão comprimida e tão restringida, que com isso certos direitos manifestos da parte fiquem ao desabrigo desse legítimo remédio processual [...].

Ademais, o entendimento do autor está vinculado à impossibilidade de produção de provas ou análise dos fatos, para fins de rescidibilidade da decisão com base em manifesta violação à norma jurídica.

No mesmo sentido, Marinoni e Mitidiero[60] entendem que o termo “manifesta” sequer possibilita a reanálise de prova, ainda que pré-constituída. Na visão deles, “quando o legislador acentua o caráter ‘manifesto’ da violação à norma jurídica, ele acentua a impossibilidade de reexame de prova e de produção de nova prova para fundar o juízo rescindentes e o juízo rescisório”.

Em entendimento divergente, Didier Jr. e Leonardo da Cunha[61] defendem que o termo “manifesta” significa dizer que “[...] cabe a ação rescisória quando a alegada

---

[57] Na visão de Welder dos Santos, “[...] a expressão ‘manifestamente’ contida no arg. 966, V, do CPC pode ter plurissignificados, todos difíceis de serem previamente estabelecidos”. SANTOS, Welder Queiroz dos. **Ação Rescisória por Violação a Precedente.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 101).

[58] DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., Salvador. JusPODIVM. 2020, v. V, p. 422-423.

[59] No mesmo sentido: MIRANDA, Pontes de. **Tratado da ação rescisória:** das sentenças e de outras decisões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 353.

[60] MARINONI, Luís Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 180-181.

[61] DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo da. **Curso de direito processual civil:** o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 624 e 625.

violação à norma jurídica puder ser demonstrada com a prova pré-constituída juntada pelo autor".[62]

Ainda, na compreensão dos autores, a manifesta violação também pode ser configurada se a decisão firmar "[...] interpretação incoerente e sem integridade com o ordenamento jurídico. Se a decisão tratou o caso de modo desigual a casos semelhantes, sem haver ou ser demonstrada qualquer distinção, haverá manifesta violação à norma jurídica".

Welder dos Santos[63], por sua vez, extrai do termo que "[...] entre esses diversos sentidos é possível afirmar, com precisão, que violar manifestamente norma jurídica significa violar precedentes judiciais e enunciados de súmula com observância obrigatória".

Neste aspecto, Jaldemiro Rodrigues, relaciona o termo

> [...] à interpretação (construção de sentido) consagrada pelos Tribunais Superiores (STF e STJ) – que têm a função de uniformizar (de dar a última *ratio*), respectivamente, a interpretação da Constituição e da legislação infraconstitucional federal (o mesmo se aplica aos Tribunais de Justiça quanto ao direito local).[64]

De fato, é possível compreender que a utilização do termo "manifesta violação" é resultado da intenção do legislador de possibilitar a rescisão da decisão quando a solução apresentada para o caso não seja correta para a solução de todos os casos que se apresentem com similar situação fático-jurídica[65], e não dependa, para tanto, da produção de provas, cabendo tão somente o reexame de prova pré-constituída.

2 Ação rescisória e precedentes

2.1 Distinção necessária: jurisprudência, súmula e precedentes

---

[62] No mesmo sentido, Welder dos Santos defende que "[...] o advérbio 'manifestamente', decorrente do adjetivo 'manifesto', deve ser entendido como uma violação clara e evidente à luz das circunstâncias fáticas do caso julgado, que independe de instrução probatória, pois verificável pelo exame das provas constantes dos autos". (SANTOS, Welder Queiroz dos. **Ação Rescisória por Violação a Precedente.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 102).

[63] SANTOS, Welder Queiroz dos. **Ação Rescisória por Violação a Precedente.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 101 e 102.

[64] ATAÍDE JR. Jadelmiro Rodrigues de. Capítulo VII – Da ação rescisória**.** In: ARRUDA ALVIM, Eduardo *et al* (Coord.). **Comentários ao Código de Processo Civil:** Lei n. 13.105/2015. São Paulo: Saraiva, 2016.

[65] SANTOS, Welder Queiroz dos. **Ação Rescisória por Violação a Precedente.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 206.

O tema do sistema de precedentes no Brasil passou a ter ainda mais destaque a partir da promulgação do atual Código de Processo Civil.

A exposição de motivos apresentada pela Comissão de Juristas encarregada da elaboração do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil, expressou, em breves colocações, os diversos problemas já enfrentados pelo antigo Código e as dificuldades advindas em relação ao funcionamento do sistema, diante dessa falência normativa observada ao longo dos anos, em razão do afastamento da coesão, resultado das diversas alterações legislativas.

Destaca-se, por oportuno, breve trecho da exposição de motivos que trata, de forma primordial, da necessária realização de alterações para determinar maior celeridade e igualdade ao sistema:

> [...] é oportuno ressaltar que levam a um processo mais célere as medidas cujo objetivo seja o julgamento conjunto de demandas que gravitam em torno da mesma questão de direito, por dois ângulos: a) o relativo àqueles processos, em si mesmos considerados, que, serão decididos conjuntamente; b) no que concerne à atenuação do excesso de carga de trabalho do Poder Judiciário – já que o tempo usado para decidir aqueles processos poderá ser mais eficazmente aproveitado em todos os outros, em cujo trâmite serão evidentemente menores os ditos “tempos mortos” (= períodos em que nada acontece no processo). Por outro lado, haver, indefinidamente, posicionamentos diferentes e incompatíveis, nos Tribunais, a respeito da mesma norma jurídica, leva a que jurisdicionados que estejam em situações idênticas, tenham de submeter-se a regras de conduta diferentes, ditadas por decisões judiciais emanadas de tribunais diversos. Esse fenômeno fragmenta o sistema, gera intranqüilidade e, por vezes, verdadeira perplexidade na sociedade.[66]

Relacionando o tema ao sistema de precedentes no Brasil, a ideia de coerência está muito presente, e é exatamente dentro desse contexto – do sistema de precedentes e da ação rescisória fundamentada na violação à norma jurídica – que a ideia de coerência e igualdade se destaca. A respeito da questão, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero defendem que

> A coerência é imprescindível para que a igualdade não seja violada. A igualdade perante as decisões judiciais é fruto do dever de o Estado dar a todos que estão em uma mesma situação jurídica a solução que a Corte Suprema racionalmente delineou, oferecendo as melhores razões possíveis. Afinal, todos os homens, em condições iguais, merecem – e apenas podem exigir – a melhor solução que o Estado pode obter para lhes garantir uma vida justa [...].

[66] BRASIL. Senado Federal. **Exposição de motivos do Código de Processo Civil de 2015.** Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 02 out. 2023.

> Quando se pensa em interpretar para aferir se a decisão do tribunal divergiu de precedente, não há contrariedade à lei, mas contrariedade à norma jurídica eleita pela Corte Suprema.[67]

A partir dessas ideias iniciais, a primeira proposta para o presente capítulo está relacionada à necessária diferenciação de institutos correlacionados ao sistema de precedentes no Brasil.

2.1.1 Juriprudência

Inicialmente, importante mencionar que a identificação dos conceitos, a partir da sistemática do Código de Processo Civil de 2015, é especialmente relevante ao presente estudo, inclusive em razão da imprecisão técnica do legislador ao adotar o termo "jurisprudência" em certas circunstâncias, quando, na verdade, havia a intenção de relacionar a questão com precedente ou jurisprudência persuasiva.

E não só, pois, a jurisprudência "[...] dá grande relevo aos fatos do caso, seja quando da elaboração do precedente, em geral nos *hard cases,* seja quando da análise e da aplicação dos precedentes".[68]

Ao tratar da questão na atualidade, Dinamarco pondera que

> Na prática diuturna do exercício da jurisdição essa maior intensidade da aderência aos precedentes e repetição de julgamentos a eles atrelados, com o repúdio a decisões discrepantes, mostra que os juízes e tribunais acatam a jurisprudência como um verdadeiro repositório de normas a serem observadas em suas decisões, tanto quanto aquelas constantes do direito positivo [...].
> Nem assim, todavia, a jurisprudência adquiriu *plenamente* todo o poder vinculante de uma fonte de direito[69].

A distinção realizada por Michele Taruffo entre o precedente e a jurisprudência clarifica a questão, a partir da diferenciação da natureza quantitativa e qualitativa dos institutos.

---

[67] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 196-197.
[68] MARINONI, Luiz Guilherme. **Uma nova realidade diante do projeto do CPC: a ratio decidendi ou os fundamentos determinantes da decisão.** Revista do Ministério Público. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 47, jan./mar. 2013, p. 208.
[69] DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed. Salvador. JusPODIVM. 2020, v. I, p. 106.

Em relação à natureza quantitativa, menciona o autor que no caso da jurisprudência existe uma pluralidade de decisões, ao passo que, para a caracterização do precedente basta uma decisão relacionada ao caso específico.[70]

Michele Taruffo identifica também a diferença qualitativa entre a jurisprudência e o precedente, pois o precedente fornece uma regra "universalizável", que poderá ser aplicada como critério de decisão ao caso seguinte, verificada a identidade entre os fatos do primeiro e do segundo caso[71]. Por outro lado, a jurisprudência não está atrelada à realização da análise comparativa mencionada, mas está atrelada a declarações, concentradas em algumas frases, que fazem referência às regras jurídicas.[72]

Hermes Zaneti Jr., ao diferenciar os institutos, pondera que os precedentes judiciais

> [...] consistem no resultado da densificação de normas estabelecidas a partir da compreensão de um caso e suas circunstâncias fáticas e jurídicas. No momento da aplicação, deste caso-precedente, analisado no caso-atual, se extrai a *ratio decidenti* ou *holding* como o *core* do precedente. [...] não se confundem com a jurisprudência, pois não se traduzem em tendências do tribunal, mas na própria decisão (ou decisões) do tribunal com respeito à matéria. De outra sorte, [...] porque obrigam o próprio tribunal que decidiu, sendo este responsável, tanto quanto as cortes inferiores, por sua manutenção e estabilidade.[73]

Notório, portanto, que a vinculação, seja vertical ou horizontal, determina uma diferenciação clara entre precedentes e jurisprudência, em razão da observância obrigatória do precedente, o que não é possível sustentar em relação à jurisprudência.

---

[70] Vi è anzitutto una distinzione di carattere —per così dire— *quantitati- vo.* Quando si parla del precedente si fa solitamente riferimento ad *una de-cisione* relativa ad un caso particolare, mentre quando si parla della giuris-prudenza si fa solitamente riferimento ad *una pluralità*, spesso assai ampia, di decisioni relative a vari e diversi casi concreti. (TARUFFO, Michele. **Precedente e Giurisprudenza.** Napoli: Editoriale Scientifica, 2007, p. 797).

[71] Il precedente fornisce una regola (universalizzabile, come già si è det- to) che può essere applicata come criterio di decisione nel caso successi- vo in funzione della identità o —come accade di regola— dell'analogia tra *i fatti* del primo caso e *i fatti* del secondo caso. Naturalmente l'analo- gia delle due fattispecie concrete non è data *in re ipsa*, e viene affermatao esclusa dal giudice del caso successivo a seconda che costui ritenga prevalenti gli elementi di identità o gli elementi di differenza tra i fatti dei due casi. (TARUFFO, Michele. **Precedente e Giurisprudenza.** Napoli: Editoriale Scientifica, 2007, p. 798).

[72] L'impiego della giurisprudenza ha caratteristiche assai diverse. Anzi- tutto, l'analisi comparativa dei fatti manca, [...] si tratta, come è noto, soprattutto delle massi- me elaborate dall'apposito Ufficio che esiste presso la Corte di Cassazio-ne. La caratteristica più importante delle massime è che si tratta di enunciazioni, concentrate in una o in poche frasi, che hanno ad oggetto *regole giuridiche.* (TARUFFO, Michele. **Precedente e Giurisprudenza.** Napoli: Editoriale Scientifica, 2007, p. 798).

[73] ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes:** teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes 5. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2021, p. 327-331.

Não é possível sustentar o caráter persuasivo do precedente, como ocorre com a jurisprudência. A verificação da questão, sob o prisma quantitativo, considera que basta a prolação de uma decisão para a consolidação de um novo precedente, uma nova tese jurídica que deverá ser observada tanto na dimensão vertical, quanto horizontal, pelos tribunais e magistrados de primeira instância.

É exatamente neste sentido que Zaneti Jr. defende ao dispor que

> [...] os precedentes devem ser tratados como norma – fonte do direito primário e vinculante – não se confundindo com o conceito de jurisprudência ou decisão. Isso ocorre seja pela natureza distinta do direito jurisprudencial (reiteradas decisões dos tribunais que exemplificam o sentido provável de decisão, sem caráter obrigatório e vinculante), seja porque não se podem confundir precedentes com decisões de mera aplicação de lei ou de reafirmação de casos-precedentes[74].

Importa mencionar, inclusive, que a falta de vinculatividade resulta no descabimento da ação rescisória com fundamento na manifesta violação à norma jurídica (artigo 966, V do Código de Processo Civil), por contrariedade à jurisprudência consolidada acerca da interpretação de determinada norma[75], diferentemente daquilo que ocorre em relação aos precedentes.

2.1.2 Enunciado de súmula

Instituída pelo Supremo Tribunal em 1963, por emenda ao Regimento Interno, a aplicabilidade da Súmula passou a ocorrer a partir de 1964, originalmente justificada a partir da necessária concepção de um "método de trabalho".[76]

Responsável pela iniciativa e relator da emenda regimental, o Ministro Victor Nunes ponderou a resistência encontrada quanto à utilização das súmulas, mas destacou importante elemento que deve ser considerado com especial atenção ao

---

[74] ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, 333.

[75] DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed. Salvador. JusPODIVM. 2020, v. I, p. 107.

[76] Sobre a identificação da Súmula como "método de trabalho", em discurso realizado no Instituto dos Advogados de Santa Catarina, em 04.09.1981, o Ministro Victor Nunes destacou: "[...] a difusão que teve a Súmula, como método de trabalho, pois este parece ser o seu aspecto de maior eficácia, suplantando mesmo a sua condição de repertório oficial de jurisprudência da Alta Corte. Em certo sentido, pode-se dizer que o conteúdo da Súmula passa para segundo plano, quando o comparamos com a sua função de método de trabalho, revestido de alguns efeitos processuais, que contribuem para o melhor funcionamento da Justiça". (LEAL, Victor Nunes. **Passado e futuro da súmula do STF.** Revista de direito administrativo, Rio de Janeiro, v. 145, p. 1-20, jul./set. 1981, p. 4).

estudo proposto, ao afirmar que "[...] a Súmula pode modificar-se, ou perder sua eficácia, total ou parcialmente, quando se altera a norma de direito cuja interpretação nela se traduz"[77].

Ressaltou ainda, o dever de clareza e observância da verdadeira interpretação conferida pelo Tribunal, de maneira a se tornar inevitável o cancelamento da súmula, caso imposta eventual necessidade de esclarecimento do seu enunciado.[78]

Aliás, tal assertiva, concebida a partir do discurso proferido pelo Ministro responsável por instituir a emenda regimental que deu origem à Súmula, ganha especial relevo sob a perspectiva relacionada à interpretação, no atual contexto da legislação, quanto à aplicabilidade do enunciado da Súmula 343 do STF, diante das inúmeras controvérsias existentes acerca da questão, sem que se considere a realização do seu cancelamento diante da referida circunstância.

Voltando ao cerne da questão, é importante mencionar a compreensão da doutrina, a partir do viés da teoria dos precedentes a respeito daquilo que a súmula hoje representa.

Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero[79] destacam a importância das súmulas apenas com a identificação das *rationes decidendi* dos precedentes que resultaram na sua origem. Sustentam a ideia, com amparo no seguinte argumento:

> [...] para se saber se uma súmula é aplicável a outro caso, é necessário verificar os fundamentos determinantes das decisões que estão à sua base. Sem a busca da história das súmulas, jamais será possível tê-las como auxiliares do desenvolvimento do direito, já que não existirão critérios racionais capazes de permitir a conclusão de que a súmula pode, justificadamente, ter o seu alcance estendido ou restrito mediante distinção para permitir a solução do caso sob julgamento.[80]

Especificamente quanto à vinculação de súmula e violação manifesta de norma jurídica que viabilize o cabimento da ação rescisória com fundamento no artigo 966,

---

[77] LEAL, Victor Nunes. **Passado e futuro da súmula do STF.** Revista de direito administrativo, Rio de Janeiro, v. 145, p. 1-20, jul./set. 1981, p. 6.

[78] Vale destacar o conteúdo da menção realizado pelo Ministro: "[...] sempre que seja necessário esclarecer algum dos enunciados da Súmula, deve ele ser cancelado, como se fosse objeto de alteração, inscrevendo-se o seu novo texto na Súmula com outro número". LEAL, Victor Nunes. **Passado e futuro da súmula do STF.** Revista de direito administrativo, Rio de Janeiro, v. 145, p. 1-20, jul./set. 1981, p. 11.

[79] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 209.

[80] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 217.

V do CPC/2015, os autores mencionam que será configurada a violação à norma jurídica

> quando não há espaço para discricionariedade e uma súmula é aplicada, ou não aplicada, de forma manifestamente equivocada, ou seja, fora da zona intermediaria entre as zonas de certeza positiva – em que a súmula deve ser aplicada – e negativa – em que não deve ser aplicada".[81]

Importante ainda mencionar a criação das súmulas vinculantes, a partir da emenda constitucional n.º 45/04, o que demanda a vinculação, inclusive, da Administração Pública[82].

Bruno Dantas e Teresa Arruda Alvim, sobre as súmulas vinculantes, justificam a sua criação, a partir de emenda constitucional:

> [...] a) porque era uma importante mudança de paradigma, em uma época em que era ainda mais arraigada a compreensão de que os juízes não se vinculariam a decisões dos tribunais hierarquicamente superiores; e b) porque a súmula vinculante é de observância mandatória, não apenas para os juízes e tribunais inferiores, mas, também, para toda a administração direta e indireta, nas três esferas federativas.[83]

Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade destacam a abrangência quanto ao cabimento de ação rescisória com fundamento no artigo 966, V do Código de Processo Civil, por violação à súmula vinculante:

> Embora não tenha natureza estrita de lei, a esta é equiparada porque vincula, em caráter geral e abstrato, o Poder Judiciário como um todo (STF e todos os demais órgãos do Poder Judiciário) e o Poder Executivo, considerado em sua integralidade (administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal), caracterizando-se como lei lato sensu. Consequentemente, sentença ou acórdão de mérito transitado em julgado que a tenha violado pode ser rescindido por ação rescisória, com fundamento no CPC 966 V [...]. Tendo em vista o poder vinculante da súmula vinculante em relação a todos os órgãos e Tribunais (CPC 927 II), a possibilidade da ação rescisória por desobediência à súmula acabaria por se estender aos demais entendimentos sumulados dos Tribunais brasileiros.[84]

---

[81] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 218.

[82] A respeito do assunto, Zaneti Jr. esclarece: as súmulas vinculantes [prevista no artigo 927, II do CPC] vinculam a administração pública, diferentemente das demais súmulas [previstas no artigo 927, IV do CPC], que apenas teriam força persuasiva para a administração, além disso, há clara hierarquia nesta vinculatividade, pois sendo o enunciado da súmula vinculante constituído por quórum qualificado esta não poderá ser afastada por súmula do STF formulada por quórum simples [...] logo, as duas previsões preservam a lógica do ordenamento jurídico brasileiro. (ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes:** teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes 5. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2021, p. 416).

[83] ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno Dantas. **Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.** 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 326.

[84] NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 1947-1948.

É relevante mencionar que a lógica quando à observância do conteúdo preliminar à criação do enunciado, a partir dos precedentes, deve ser igualmente aplicada.

2.1.3 O Código de Processo Civil de 2015 e as repercussões ao atual modelo de precedentes sob a perspectiva da ação rescisória prevista no artigo 966, inciso V

O advento do Código de Processo Civil de 2015 revelou uma aproximação ao sistema de precedentes, com inquestionável repercussão sobre a nova previsão das ações rescisórias vinculadas ao atual artigo 966, inciso V, o que perpassa a questão ao amplo debate sobre os novos rumos relacionados à aplicabilidade do enunciado da súmula n.º 343 do Supremo Tribunal Federal.

Atrelado à ideia de maior segurança jurídica e previsibilidade, o sistema de precedentes, em prol desses elementos, pode significar, ao revés, a articulação de decisões inadequadas ao caso.[85]

Ademais, em linhas gerais, o precedente pode deixar de ser vinculante quando o caso em questão é "(...) diverso do analisado ou na hipótese de as razões dadas no precedente exigirem superação".[86] Para tanto, o afastamento ou a superação do precedente determina um ônus argumentativo maior por parte do julgador.

Hermes Zaneti Jr., esclarece que o precedente se configura a partir "[...] de decisões racionalmente vinculantes, antes de tudo, para o próprio órgão que decidiu, para os casos análogos futuros".[87] Ainda, entende que "[...] o precedente é fonte formal no direito contemporâneo brasileiro".[88]

---

[85] Em breve, mas acertado apontamento, Lucas Buril, acerca da aplicação inadequada de precedentes, destaca: "[...] É possível que a decisão tenha deixado de aplicar um precedente totalmente pertinente para a solução do caso. É possível que a decisão tenha deixado de aplicar uma *ratio decidendi* que, embora não prevista para o caso, seja a ele extensível, o que deveria ter sido feito e não foi. É possível que a decisão rescindenda tenha aplicado como norma algo que, na verdade, era *obter dictum.* É possível, também, que tenha havido uma interpretação incorreta da solução designada pelo precedente obrigatório. Existem, ainda, hipóteses ligadas à superação do precedente". (MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 645)

[86] ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 322.

[87] ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 322.

[88] ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 189-190.

Nesta linha de raciocínio, para melhor compreensão do tema proposto, importante fixar alguns conceitos relacionados ao sistema de precedentes, principalmente aqueles que notadamente representam entendimentos doutrinários divergentes.

Em sua obra "Precedente e Giurisprudenza", Michele Taruffo, em clara definição, diferenciou importantes conceitos.

O primeiro deles está relacionado à *ratio decidendi*[89] que, para o autor, significa a regra de direito colocada como base para a decisão sobre os fatos específicos do caso. Ademais, o conceito de *obiter dictum*, discorre o autor, está vinculado às declarações e argumentos contidos na fundamentação da sentença, sem que, no entanto, façam parte do fundamento da decisão, apesar de eventual utilidade quanto à compreensão da decisão e respectivo fundamento.[90] Assim, ao contrário da *ratio decidendi,* os *obiter dictum,* isoladamente, não podem ser invocados como precedentes.[91]

Ao desenvolver a questão dos precedentes quanto à vinculatividade, Michele Taruffo pondera as ocorrências observadas no *commow law* e *civil law*, destacando maior grau de força ao precedente no *commow law.*[92]

---

[89] No Brasil, ao tratar da *ratio decidendi,* Marinoni e Mitidiero a definem no seguinte sentido: "A *ratio decidendi* de uma questão constitui o resultado de uma generalização das razões invocadas pela Corte que julgou o caso, *devidamente aprendido* pelo juiz ou pela Corte que deve julgar um novo caso. Isso quer dizer duas coisas: em primeiro lugar, a operação com o precedente – notadamente a sua identificação e aplicação envolve o 'mutual coeffort of two or more courts'; em segundo lugar, que *nenhum caso é intrinsecamente similar ao outro,* sendo a individualização dos elementos relevantes num e no outro caso de matéria confiada à *valoração* e à decisão do intérprete encarregado de aplicá-lo [...] é preciso cautela para perceber que a norma jurídica não está em toda e qualquer decisão da Corte Suprema. Decisão e precedente não se confundem. Uma decisão só define a interpretação de uma norma quando a maioria do colegiado compartilha da mesma interpretação estampada na *ratio decidendi*". (MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 200-203).

[90] [...] la dottrina del precedente distingue tra *ratio decidendi*, ossia la regola di diritto che è stata posta a diretto fondamento delladecisione sui fatti specifici del caso, e *obiter dictum,* ossia tutte quelle affermazioni ed argomentazioni che sono contenute nella motivazione dellasentenza ma che, pur potendo essere utili per la comprensione della deci- sione e dei suoi motivi, tuttavia non costituiscono parte integrante del fon- damento giuridico della decisione. (TARUFFO, Michele. **Precedente e Giurisprudenza.** Napoli: Editoriale Scientifica, 2007, p. 801).

[91] Questa distinzione può essere difficileda tracciare in pratica, ma è fondamentale in quando fa intendere come soltanto per mezzo del riferimento diretto ai fatti della causa si possa de- terminare qual è la ragione giuridica effettiva della decisione, ossia la *ratio*che soltanto può avere efficacia di precedente. Gli *obiter dicta* non hannonessuna efficacia, e non possono essere invocati come precedente nella decisione di casi successivi proprio in quanto non hanno condizionato la decisione del caso anteriore. (TARUFFO, Michele. **Precedente e Giurisprudenza.** Napoli: Editoriale Scientifica, 2007, p. 801).

[92] In proposito va osservato che la tradizionale e corrente distinzione tra prece- dente vincolante, che sarebbe tipico degli ordinamenti di common law, e precedente persuasivo, o di fatto, che sarebbe tipico degli ordinamenti di civil law, è largamente inattendibile. Piuttosto, appare appropriato parla- re di forza

O direcionamento da questão para o modelo do sistema de precedentes brasileiro, como anteriormente dito, não é tarefa simples, diante das inúmeras divergências quanto à vinculatividade, desde o advento do Código de Processo Civil de 2015.[93]

Hermes Zaneti Jr. pondera o argumento para as dificuldades enfrentadas quanto à solidez de uma posição relacionada ao tema, diante da ausência de modelos puros relacionados à força vinculante dos precedentes e ao *stare decisis.*[94]

O autor, por sua vez, reconhece que o Brasil adotava um modelo fraco de precedentes judiciais[95], situação que restou alterada a partir do Código de Processo

---

del precedente per indicare il grado, o l'intensità con cui esso riesce ad influire sulle decisioni successive. [...]
E' noto che anche nel sistema inglese, che pare essere quello in cui il precedente è dotato di maggiore efficacia, i giudici usano numerose e sofisticate tecniche argomentative, tra cui il *distinguishing* e l'*overruling*, al fine di non considerarsi vincolati dal precedente che non intendono seguire. Rimane dunque vero che inquell'ordinamento il precedente è dotato di notevole forza, in quanto ci siaspetta che in linea di massima il giudice successivo lo segua —come in effetti solitamente accade—, ma questa forza è sempre *defeasible*, poichéil secondo giudice può disattendere il precedente quando ritenga oppor- tuno farlo al fine di formulare una soluzione più giusta del caso che deve decidere. Nel sistema americano, poi, la forza del precedente esiste, ma in grado minore: il giudici americani applicano i precedenti con grande discrezionalità, ossia —per così dire— quando non trovano ragioni suffi-cienti per non farlo. [...]
Negli ordinamenti di *civil law* il grado di forza che viene attribuito al precedente è probabilmente minore rispetto a quello del precedente di *common law*, ma nulla esclude che vi siano precedenti così autorevoli e così persuasivi da imporsi ai giudici successivi. A questi viene comunquelasciato uno spazio di possibile dissenso, condizionato però all'indicazio-ne di ragioni adeguate che giustifichino l'adozione di una regola di giu- dizio diversa. [...] (TARUFFO, Michele. **Precedente e Giurisprudenza.** Napoli: Editoriale Scientifica, 2007, p. 802-803).

[93] Apesar das dificuldades de conceber tratamento unitário as suas premissas, Zaneti Jr. destaca a aceitação dos precedentes ao sistema, como fonte formal primária do direito: "[...] a formação de um processo constitucional como método de controle do poder e garantia de participação das partes na formação dos atos decisórios (módulo processual) e a circularidade dos planos do direito, [implica] uma relação biunívoca entre o direito material e o direito processual, com a constante abertura do "problema" pelo direito (tópica) e pela teoria da interpretação. Trata-se, ao final, de consolidar as informações e determinar a existência, já natural e bem aceita pelos juristas práticos, porém ainda não bem compreendida e utilizada pela doutrina, dos precedentes como fonte formal primária do direito, submetidos unicamente à lei e à constituição como parâmetro de conformação". (ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p.402).

[94] Sobre os modelos apresentados pelo autor, pertencentes ao Reino Unido, Estados Unidos, França, Itália, Alemanha e Finlândia, ver: ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 404-405.

[95] A respeito disso, o autor sustenta o seguinte: O Brasil apresentava até o advento do Código de Processo Civil de 2015 um modelo fraco de precedentes judiciais. Muito embora em alguns casos houvesse vinculatividade (ex.: súmula vinculante) não havia regra geral de *stare decisis* e a recepção do modelo do *stare decisis* tinha sido até o presente momento apenas uma recepção parcial e mitigada. Tínhamos uma ideologia que, do ponto de vista cultural e normativo, compreendia os precedentes como instrumentos fracos de persuasão e não como normas vinculantes do nosso sistema. A teoria das fontes reconhecia aos precedentes um papel de fontes secundárias e a prática judicial lhe emprestava o caráter de argumentos de reforço, muitas vezes relevantes, mas não vinculantes em relação às decisões dos casos-atuais. (ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 404).

Civil de 2015, quando então passou a adotar um modelo que reconhece a normatividade formal e material dos precedentes:

> [...] O modelo brasileiro integra, no sentido de combinar, as grandes tradições jurídicas, albergando a *judicial legislature* e a judicial *exegese,* considerando que a função precípua dos juízes e tribunais é interpretar o direito e que esta atividade será exercida de forma tendencialmente cognitiva, reconstruindo o direito a partir do ordenamento jurídico dado.
> Assim, a adoção da teoria realista, moderada e responsável da interpretação nos leva a afirmar ser mais adequada ao modelo brasileiro a ideologia que permite, ao mesmo tempo, o reconhecimento da normatividade formal e material dos precedentes judiciais (arts. 926, 927 e 489, §1º, V e VI, CPC/15) e a atividade responsável do intérprete na identificação da *ratio decidendi* do caso-precedente e na sua demonstração de ajuste ou a eventual distinção e superação em relação ao caso-atual, procurando reduzir ao máximo a possibilidade de decisões meramente consequencialistas e solipsistas.[96]

Quanto à mudança observada a partir do CPC/2015, diante da adoção de um modelo próprio de precedentes, Bruno Dantas e Teresa Arruda Alvim denominam o sistema de "precedentes à brasileira", e destacam como aspecto relevante a distinção dos "precedentes obrigatórios" de natureza *forte*, *média* ou *fraca:*

> De acordo com a sistemática do CPC, há decisões que já nascem como precedentes *obrigatórios* e que devem ser paradigma para as posteriores, em casos às vezes idênticos e às vezes semelhantes. Esse não é o único aspecto que caracteriza os precedentes à brasileira, mas é bastante relevante. [...]
> É que se podem conceber, principalmente à luz do CPC, *três graus de obrigatoriedade.* A obrigatoriedade será tida como *forte* quando o respeito a um precedente é exigido, sob pena do manejo de medida ou ação *especialmente concebida para esse fim, a reclamação.* São *precedentes obrigatórios,* no sentido *forte,* à luz do CPC/2015, por exemplo, as decisões proferidas no regime dos recursos repetitivos, disciplinado pelos arts. 1.036 e ss. do CPC/2015 [...].
> O CPC optou por criar obrigatoriedade no sentido forte quanto às decisões proferidas em arguição incidental de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Essa nova hipótese de precedente vinculante foi incluída pela Lei 13.256/16, aprovada junto com o Código (Lei 13.105/15).[97]

Ainda, consideram que as hipóteses de obrigatoriedade *forte* de precedentes estão relacionadas às decisões proferidas em recurso extraordinário (avulso ou repetitivo), em recurso especial repetitivo, em assunção de competência e em incidente de resolução de demandas repetitivas.[98]

---

[96] ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 407.
[97] ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno Dantas. **Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.** 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 312-313.
[98] ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno Dantas. **Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.** 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 314.

A obrigatoriedade *média*, para os autores, significa a possibilidade de "[...] gerar a correção por meios não concebidos necessariamente para esse fim, como, por exemplo, recursos [...]"[99], a distinguindo da vinculatividade *forte* pela ausência de instrumentos processuais especialmente criados para a imposição, *per saltum,* de entendimento observado em precedente, como ocorre com a reclamação.

A obrigatoriedade *fraca,* sustentam os autores, "é (apenas) cultural. É aquela que decorre do bom senso, da razão de ser das coisas, do que se deve ter o direito de razoavelmente (= justa expectativa da sociedade) [...] A jurisprudência firmada há de ser do *tribunal,* e não de cada ministro [...]".[100]

Na prática, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, esclarecem que

> Aplicar um precedente envolve, portanto, comparação entre casos. Não por outra razão normalmente se alude a analogia como elemento essencial do raciocínio jurídico de um sistema de precedentes. Em outras palavras, demanda individualização dos pressupostos fático-jurídicos essenciais que dão vida aos casos e a busca por semelhanças ou distinções relevantes. [...]
> Invocando precedente ou jurisprudência vinculante, autor e réu têm o ônus de particularizar os casos invocados, mostrando analiticamente as semelhanças relevantes, não bastando a simples transcrição de ementas ou trechos pinçados aleatoriamente da fundamentação dos julgados. [...]
> Se os casos são suficientemente similares, aplica-se o precedente. Se não o são, deve- se distingui-los (arts. 489, §1º, inciso VI, 927, §1º, e 1.037, §9º, CPC).[101]

Atrelada às ideias de vinculatividade, a busca pela estabilidade, coerência e igualdade, constitui importante elemento a ser observado para um melhor aproveitamento do sistema. Neste sentido, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero pontuam o seguinte:

> Num Estado Constitucional, além da estabilidade da ordem jurídica, espera-se univocidade da qualificação das situações jurídicas, sem a qual não há previsibilidade em relação às consequências jurídicas das condutas, algo que é indispensável para que o cidadão possa se desenvolver num Estado de Direito. O sistema jurídico, inclusive a estruturação e o funcionamento dos órgãos judiciais, deve ser capaz de outorgar previsibilidade. Lembre-se, aliás, que para MacCormick a previsibilidade das decisões constitui valor moral imprescindível para o homem, de forma livre e autônoma, poder se desenvolver e, portanto, estar em um Estado de Direito (MACCORMICK, Neil. The ethics of legalism. *Ratio Juris,* 2, 1989, p. 184-193). Por sua vez, diz Massimo Corsale que um ordenamento jurídico destituído de capacidade de permitir previsões e qualificações jurídicas unívocas, e de gerar, assim, um sentimento de segurança nos cidadãos, não pode sobreviver enquanto tal

---

[99] ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno Dantas. **Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.** 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 323.
[100] ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno Dantas. **Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.** 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 325.
[101] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 201.

> (CORSALE, Massimo. *Certezza del diritto e crisi di legittimità*. Milano: Giuffrè, 1979, p. 31 e ss).[102]

A partir da compreensão inicial sobre o sistema brasileiro de precedentes, releva identificar os posicionamentos doutrinários que consideram a ocorrência do precedente para fins de ajuizamento da ação rescisória com fundamento na violação à norma jurídica.

2.1.3.1 Tese ampliavita *versus* tese restritiva

Muito mencionado no decorrer do presente estudo, o artigo 966, V do CPC/2015 identifica o cabimento da ação rescisória por violação à norma jurídica, abrangida também a compreensão daqueles provimentos que estão vinculados ao sistema de precedentes.

A doutrina passou a divergir a partir da entrada em vigor da Lei n.º 13.256/16, que acrescentou o §5º e 6º ao artigo 966 do CPC, com a seguinte redação:

> Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:
> [...]
> V - violar manifestamente norma jurídica;
> [...]
> § 5º Cabe ação rescisória, com fundamento no inciso V do **caput** deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento. (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)
> § 6º Quando a ação rescisória fundar-se na hipótese do § 5º deste artigo, caberá ao autor, sob pena de inépcia, demonstrar, fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta ou de questão jurídica não examinada, a impor outra solução jurídica.[103]

A redação da norma passou a dividir a doutrina quanto à compreensão restritiva (ou não) do texto.

Há aqueles que compreendem pela tese ampliativa, quando a ação rescisória é cabível de acordo com as hipóteses previstas no §5º e 6º do artigo 966 e, ao mesmo

---

[102] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 198.
[103] BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 março 2015.

tempo, cabível quando viola precedente, dentro da previsão que enquadra a violação à norma jurídica. Neste sentido, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero afirmam o seguinte:

> Quando a decisão julga o caso e aplica precedente, súmula ou decisão que não pode regulá-lo, há exatamente o que se chama de 'falta de percepção da distinção do caso sob julgamento'. Quando isso ocorre, a norma ou a solução jurídica são aplicadas equivocadamente, de modo que se pode afirmar que há violação de norma jurídica para efeito de ação rescisória.
> O §5º alude a decisão que não tenha considerado a existência de distinção. Porém, é certo que a rescindibilidade também se apresenta viável quando se entende, de modo manifestamente equivocado, que o caso deveria ser regulado pelo precedente, decisão ou súmula. Toda vez em que a decisão aplica precedente, súmula ou decisão de questão, que manifestamente não podia regular o caso, aplica-se o inciso V do artigo 966, uma vez que a decisão *violou manifestamente norma jurídica* [...] uma em que não é considerado a existência de distinção e outra em que se supõem equivocadamente que o caso é similar ou igual.[104]

Vale destacar, no entanto, que os autores defendem que a decisão proferida em sede de IRDR, em que pese a ressalva vinculada ao déficit constitucional do incidente[105], produz coisa julgada *erga omnes,* de maneira que, em caso de ajuizamento de ação rescisória, o cabimento estará amparado no artigo 966, IV do CPC, que trata do combate à decisão que ofende a coisa julgada, e não por violação à norma jurídica.[106]

Por outro lado, defendem que a inobservância de decisão proferida em sede de recurso repetitivo, determina a hipótese de cabimento da ação rescisória com base no inciso V do artigo 966 do CPC.[107]

---

[104] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 213.

[105] Para os autores é necessária a realização da distinção da previsão normativa aplicável ao cabimento da ação rescisória, a partir da superação do "déficit de constitucionalidade do incidente". Segundo eles, "[...] o incidente julga questão que afeta diretamente a tutela do direito de várias pessoas, ou melhor, dos diversos litigantes das demandas repetitivas. Esses sujeitos, obviamente, têm o direito de discuti-la. A exclusão dos litigantes da discussão da questão de direito, sem que ao menos o 'representante adequado' participe do incidente de resolução, configura inquestionável violação ao *due process.* Significa que o procedimento do incidente de resolução tem que necessariamente contar com a participação dos legitimados à tutela dos direitos individuais homogêneos, descritos na Lei da Ação Civil Pública e no CDC. (...) a sua decisão produz coisa julgada *erga omnes".* (MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 211).

[106] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 211.

[107] Sobre a questão, ver: MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 210. Igualmente, Nelson Nery Júnior e Rosa Nery, defende o cabimento da ação rescisória com fundamento no artigo 966, V do CPC, "quando a sentença ou acórdão, nas instâncias ordinárias, quando e se for o caso, deixar de aplicar à situação concreta, entendimento constante da súmula da jurisprudência predominante no tribunal superior ou de a*córdão proferido em RE ou Resp repetitivo* [...]". (NERY JR.,

Na mesma linha, Araken de Assis[108] defende o cabimento de ação rescisória relacionada ao enfretamento de decisão proferida em casos repetitivos.

Em sentido oposto e compreensão inteiramente limitada ao significado da vinculatividade, Nelson Nery Júnior e Rosa Nery, defendem que "[...] juízes e tribunais podem estar vinculados tão somente à súmula vinculante do STF, julgamento de mérito de ADIn e ADC, e recurso provido especificamente em relação ao caso concreto".

De acordo com essa linha de pensamento, a vinculação está limitada, exclusivamente, a parâmetros constitucionais.[109]

Aliás, ao mencionar o Recurso Extraordinário e Especial repetitivos, além do IRDR[110], os autores defendem que tais instrumentos "[...] Não se prestam para vincular e impor suas decisões aos juízos hierarquicamente inferiores, tampouco para resolver questões em série ou fixar teses jurídicas [...], e complementam: [...] essas atribuições objetivas, [...] não estão autorizadas pela CF, que só permite que o STF (CF 102 III), STJ (CF 105 III), TST, TSE e STM, por meio dos recursos excepcionais (v.g. RE, RESP, RR) redecidam casos concretos [...].[111]

Por este motivo, garantem que o resultado da utilização dessas técnicas não assegura uma "[...] força de lei nem força vinculante, dada a ausência de autorização constitucional para o Poder Judiciário legislar, exceto na hipótese de súmula vinculante do STF, expressamente autorizada sua emissão [...]", mas tão somente

---

Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 1951). Mencionam, para substanciar o posicionamento, decisão proferida pela Corte especial do STJ que afasta o cabimento de reclamação e defende o cabimento de ação rescisória para os casos em comento (Rcl 36476-SP, rel. Min. Nancy Andrighi, j. 5.2.2020, m.v., DJUe 6.3.2020).

[108] Pontua o autor: "É rescindível, reza o art. 966, §5º, a decisão de mérito que, aplicando a tese jurídica firmada em súmula ou no julgamento de casos repetitivos (art. 928, I e II), não haja realizado o devido *distinguishing* entre a questão discutida no processo e a *ratio decidenti* do precedente. Também é rescindível a decisão que não aplicou, *tout court,* apesar de idêntica a questão, ou erroneamente supôs essa identidade. Por analogia, o art. 966, §5º, abrange a tese firmada no incidente de assunção de competência" (ASSIS, Araken de. **Ação rescisória.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 228).

[109] NERY JR., Nelson Nery. NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 2006-2007.

[110] Ao definir os institutos, Juliana Provedel Cardoso dispõe o seguinte: "A premissa dos casos repetitivos é a controvérsia de questão jurídica, em que se discute a interpretação e a aplicação de um direito material ou processual. O procedimento do incidente e dos recursos repetitivos é tido, assim, como um instrumento de elaboração e fixação da tese jurídica, a partir do caso concreto paradigmático [...]. (CARDOSO, Juliana Provedel. **O modelo brasileiro de processo coletivo.** Salvador: JusPODIVM, 2018, p. 126-128).

[111] NERY JR., Nelson Nery. NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, P. 1836-1837.

mecanismos de uniformização da jurisprudência dos tribunais (aqui, vincula-se a dimensão horizontal), sem caráter vinculante ou observância obrigatória.[112]

Ou melhor, os autores defendem a inconstitucionalidade dos institutos[113], com exceção da súmula vinculante, por entender que não possuem respaldo constitucional, garantindo às técnicas individuais que visam um tratamento coletivo no CPC/2015, ora tratadas, apenas um caráter semelhante às jurisprudências persuasivas.[114]

Ao desenvolver a questão, os autores ainda pontuam inconstitucionalidade na redação do artigo 927 do CPC, a partir da ideia de que

> [...] o CPC 927 concede à jurisprudência do STF, independentemente do entendimento jurisprudencial estar contido na súmula vinculante ou não, nortear todo os tribunais do país, sem que, entretanto, exista autorização constitucional para que isso seja possível [...] os demais casos arrolados no dispositivo (CPC 927 III a V) não podem vincular tribunal ou juiz, por lhes faltar autorização constitucional para tanto, isto é, por não haver prévia e imprescindível previsão constitucional autorizando a vinculação fora dos casos da CF 103-A (súmula vinculante) e 102 §2º (sentença de mérito transitada em julgado proferida pelo STF em ADIn e ADC).[115]

Apesar de consistir em entendimento doutrinário praticamente isolado, Paulo Mendes, destacando ser árdua a tarefa de sustentar referida posição, também é adepto à tese restritiva acerca da vinculatividade:

> Alcança-se esse nível de definição, portanto, quando o tribunal de cúpula profere sua decisão, tendo em vista que: a) será o último a decidir; b) todas as causas podem buscar essa interpretação e; c) a Constituição Federal

---

[112] NERY JR., Nelson Nery. NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, P. 1844-1845.

[113] Em sentido diverso ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 415.

[114] Dentro do presente estudo, apesar da ocorrência de outras ressalvas que serão mencionadas, opta-se pelo distanciamento de tal posicionamento, sob pena de inviabilizar o anseio do legislador, ao dispor em diversos preceitos no CPC/2015, técnicas que nitidamente estão de acordo com um sistema de precedentes. Em resumo, um breve apontamento realizado por Marinoni traduz muito bem a questão: "[...] o próprio legislador reconhece a sua impotência para regular todas as situações concretas e, igualmente, o seu dever de permitir a realização de um direito fundamental, no caso o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva (art. 5º, XXXV, da CF). Na verdade, a técnica das cláusulas gerais tem como premissa a ideia de que a lei é insuficiente e, nesse sentido, constitui elemento que requer complementação pelo juiz" (MARINONI, 2022, p. 65). Somado a isso, vale mencionar o posicionamento de Aluisio Mendes, que defende, igualmente, o afastamento da posição de inconstitucionalidade: "No que concerne ao STJ, a despeito de não haver previsão constitucional expressa neste sentido, a função precípua desta Corte é exatamente a da uniformização do direito federal infraconstitucional e se mostra consentâneo com o julgamento dos recursos especiais repetitivos sob o rito estabelecido no art. 543-C do CPC (LGL\1973\5). Tal entendimento do STJ decorre de sua função constitucional no sentido de promover a uniformização da jurisprudência dos tribunais do país, nos termos do art. 105, III, c, da Constituição da República (LGL\1988\3)" (MENDES, 2012, p. 07).

[115] NERY JR., Nelson Nery. NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 1848.

> conferiu-lhe a função de órgãos de unificação jurisprudencial. Desta forma, só se tem um precedente vinculante quando o STJ se pronunciar sobre a interpretação da legislação federal e o STF sobre a Constituição. [...]
> Trata-se de uma opção delicada, principalmente diante dos mecanismos existentes de uniformização da jurisprudência regional. Contudo, parece bem difícil, à luz da teoria do Direito, mais precisamente do processo de formação do Direito vigente, sustentar que um juiz esteja vinculado às decisões do tribunal local, quando ainda é possível que toda a discussão seja retomada nas instâncias superiores. Se a interpretação definitiva dentro da moldura normativa ainda não foi estabelecida, está-se ainda em um momento de legítima movimentação judicial.
> Assim, salvo uma opção política que determine a vinculação dos juízes às decisões dos tribunais locais, parece que a identificação do Direito vigente, vista sob a ótica da unidade do Poder Judiciário e sua função em um sistema de *civil law*, não aconselha tal vinculação. Pode-se ter, com a uniformização regional, um precedente com alta carga persuasiva aos demais juízes e, até mesmo, aos tribunais superiores, porém sem eficácia vinculante.[116]

Não por acaso, Hermes Zaneti Jr. rechaça o argumento da inconstitucionalidade por violação à separação dos poderes, considerando que apenas o Poder Judiciário fica vinculado aos precedentes formados nas hipóteses dos art. III, IV e V, do art. 927, do CPC. Para o autor, a questão perpassa por uma integração entre as funções do Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário[117]. Eis a síntese do seu raciocínio:

> A vinculação dos incisos III, IV e V do art. 927 do CPC é um desdobramento da progressiva recepção do *stare decisis* no ordenamento jurídico brasileiro. [...] Não há inconstitucionalidade porque não há ofensa aos princípios da

[116] OLIVEIRA, Paulo Mendes de. **Coisa julgada e precedentes:** análise das relações jurídicas de trato continuado. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 215-216.

[117] Karl Larenz referencia o desenvolvimento imanente do direito esperado pela própria Lei através do processo de interpretação dos Tribunais, em análise do que posto no ordenamento jurídico Alemão: "A interpretação da lei e o desenvolvimento judicial do Direito não devem ver-se como essencialmente diferentes, mas só como distintos graus do mesmo processo de pensamento. Isto quer dizer que já a simples interpretação da lei por um tribunal, desde que seja a primeira ou se afaste de uma interpretação anterior, representa um desenvolvimento do Direito, mesmo que o próprio tribunal não tenha disso consciência; assim como, por outro lado, o desenvolvimento judicial do Direito que ultrapasse os limites da interpretação lança mão constantemente de métodos «interpretativos» em sentido amplo. Assinalámos como limite da interpretação em sentido estrito o sentido literal possível. Um desenvolvimento do Direito conduzido metodicamente para além deste limite, mas ainda no quadro do plano originário, da teleologia da lei em si, é preenchimento de lacunas, desenvolvimento do Direito imanente à lei; o desenvolvimento do Direito que esteja já para além deste limite, mas adentro do quadro e dos princípios directivos do ordenamento jurídico no seu conjunto é desenvolvimento do Direito superador da lei. [...] Indicámos já, anteriormente, que uma interpretação modificada pela jurisprudência dos tribunais não significa objectivamente senão um desenvolvimento do Direito. Isto acontece sempre que se possa admitir que a nova interpretação será mantida no futuro pela jurisprudência dos tribunais e, por isso, observada no tráfego jurídico. Já foi muitas vezes sublinhado que toda a concretização pela jurisprudência dos tribunais de uma pauta carecida de preenchimento ao julgar um caso concreto significa um desenvolvimento do Direito. A primeira interpretação de uma disposição legal dos tribunais supõe já um «desenvolvimento» da norma legal, na medida em que considera pertinente um entre muitos significados possíveis segundo o sentido literal e, deste modo, elimina uma incerteza anteriormente existente." (LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 520).

> separação de poderes e da legalidade, uma vez que se vincula apenas aos órgãos do Poder Judiciário e observa a legalidade por ter sido a vinculação formalmente estabelecida por lei.

Trata-se, na verdade, de uma integração entre as funções exercidas pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário, criar o direito como legislador dentro da moldura da Constituição e reconstruir o direito como juiz dentro do processo de interpretação, sendo que a vinculatividade formal dos precedentes reduz o espaço de discricionariedade dos juízes e ao mesmo tempo garante mais racionalidade, previsibilidade e igualdade no direito.[118]

Além disso, o autor menciona o afastamento da inconstitucionalidade e defende a vinculatividade formal de todos os incisos previstos no artigo 927, uma vez que "[...] a previsão de quais decisões deverão ser considerados precedentes formalmente vinculantes, fontes formais do direito, é atribuição do legislador, não da doutrina [...], e garante que "[...] para aferir se há um precedente, um ulterior teste do ponto de vista material, referente à identificação dos fundamentos determinantes [...] e a demonstração de que o caso sob julgamento se ajuste àqueles fundamentos".[119]

Atendendo ao objetivo maior de combate à falta de racionalidade, falta de isonomia, e na busca pela decisão justa e o completo distanciamento de decisões discricionárias, com estrita observância dos princípios da segurança jurídica e do Estado Democrático de Direito, compreende-se como ajustado o entendimento da doutrina majoritária e, inclusive, Juliana Bizarria[120], ao defender o cabimento de ação rescisória com base no artigo 966, V do CPC, em face de decisão que viola "norma jurídica extraída de súmula ou acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos e em relação à norma jurídica extraída dos demais precedentes vinculantes previstos no art. 927, do recurso extraordinário avulso com repercussão geral e da súmula de tribunal de justiça sobre direito local".

---

[118] ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 417.

[119] ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 423. No mesmo sentido: MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 644 e ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno Dantas. **Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.** 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 325-326.

[120] BIZARRIA, Juliana Carolina Frutuoso. **Ação rescisória e precedentes.** 1 ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 220.

A adesão à corrente que agrega maior abrangência ao termo se revela mais adequada ao alcance da segurança jurídica e confiança das decisões, e não impõe a violação da coisa julgada de forma indiscriminada, diante da necessária observância de critérios específicos e bem delineados para a rescindibilidade da decisão.

Dentro desse contexto, o grande problema a ser enfrentado e que será devidamente tratado no capítulo seguinte está relacionado à aplicação do enunciado da Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal, diante do atual contexto mencionado sobre o cabimento das ações rescisórias para combater decisão que viola, manifestamente norma jurídica vinculada à precedente.

3 A APLICABILIDADE DO ENUNCIADO 343 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A PARTIR DO SISTEMA DE PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

O tema relacionado à aplicabilidade do enunciado da súmula 343 é desafiador, especialmente, dentro do atual contexto do sistema de precedentes.

Durante a vigência do Código de Processo Civil de 1973, Eduardo Talamini, ao tratar do enunciado sumular, destacou a ocorrência de um caminho na jurisprudência que revelava "[...] uma séria de atenuações, ressalvas, ou exceções à diretriz externada nessa Súmula". Sobre a questão, esclarece que

> [...] Em certo sentido, essas ressalvas e atenuações transmitem a impressão de uma espécie de "crise de consciência". Os tribunais estabelecem uma diretriz geral extremamente limitadora, drástica, e, depois, como que se "dão conta" dos resultados inconvenientes que dela advêm. E o "arrependimento" se traduz nessas sucessivas ressalvas, exceções, mitigações – providências que, longe de tornar mais razoável o modelo, apenas evidenciam sua falta de razoabilidade[121].

Diante disso, com o objetivo de melhor compreender a aplicabilidade do enunciado da súmula 343 a partir do atual sistema de precedentes, é necessária uma breve contextualização desde o período que antecede a criação do enunciado no Supremo Tribunal Federal até a vigência do Código de Processo Civil de 2015, de

[121] TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada e sua revisão.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 168.

acordo com as principais decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, e posicionamentos doutrinários existentes a respeito.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

3.1.1 Origem e a aprovação do enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em 1963

Dentro do contexto do enunciado da Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal, algumas decisões importantes devem ser mencionadas, com o objetivo de identificar os desdobramentos prévios que resultaram na criação do enunciado em 1963, a partir da evolução do tema na Corte, no decorrer de um período de quase 90 (noventa) anos.

Conforme destaque do primeiro capítulo, o Decreto n.º 737 de 1850[122], passou a ser aplicado ao processo nas causas cíveis, a partir de 1890, de acordo com a previsão do Decreto n.º 763, que fazia menção à nulidade das sentenças proferidas por "[...] juiz incompetente, suspeito, peitado ou subornado", ou "contra a expressa disposição da Legislação Commercial (Art. 2º)".

De acordo com essa sistemática, o Supremo Tribunal Federal, já em meados de 1938 sustentava que a divergência quanto à interpretação de determinada lei não poderia ser fundamento suficiente à superação da coisa julgada[123].

Em outra oportunidade, a partir da linha argumentativa mencionada, no julgamento da Ação Rescisória n.º 67, o Ministro Relator Armando de Alencar, pontuou em seu voto, entendimento jurisprudencial com base em acórdão de 06 de julho de

---

[122] BRASIL, Decreto 737 (1850). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-737-25-novembro-1850-560162-publicacaooriginal-82786-pe.html. Acesso em: 18 de fev. 2023.

[123] Sobre a questão, o Ministro Costa Manso, Relator da Ação Rescisória n.º 64, destacou o seguinte: "[...] quando o juiz aplica o preceito legal, dando-lhe interpretação razoável, ou harmonizando-o com outros dispositivos da mesma ou de outra lei, a sentença é válida, porque não foi proferida contra a lei em tese: as divergências que possa suscitar a inteligência adotada não bastam para destruir a res judicata. Não me alongarei inutilmente na demonstração destes conceitos, porque a respeito deles a doutrina e a jurisprudência não deixam margem a dúvidas". (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 64, Relator: Ministro Costa Manso, DJ: 25/05/1938. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 02 jan. 2024).

1910: “Não cabe acção rescisória quando a sentença rescindenda é contra o direito da parte, por má apreciação da prova ou menos acertada interpretação da lei”.[124]

O Ministro, ao votar pela improcedência da ação rescisória, com posicionamento unânime no julgamento, destacou:

> [...] a nullidade da sentença decorre, não da injustiça desta, mas sim da sua illegalidade, não da violação do direito subjetivo da parte, posto em discussão no caso concreto, e sim da violação do texto da lei, do preceito objectivo como ensina Carvalho de Mendonça (M.C.) na sua conhecida monographia sobre a ‘Acção Rescisória”.

O posicionamento da Corte, já a partir do Código de Processo Civil de 1939, manteve o entendimento de que a divergência jurisprudencial inviabiliza o cabimento da ação rescisória, o que será melhor tratado a seguir.

O Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal reconheceu, ao julgar a Ação Rescisória n.º 111[125], controvérsia jurisprudencial que inviabilizou a procedência da ação.

A ação, por sua vez, tratava de cobrança de nota promissória com realização de aval e resgate de valores, bem como divergência quanto à interpretação do art. 15 do Decreto n.º 2.044/1908.

Conforme dito, o Supremo reconheceu, a partir da discussão tratada, “[...] controvérsia na exposição do direito e na jurisprudência”, o que refletiu um problema quanto à “[...] interpretação da lei, não comportando assim o julgado que prefira essa ou aquela solução e meio rescisório”[126].

A partir da referida fundamentação, realizada pelo Ministro Castro Nunes, julgou pela improcedência da ação rescisória.

Mais adiante, a Ação Rescisória n.º 127[127], de relatoria do Ministro Philadelpho Azevedo, com julgamento realizado pelo Tribunal Pleno em 15 de outubro de 1945, tratou sobre a ofensa ao artigo 1.079 do Código Civil e o artigo 4º do Decreto n.º

---

[124] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 64, Relator: Ministro Costa Manso, DJ: 25/05/1938. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 02 jan. 2024.
[125] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 111, Relator: Ministro Annibal Freire, DJ: 20/12/1944. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 dez. 2023.
[126] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 111, Relator: Ministro Annibal Freire, DJ: 20/12/1944. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 dez. 2023.
[127] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 127, Relator: Ministro Philadelpho Azevedo, DJ: 15/10/1945. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.

22.121 de 1932, especificamente sobre o momento em que o remetente do café deveria optar pela venda ou retenção da mercadoria pelo Conselho Nacional do Café.

Ao proferir a decisão, o Ministro Relator ponderou a problemática relacionada à instabilidade dos arestos, com repercussão em "[...] males decorrentes da modificação de tendência dos tribunais, por mudança de pessoas ou por mudança de idéas, pelos mesmos juízes, presumidamente melhor informados"[128].

Apesar da questão ponderada, rechaça a utilização da ação rescisória como a via adequada para atenuar os "[...] inconvenientes da versatilidade judiciária [...]", por viabilizar "[...] maiores males, como o solapamento da coisa julgada, e a insegurança das sentenças judiciais"[129].

A partir da fundamentação mencionada, a ação rescisória foi julgada improcedente, com votação unânime.

Em harmonia com as decisões do Tribunal Pleno, em 1950, a Primeira Turma, nos autos do Recurso Extraordinário n.º 17.796[130], de Relatoria do Ministro Edmundo de Macedo Ludolf, deixou de conhecer do recurso, unanimemente, ao admitir que a divergência jurisprudencial não está fundamentada na legislação como hipótese de cabimento da ação rescisória.

Na ocasião, a ação rescisória proposta, objetivava, em breve resumo, a reforma de decisão em razão da apuração de falsidade da prova produzida nos autos da ação de despejo originária e, ainda, diante da mencionada divergência jurisprudencial apta a promover a rescisão da decisão, pois contrária "[...] à tese adotada a respeito, pelo 1º Grupo de Câmaras do próprio Tribunal local [...]"[131].

Especificamente sobre o argumento relacionado à divergência jurisprudencial, ponderou o Ministro Relator:

> Quanto a suposto conflito jurisprudencial, então mais avulta a improcedência das razões aduzidas, descaracterizando-se a hipótese da letra d; é que, no dizer acertado do acórdão impugnado, a divergência aludida, que aliás

[128] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 127, Relator: Ministro Philadelpho Azevedo, DJ: 15/10/1945. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
[129] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 127, Relator: Ministro Philadelpho Azevedo, DJ: 15/10/1945. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
[130] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 17796, Relator: Ministro Macedo Ludolf, DJ: 16/10/1950. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
[131] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 17796, Relator: Ministro Macedo Ludolf, DJ: 16/10/1950. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.

> apenas pode existir na aparência, não ensejaria legalmente o exercício da rescisória, nos termos permitidos.[132]

Igualmente, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n.º 14.831[133], de Relatoria do Ministro Orosimbo Nonato, deixou de conhecer do recurso, unanimemente, ao admitir que o dissídio jurisprudencial não serve de fundamento ao cabimento da ação rescisória.

Objetivava a parte, com a ação rescisória, questão relacionada à apreciação de prova e divergência da decisão proferida pelo Tribunal local em relação a outros tribunais.

Quanto ao cabimento de ação rescisória para desconstituir decisão contrária ao entendimento de outros Tribunais, o Ministro Relator destacou que, mesmo diante da ocorrência de divergência jurisprudencial entre os Tribunais "[...] não justificaria a ação rescisória que só se dá por ofensa da lei e não por motivo de dissídio de jurisprudência [...]".[134]

Em firme posicionamento, o Tribunal Pleno, nos autos da Ação Rescisória n.º 259[135], corroborou o entendimento da Corte quanto ao não cabimento da ação rescisória nos casos de divergência jurisprudencial relacionada à aplicação de lei.

A propositura da Ação Rescisória visava a invalidação de decisão proferida pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em grau recursal, a qual determinou a manutenção de decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, ao negar a determinada cláusula testamentária de inalienabilidade, o efeito da incomunicabilidade, o que, para o autor da Ação Rescisória, violou o artigo 1.723 do Código Civil.

Conforme ponderou o Ministro Relator Barros Barreto, naquele tempo, sobre a interpretação do artigo 1.723 do Código Civil, existiam na doutrina e, como consequência, na jurisprudência

> [...] duas correntes antagônicas e irredutíveis [...]: 1) a inalienabilidade não acarreta a incomunicabilidade dos bens gravados; 2) a inalienabilidade importa incomunicabilidade, ressalvada, por certo, limitação expressa do testador, permitindo a comunicabilidade.

---

[132] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 17796, Relator: Ministro Macedo Ludolf, DJ: 16/10/1950. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
[133] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 14831, Relator: Ministro Orozimbo Nonato, DJ: 03/07/1952. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
[134] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 14831, Relator: Ministro Orozimbo Nonato, DJ: 03/07/1952. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
[135] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 259, Relator: Ministro Barros Barreto, DJ: 27/11/1952. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.

> Uma terceira fórmula, eclética, atenuando os efeitos da segunda, sustenta que a inalienabilidade não implica, em regra, na incomunicabilidade, tornando-se, pois, necessário verificar o alcance da cláusula testamentária e as circunstâncias que cercaram o testamento.[136]

Identificadas as correntes mencionadas, o Ministro Relator destacou a impossibilidade de caracterização de violação de "direito escrito" quando a decisão "[...] adota interpretação oposta à de outros arestos, sobre a mesma tese jurídica [...]". E prossegue: "[...] as variações da jurisprudência na aplicação da lei, adotando uma das correntes formadas na interpretação do preceito invocado, não autorizam o exercício da rescisória [...]".[137]

Ponderadas as razões dos Ministros quanto à interpretação do artigo 1.723 do Código Civil, evidenciaram os votos seguintes, maior preocupação em consolidar o não cabimento da ação rescisória, tendo em vista a divergência na interpretação.

Em seu voto, o Ministro Nelson Hungria, destacou que se a questão possui divergência, "[...] não se pode dizer, seja qual for a solução, representa esta violação de literal disposição de lei, a autorizar ação rescisória. Pode haver controvérsia, dissídio doutrinário e jurisprudencial, mas não infração de texto expresso de lei".[138]

Consolidou-se, ao final, entendimento unânime quanto ao não cabimento da ação rescisória, em razão da divergência de interpretação pontuada.

Alguns anos depois, em debate desenvolvido no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 30.424/SP[139], realizado em 12.06.1956, de Relatoria do Ministro Ribeiro da Costa, a divergência de posicionamento dos Ministros determinou a votação do Ministro Nelson Hungria, convocado nos termos do regimento interno do Supremo Tribunal Federal[140] para desempatar o julgamento.

---

[136] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 259, Relator: Ministro Barros Barreto, DJ: 27/11/1952. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
[137] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 259, Relator: Ministro Barros Barreto, DJ: 27/11/1952. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
[138]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 259, Relator: Ministro Barros Barreto, DJ: 27/11/1952. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
[139] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 30424-SP, Relator: Ministro Ribeiro da Costa, DJ: 25/10/1956. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
[140] Art. 67: Concluído o debate oral, o Presidente tomará os votos do relator e do revisor; passando em seguida ao dos demais Ministros, na ordem inversa da antiguidade. Se houver empate o Tribunal Pleno desempatará o Presidente e, si fôr na Turma, será adiada a decisão até que se possa tomar o voto de outro Ministro, que não haja participado da votação. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decreto 20.106 (1931). Disponível em: https://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/REGIMENTOINTERNO1940.PDF. Acesso em: 09/03/2024).

A ação rescisória proposta visava a imunidade fiscal do Banco do Brasil perante a Fazenda do Estado de São Paulo, quanto à cobrança da diferença de sisa, em razão da aquisição de um prédio na cidade de Cafelândia[141] - caso este que se tornou emblemático na Corte, especialmente por conta da nebulosidade quanto ao reconhecimento (ou não) da existência de divergência sobre a interpretação do texto legal.

O Ministro Relator Ribeiro da Costa, destacou que o acórdão recorrido se prendeu "[...] ao argumento jurisprudencial, isto é, 'quando a disposição legal comporta mais de uma interpretação, a adoção de uma delas não pode ser erigida em ofensa a literal disposição de lei'"[142]. No entanto, para o Ministro, a análise não poderia ficar restrita à existência ou não de interpretação divergente. O julgamento da questão deveria avançar para verificar se, dentro da interpretação adotada, existiu violação a direito expresso:

> O sufrágio a êsse raciocínio não pode, data venia, ser levado ás extrezas, fulminando, de pronto, o exercício peculiar da ação rescisória.
> Há de indagar-se, necessáriamente, o alcance da interpretação que se haja adotado a ponto de ficar esclarecido se ela não ofende, em tese, o direito expresso.[143]

A partir de tal premissa, o Ministro Relator adentrou à questão de mérito e destacou a existência de "numerosos julgados"[144] dos tribunais locais e do próprio Supremo Tribunal Federal quanto à imunidade fiscal do Banco do Brasil, somado à ocorrência de texto expresso de lei. Diante disso, deu provimento ao recurso.

Em contrapartida, o Ministro Hahnemann Guimarães abriu os debates com entendimento divergente ao argumentar que a Segunda Turma "[...] tem assentado jurisprudência, admitida pela decisão rescindenda, isto é, que o Banco do Brasil, como sociedade de economia mista, não goza de imunidade fiscal [...]". Destacou, ainda,

---

141 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 30424-SP, Relator: Ministro Ribeiro da Costa, DJ: 25/10/1956. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
142 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 30424-SP, Relator: Ministro Ribeiro da Costa, DJ: 25/10/1956. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
143 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 30424-SP, Relator: Ministro Ribeiro da Costa, DJ: 25/10/1956. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.
144BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 30424-SP, Relator: Ministro Ribeiro da Costa, DJ: 25/10/1956. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.

que apesar da oscilação da referida jurisprudência, “[...] não se pode considerar como ferida a letra da lei”.[145]

Ao esclarecer a fundamentação utilizada, o Ministro Relator Ribeiro da Costa mencionou que se baseou em decisões do Tribunal Pleno do STF, uma vez que o Tribunal tem “[...] assentado que o Banco do Brasil goza de imunidade fiscal decorrente de lei federal expressa”.

Sobre a questão, o Ministro Hahnemann Guimarães destacou que ao Tribunal é possibilitada a variação da jurisprudência, ponto que discordou o Ministro Riberio da Costa, pois a imunidade fiscal concedida ao Banco decorre do texto legal expresso, e não de interpretação.

Encerrados os debates, o Ministro Nelson Hungria foi convocado para desempatar o julgamento, e o recurso extraordinário foi conhecido e provido para reformar a decisão proferida na ação rescisória e reconhecer a imunidade fiscal do Banco do Brasil.

Apesar do posicionamento mencionado, alguns anos depois, no Agravo de Instrumento n.º 23.562, com provimento negado de forma unânime, em julgamento ocorrido em 28.11.1960, o então Ministro Relator Nelson Hungria, mudou seu entendimento quanto à mesma questão relacionada à imunidade fiscal do Banco do Brasil, desta vez perante o Município de Campinas, para reconhecer o posicionamento majoritário do STF acerca da questão, além de consagrar o não cabimento de Ação Rescisória quando verificada a divergência jurisprudencial:

> Dissídio jurisprudencial não é arrimo à ação rescisória, ainda quando em maior número sejam os arestos no sentido pleiteado pela rescisória. No caso vertente, aliás, o que se verificou mais recentemente, pelo menos no Supremo Tribunal, é a vitória da tese que, embora contra o meu voto, nega isenção fiscal ao agravante.[146]

Reafirmando a questão, o julgamento da Ação Rescisória n.º 627, ocorrido em 31.12.1962, de Relatoria do Ministro Luiz Galotti, destacou que, mesmo a mudança de entendimento posteriormente à decisão que se pretende desconstituir, não autoriza a ação rescisória por dissídio jurisprudencial, em especial no caso referido, porque

---

145BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 30424-SP, Relator: Ministro Ribeiro da Costa, DJ: 25/10/1956. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.

146 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AI 23562-SP, Relator: Ministro Nelson Hungria, DJ: 13/11/1961. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 28 dez. 2023.

nova mudança de entendimento consagrou o posicionamento da decisão que se pretendia rescindir. Ao final, à unanimidade, a ação foi julgada improcedente.[147]

Importante precedente que deu origem à súmula 363 do STF, está inserido no contexto do julgamento dos Embargos ao Recurso Extraordinário nos autos da Ação Rescisória n.º 602, ocorrido em 22.11.1963, de relatoria do Ministro Gonçalves de Oliveira.

Cabe mencionar que, como elemento exemplificador para a caracterização da "manifesta violação à lei", o Ministro Relator utilizou o caso anteriormente tratado, relacionado à imunidade fiscal do Banco do Brasil.

A matéria, objeto de mudança jurisprudencial, foi utilizada pelo Ministro para ilustrar o não cabimento da Ação Rescisória quando a decisão que se pretende rescindir, está amparada em jurisprudência majoritária à época, pouco importando a consolidação ou mudança de entendimento posterior, pois, neste caso, não é possível considerar a violação à lei.[148]

No julgamento em questão, o Ministro Relator pondera, em diversos momentos, que a Ação Rescisória não é instrumento apto à unificação de jurisprudência. A respeito disso, esclarece:

> [...] não caberia ação rescisória para anular a sentença anterior do Supremo Tribunal, porque, em favor mesmo da tranquilidade pública, da tranquilidade jurídica, em razão mesmo da eficácia da coisa julgada, terminou o julgamento, ainda que tomado por maioria ocasional.
> A questão não podia ter sido reaberta, em ação rescisória, como se se tratasse de um recurso de revista, que tem por escopo unificar a jurisprudência, porque a ação rescisória só cabe quando há manifesta e flagrante violação da lei e isto não se entendeu, por ocasião do julgamento da rescisória, que apenas se reportou à modificação da jurisprudência [...].
> Quando julgamos essa ação, não cabe apreciar qual a melhor interpretação da lei, mas, se a decisão rescindenda é nula por violação manifesta e desenganada da lei.[149]

Por estes fundamentos, o Ministro Relator conheceu, mas negou provimento aos embargos, tendo em vista que "[...] a questão foi decidida de acordo com a

---

147 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 627, Relator: Ministro Luiz Gallotti, DJ: 03/04/1963. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 28 dez. 2023.
148 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 602-El/RJ, Relator: Ministro Gonçalves de Oliveira, DJ: 11/06/1964. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur211558/false. Acesso em: 28 dez. 2023.
149 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 602-El/RJ, Relator: Ministro Gonçalves de Oliveira, DJ: 11/06/1964. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur211558/false. Acesso em: 28 dez. 2023.

orientação então seguida pelo Supremo Tribunal, interpretando a lei, e sem ocorrência de qualquer violação [...]".

Iniciados os debates, o Ministro Victor Nunes, revisor, abriu divergência para votar pelo não conhecimento dos embargos.

Em resumo, a partir do ponto de vista divergente, com esclarecimentos do Ministro Revisor, o Ministro Gonçalves de Oliveira (Relator) demonstrou seu descontentamento quanto à mudança de jurisprudência via ação rescisória, considerando o reconhecimento do tema controvertido. Reafirmou o Ministro Relator que [...] mudar a jurisprudência para julgar procedente a ação rescisória, baseando-se em questão posterior, em que o Tribunal resolveu firmar jurisprudência, isso que é estranho [...]".[150]

Como contraponto, o Ministro Ribeiro da Costa mencionou a importância da fixação do entendimento pela Corte, para que os "juízes e Tribunais – federais e locais" observem a mesma orientação, de maneira que não deve ser alterado novamente o julgamento.

Após o debate mencionado, o Ministro Victor Nunes prosseguiu com seu voto, permanecendo a divergência, destacou o seguinte:

> Admitamos, para argumentar, que foi mal julgada a rescisória. Mas vamos corrigir o erro, agora, para contrariar a jurisprudência do Supremo Tribunal, que já foi firmada em definitivo no sentido da decisão embargada? É admissível que o Supremo Tribunal volte atrás, para decidir a questão em debate de maneira que contraria a jurisprudência hoje dominante? Parece-me que não devemos mudar.
> Assim, coerente com os pronunciamentos a que me reportei, não posso receber os presentes embargos, data vênia do eminente Relator[151].

Ao final, por maioria de votos, receberam os embargos para julgar improcedente a ação rescisória.

---

[150] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 602-El/RJ, Relator: Ministro Gonçalves de Oliveira, DJ: 11/06/1964. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur211558/false. Acesso em: 28 dez. 2023.
No mesmo sentido, o Ministro Hahnemann Guimarães salienta que "[...] a mutação de jurisprudência exclui a possibilidade de procedência da ação rescisória, porque esta só se admite quando há violação da letra da lei".

[151]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 602-El/RJ, Relator: Ministro Gonçalves de Oliveira, DJ: 11/06/1964. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur211558/false. Acesso em: 28 dez. 2023.

Em decisão que também influenciou fortemente a criação da súmula 343, no julgamento do RE 41.407[152], realizado em 04.08.1959, pela segunda turma do STF, ao interpretar o artigo 798, inciso I, alínea "c" do Código de Processo Civil de 1939, considerou que o dissídio jurisprudencial não poderia ser elemento suficiente para o julgamento favorável à ação rescisória e desconstituição da decisão.

A União propôs Ação Rescisória, sob o argumento de que a decisão proferida pelo Tribunal Federal de Recursos não observou a redação do artigo 822, p. único, inciso III do Código de Processo Civil de 1939 (incluído pelo Decreto-Lei n.º 4.565 de 1942), o qual previa o cabimento da apelação necessária das decisões proferidas contra a União, o que significa dizer que, anteriormente à Lei 1.533 de 1951[153], o recurso *ex-officio* era cabível.

Ao compreender pelo não cabimento da ação rescisória por tratar a questão de dissídio jurisprudencial, destacou o Ministro Relator Villas Bôas:

> Não é o dissídio da jurisprudência, senão o julgamento contra literal disposição de lei, que dá base ao rescisório. Não há acórdão a dizer que a sentença é nula por haver rompimento com o conformismo dos Tribunais. Todo juiz é absolutamente livre no interpretar e aplicar a lei, sendo válido, embora reformável, o seu veredicto, ainda que escape à tradição jurisprudencial.[154]

Ao defender a estabilidade das decisões, em acórdão com resultado igualmente unânime, a segunda Turma reconheceu que o dissídio jurisprudencial não caracteriza a violação de literal disposição de lei[155].

---

[152] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 41407/DF, Relator: Ministro Antonio Villas Boas, DJ: 03/09/1959. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 02 jan. 2024.

[153] Art. 12, Lei 1.533/51: Da decisão do juiz, negando ou concedendo o mandado caberá o recurso de agravo de petição, assegurando-se as partes o direito de sustentação oral perante o tribunal *ad quem*. Parágrafo único: Da decisão que conceder o mandado de segurança recorrerá o juiz *ex-ofício* sem que êsse recurso tenha efeito suspensivo. (BRASIL. **Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951**. Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao mandado de segurança. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 31 dezembro 1951).

[154] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 41407/DF, Relator: Ministro Antonio Villas Boas, DJ: 03/09/1959. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 02 jan. 2024.

[155] O Ministro Relator Victor Nunes destacou: "Se em todos os casos de interpretação de lei, por prevalecer aquela que nos pareça menos correta, houvermos de julgar procedente a ação rescisória, teremos acrescentado ao mecanismo geral dos recursos um recurso com prazo de cinco anos na maioria dos casos decididos pela Justiça. A má interpretação que justifica o iudicium rescindens há de ser de tal modo aberrante do texto que equivalha à sua violação literal. A justiça nem sempre observa, na prática quotidiana, esse salutar princípio, que, entretanto, devemos defender, em prol da estabilidade das decisões judiciais". (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 41407/DF, Relator: Ministro Antonio Villas Boas, DJ: 03/09/1959. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 02 jan. 2024).

A partir das decisões mencionadas, em 1963, no ato de criação das súmulas do STF, restou consolidado o enunciado da súmula 343 do STF, nos seguintes termos: “Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”.

Na visão de Marinoni e Mitidiero[156], a criação do enunciado sumular “[...] representou a revolta da prática contra um discurso teórico incapaz de dar respostas apropriadas ao que efetivamente acontece na vida do direito”.

Ao mesmo tempo, Cândido Rangel Dinamarco, ao discorrer sobre os objetivos de criação do enunciado sumular, destacou que

> Sendo um fator de restrição à admissibilidade da ação rescisória, essa Súmula é *ipso facto* também um fator de fortalecimento da garantia constitucional da coisa julgada material. Situa-se, pois, claramente, em um dos braços daquela balança onde são comparados os pesos da segurança jurídica e o da justiça e legalidade. Ditou-a a Corte Suprema com a declarada intenção de evitar a banalização desse remédio em si mesmo excepcional no sistema, com uma indesejável debilitação daquela garantia[157].

É possível vislumbrar que a Corte, apesar de debater a questão por algumas décadas, muito discutiu sobre a possibilidade de desconstituição de decisões a partir de dissídio jurisprudencial e utilização da ação rescisória como instrumento hábil à uniformização de jurisprudência.

Apesar da menção expressa aos precedentes AR 602 EL, RE 50046 e RE 41407, muitos outros acórdãos importantes determinaram o posicionamento da Corte quanto ao estreitamento da ação rescisória.

Neste período, é possível verificar que, mesmo diante de algumas variações de decisões, o Supremo Tribunal consolidou entendimento quanto ao não cabimento da ação rescisória quando verificada a divergência jurisprudencial; a impossibilidade de uniformização da jurisprudência em sede de ação rescisória; e a impossibilidade de desconstituição de decisão transitada em julgada no contexto de divergência jurisprudencial, em razão de posterior jurisprudência firmada.

A compreensão do contexto de criação da súmula se revelou necessária para o desenvolvimento do estudo.

---

156 MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 187.

157 DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., Salvador. JusPODIVM. 2020, v. V, p. 425.

3.1.3 O enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Civil de 1939

Como demonstrado, desde a vigência do Decreto n.º 737 de 1850, anteriormente à consolidação do entendimento do Supremo Tribunal Federal a partir da edição do enunciado da súmula 343 em 1963, a Corte já indicava uma inclinação à limitação do cabimento da ação rescisória nos casos em que verificado o contexto de divergência jurisprudencial, o que permaneceu na vigência do Código de Processo Civil de 1939.

A redação consolidada no Decreto n.º 737 de 1850 restou mantida no novo Código, quando passou a prever que "será nula a sentença quando proferida contra literal disposição de lei"[158].

Após a vigência do Código, em fevereiro de 1940, muitas decisões foram proferidas com entendimento relacionado ao estreitamento da utilização da via da ação rescisória, na forma do artigo 798, inciso I, alínea "c", quando identificado o contexto do dissídio jurisprudencial, como mencionado no subcapítulo 3.1.1, entendimento este que, apesar de algumas variações, persistiu até a consolidação do enunciado da súmula 343.

Conforme anteriormente dito, em 1956, ocorreu o julgamento do RE 30424, em que constou o entendimento da Corte quanto ao não cabimento da ação rescisória em caso de divergência jurisprudencial.

Em nova ação que, igualmente, discutia a imunidade fiscal do Banco do Brasil[159], agora, já no contexto do enunciado da súmula 343, a Corte passou a utilizá-la como um dos fundamentos para defender a impossibilidade de desconstituição da decisão através da ação rescisória.

Em seu voto, o Ministro Relator Antonio Villas Boas, acompanhado à unanimidade, ponderou que, mesmo nos casos de posterior uniformização da jurisprudência pela Corte, não pode ser compreendido que haja uma "distorção da lei".[160]

---

[158] BRASIL. **Institui o Código de Processo Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1939.

[159] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 57075-RJ, Relator: Ministro Antonio Villas Boas, DJ: 29/10/1964. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 04 jan. 2024.

[160] Segundo o Ministro, "Ainda que a jurisprudência do Supremo Tribunal se uniformize e se exprima em síntese, ninguém pode dizer que a interpretação suplantada, desde então, deve reputar-se distorção

Na decisão, destacou que com "[...] a instauração do judicium rescindens em função das variações de jurisprudência, [...] deturpar-se-á o conceito de coisa julgada e o tempo será escasso para os procedimentos revisionais, que avultarão com grave transtorno da ordem pública".[161]

No decorrer dos anos seguintes à vigência do Código de Processo Civil de 1939, o posicionamento da Corte se manteve fiel quanto à aplicabilidade do enunciado da súmula 343 do STF nos casos em que verificado o dissídio jurisprudencial.[162]

3.1.4 O enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Civil de 1973

Apesar das diversas mudanças verificadas a partir do Código de Processo Civil de 1973, inclusive quanto às novas previsões de cabimento da ação rescisória[163], ao que interessa para o presente estudo, o termo "literal disposição de lei" permaneceu intocado e determinou, mais uma vez, a formulação de diversas teorias quanto ao alcance da norma para fins de desconstituição de decisões.

A aplicabilidade do entendimento sumular, pautado no contexto do Código de Processo Civil de 1973, restou predominante pelo Supremo Tribunal ao longo dos mais de 40 (quarenta) anos de vigência do código. No entanto, durante todo o período ocorreram inúmeros debates acerca dos limites e parâmetros de aplicação da súmula o que, aliás, se verifica até os dias de hoje.

---

da lei. Ninguém ousa dizer que, quando eminentes Juízes sustentam o seu ponto-de-vista, estão perseverando no propósito de negar a regra legal ou constitucional". BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 57075-RJ, Relator: Ministro Antonio Villas Boas, DJ: 29/10/1964. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 04 jan. 2024.

[161] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 57075-RJ, Relator: Ministro Antonio Villas Boas, DJ: 29/10/1964. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 04 jan. 2024.

[162] Neste sentido: RE 57831, AR 628, RE 61604 e AR 194 EL.

[163] Dentre as novas previsões relacionadas ao cabimento da ação rescisória, é possível mencionar a possibilidade de rescisão de decisão quando verificada: que foi dada por prevaricação ou concussão do juiz; resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória; depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável; houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença; fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa. BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 janeiro 1973.

Representada como uma das primeiras decisões a respeito do tema, a partir da vigência do CPC/1973, em julgamento realizado no dia 15.05.1974, a decisão proferida nos autos da Ação Rescisória n.º 868, de relatoria do Ministro Aliomar Baleeiro, discutiu divergência quanto à aplicabilidade ou não do enunciado da súmula 343 do STF.

Em breve resumo, tratou a ação rescisória de caso emblemático relacionado à equiparação de vencimentos entre os professores militares ou militares professores e os professores à época conhecidos como catedráticos.

A União Federal, justificou o cabimento da ação rescisória a partir da mudança de pensamento sobre a questão pela Corte.

A decisão que se pretendia desconstituir julgou a questão favoravelmente aos militares – dentre outras proferidas no período (conforme menciona o Ministro Relator em seu voto) –, entendimento este modificado posteriormente ao trânsito em julgado da ação.

Quanto à aplicabilidade do enunciado da súmula 343 do STF, destacou o Ministro Relator:

> [...] Se admitíssemos a rescisão em tais casos de substituição da jurisprudência anterior, as ações desse tipo congestionariam o STF, porque não são raras as declinações de 180 graus em nossa interpretação do mesmo dispositivo. O caso dos autos, a meu ver, enquadra-se perfeitamente na Súmula n.º 343 [...].[164]

Entretanto, o Ministro Revisor, Djaci Falcão, considerou que, apesar da divergência jurisprudencial quanto à interpretação de texto de lei pontuada pelo Ministro Relator, havia uma questão de violação da Constituição Federal de 1946 que não poderia deixar de ser examinada[165].

Diante disso, considerou a violação à literal disposição de lei para julgar procedente a ação rescisória.

Em nota de esclarecimento expressou o Ministro Relator sua preocupação quanto ao alargamento das hipóteses de cabimento da ação rescisória, com a falta de

---

[164] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 868, Relator: Ministro Aliomar Baleeiro, DJ: 13/12/1974. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 07 jan. 2024.

[165] O Ministro Revisor dispôs o seguinte: “Dir-se-á que se cuida de texto de lei de interpretação controvertida nos Tribunais, de modo a não propiciar a ação rescisória (Súmula 343). Não é bem assim, desde que além da violação do art. 2º da Lei 2.142, de 24.12.1953, a ação também se arrima em afronta aos arts. 182, §5º e 185, da Carta Política de 1946 [...]”. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 868, Relator: Ministro Aliomar Baleeiro, DJ: 13/12/1974. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 07 jan. 2024.

enquadramento do caso ao enunciado da súmula 343, e assim destacou: “Tanto mais temerosa será a decisão de hoje, quanto o novo Código de Processo multiplica os casos de rescisória”.[166]

Ainda ao final do julgamento e na tentativa de reafirmar o seu pensamento, o Ministro Relator argumentou a aplicabilidade do enunciado da súmula também em razão de um posicionamento firme do STF quanto ao caso, no mesmo sentido da decisão que se pretendia rescindir, considerando, portanto, o entendimento da Corte acerca da matéria controvertida.[167]

No entanto, ao final dos debates, a ação rescisória foi julgada procedente nos termos do voto revisor, tendo em vista que, apesar da divergência quanto à interpretação de texto de lei, havia violação de norma constitucional.

Interessante decisão proferida pela Supremo Tribunal também na vigência do CPC/1973, tratou da inaplicabilidade do enunciado da súmula 343 do STF, pois, segundo o voto condutor, a controvérsia deve estar presente na ocasião da decisão que se pretende rescindir. Neste caso, a posterior interpretação controvertida dos tribunais não inviabiliza o cabimento da ação rescisória.[168]

No âmbito constitucional, a aplicabilidade do enunciado da súmula se revela, ainda nos dias de hoje, um tema responsável pelo desenvolvimento de inúmeros debates entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

A título ilustrativo, a decisão proferida nos autos do RE 89108, com julgamento realizado em agosto de 1980, desencadeou amplo debate entre os Ministros.

Em breve resumo, o caso tratava de ação rescisória com fundamento no artigo 485, V do CPC/73, proposta em agosto de 1974, e pautava-se sobre a constitucionalidade do artigo 67 da lei estadual de Goiás, n.º 7.250/68 que, após a

---

[166] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 868, Relator: Ministro Aliomar Baleeiro, DJ: 13/12/1974. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 07 jan. 2024.

[167] Segundo o Ministro Relator, “[...] a decisão rescindenda coincide com inúmeras outras decisões que passaram em julgado anos a fio. Então, ainda que se ponham em consideração dispositivos da Constituição de 1946, arguidos pelo eminente Revisor, na realidade, essa matéria foi também discutida naqueles casos, e temos a Súmula 343 [...]. No caso concreto, a matéria controvertida foi objeto de decisão do Supremo Tribunal Federal, várias vezes, recebendo solução igual à dada pelo acórdão rescindendo”.

[168] O Ministro Soarez Muñoz destacou o seguinte: “[...] rejeito a excludente do cabimento da ação rescisória, formulada com assento na Súmula 343 [...]. Ora, se a lei não era de interpretação controvertida ao tempo do acórdão, pois, inexistia, na época, decisão contrária, não é de aplicar-se, à espécie, a Súmula 343. A jurisprudência, relacionada a fls. 6, da petição inicial, é posterior ao acórdão rescindendo, o que demonstra ter o Supremo Tribunal Federal reformulado sua orientação, passando a decidir reiteradamente e sem divergência:[...]”. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 934, Relator: Ministro Decio Miranda, DJ: 13/05/1983. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 07 jan. 2024.

homologação de concurso público para provimento de dois cargos de oficial de registro de pessoas naturais, determinava o envio de lista tríplice com os três melhores classificados, para a seleção do candidato pelo governador.

Ao julgar a ação rescisória, os Ministros entenderam pela aplicabilidade do enunciado da súmula 343, pois, na época da prolação da decisão rescindenda, o art. 67 da Lei n.º 7.250 ainda não havia sido considerado inconstitucional. Além disso, na ocasião do julgamento do RE n.º 73.809-GO, em 27 de setembro de 1973, em que o Tribunal Pleno declarou a inconstitucionalidade da norma, surgiu divergência de entendimento na Corte, pois, em maio de 1971, ao julgar o RE n.º 71.583, a primeira Turma reconheceu a constitucionalidade do mesmo artigo[169].

Apesar dos fundamentos esposados, o Ministro Cunha Peixoto, Relator do Recurso Extraordinário, entendeu pela inaplicabilidade do enunciado da súmula 343, sob dois principais fundamentos: 1) não havia dissídio até a inconstitucionalidade declarada pelo STF; 2) não é possível considerar a divergência quanto à constitucionalidade da lei, pois, o aresto do RE 71.533 foi proferido pela primeira Turma em 1971, e o aresto RE 73.809 foi proferido pelo Tribunal Pleno em 1973. Portanto, o segundo julgamento "absorveu" o primeiro[170].

O Ministro Relator ressaltou, ainda, a necessária apreciação acerca da validade do artigo 67 da lei goiana perante o artigo 95, §1º da Constituição[171]. Segundo faz menção, a discussão relacionada na ação rescisória proposta diz respeito à constitucionalidade ou inconstitucionalidade do dispositivo que o governador utilizou para deixar de nomear o Recorrente.

Ainda, apontou diversas correntes quanto aos efeitos decorrentes da decisão de inconstitucionalidade, no entanto, ressaltou que, para fins de ação rescisória, não importa a ocorrência dos efeitos, mas se a norma é inconstitucional.

Destacou o Ministro que, "um ato ou uma lei inconstitucional é inexistente e, assim, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, ao denegar a segurança, aplicou um

---

[169] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 89108, Relator: Cunha Peixoto, DJ: 19/12/1980. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 08 jan. 2024.
[170] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 89108, Relator: Cunha Peixoto, DJ: 19/12/1980. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 08 jan. 2024.
[171] Art 95 - Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer. § 1º - A nomeação para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. (Constituição Federal de 1967).

dispositivo de lei inexistente, podendo a decisão ser desconstituída por meio de ação rescisória".[172]

No caso em análise, considerou o Ministro a inconstitucionalidade do artigo 67 da lei goiana. Portanto, votou pelo provimento do recurso para julgar procedente a ação rescisória.

Ato seguinte, o Ministro Décio Miranda deixou de conhecer o recurso, por compreender que o recurso extraordinário deve estar direcionado à análise dos pressupostos da ação rescisória.

Em sentido oposto, o Ministro Soarez Muñoz acompanhou o voto do Ministro Relator, e entendeu pela inaplicabilidade do enunciado da súmula 343, ao fundamentar que a controvérsia não está relacionada à lei ordinária, mas à constituição. No mesmo sentido, votou o Ministro Moreira Alves, destacando que o pressuposto ao cabimento da ação rescisória na forma do artigo 485, V do CPC/1973 determina a distinção da lei ordinária – necessária a negativa de vigência – e a lei constitucional – segundo a qual basta a contrariedade[173], bem como o Ministro Carlos Thompson Flores, Djaci Falcão e Antonio Neder.

O Ministro Cordeiro Guerra entendeu pela aplicabilidade do enunciado da súmula 343, pois, a inconstitucionalidade restou reconhecida após o trânsito em julgado da decisão que, até então, não era considerada inconstitucional, o que determinou a mudança no critério quanto à apreciação da Constituição.

O Ministro Leitão de Abreu, por sua vez, negou provimento ao recurso por compreender que a inconstitucionalidade somente passa a produzir efeitos a partir da sua declaração, cenário este que não estava presente quando da decisão que se pretendia rescindir.

Após as votações que se sucederam, o Ministro Décio Miranda ponderou a sua opinião isolada acerca do não conhecimento do recurso e optou por *reconsiderar sua decisão* para dar provimento ao recurso e julgar procedente a ação rescisória sob o principal fundamento de que "[...] os efeitos pretéritos da lei inconstitucional não podem prevalecer [...][174]".

---

[172] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 89108, Relator: Cunha Peixoto, DJ: 19/12/1980. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 08 jan. 2024.
[173] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 89108, Relator: Cunha Peixoto, DJ: 19/12/1980. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 08 jan. 2024.
[174] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 89108, Relator: Cunha Peixoto, DJ: 19/12/1980. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 08 jan. 2024.

Em voto isolado, o Ministro Xavier de Alburquerque deixou de conhecer do recurso por compreender que a decisão não negou vigência ao artigo 485, V do CPC/1975.

Ao final, o recurso foi provido nos termos do voto do Ministro Relator[175] para reconhecer a inconstitucionalidade do artigo 67 da lei goiana e julgar procedente a ação rescisória.

Em outro caso julgado pela segunda Turma do Supremo Tribunal, o Ministro Relator Djaci Falcão, acompanhado pelos demais Ministros, deu provimento ao Recurso Extraordinário (102.546-8) para fins de determinar ao Tribunal de Justiça do Paraná o julgamento da ação rescisória, diante da inaplicabilidade do enunciado da súmula 343 ao caso.

O Ministro fundamentou que a interpretação divergente dentro do mesmo Tribunal não determina o reconhecimento da divergência de interpretação prevista no enunciado da súmula 343. Mais ainda, no caso em destaque, na verdade, ocorreram orientações diversas, com a mudança de entendimento do Tribunal local após a prolação da decisão que se pretendia rescindir, e não divergência propriamente dita.

Com base no argumento mencionado, destacou o Ministro que a orientação diversa e posterior não impõe a caracterização da divergência prevista na súmula, sendo, portanto, pertinente o ajuizamento da ação rescisória[176].

A partir das decisões mencionadas, verifica-se que logo nos primeiros anos após a publicação do enunciado, o Supremo Tribunal demonstrou um desajuste e desalinhamento quanto à interpretação e aplicação do verbete, quadro este que restou até mesmo agravado a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988.

3.1.5 O enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988

Apesar de iniciado o julgamento em 1988, anteriormente à promulgação da Constituição Federal em outubro, o encerramento do julgamento da Ação Rescisória n.º 1271 ocorreu apenas em 1992.

---

[175] Em decisões posteriores e no mesmo sentido: RE 102.546-8, RE 90845 e RE 103.502-1.
[176] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 102.546-8, Relator: Djaci Falcão, DJ: 01/04/1985. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 11 jan. 2024.

Dentre os argumentos tratados, a violação ao artigo 485, V do CPC/1973 rendeu posicionamentos divergentes do Supremo, que guardam especial pertinência com o enunciado da súmula 343.

Em voto divergente do Ministro Sydney Sanches, que, inclusive, motivou a apresentação de nota explicativa pelo Ministro Relator, a argumentação foi direcionada à procedência da ação rescisória.

Ao que interesse para o presente estudo, especificamente sobre a configuração da divergência para fins de enquadramento do caso na súmula 343, o Ministro mitigou a abrangência do termo para estabelecer uma compreensão mais limitada, ao argumento de que a violação à literal disposição de lei, ocorreu em razão da aplicação equivocada do artigo 1º, em lugar da aplicação do artigo 3º do Decreto n.º 20.910/1932, para fins reconhecimento da prescrição de prestações com vencimentos mensais.

Em divergência, o Ministro relembrou que a segunda turma, ao julgar a mesma questão dentro do intervalo de 02 (dois) anos, com diversa composição na turma, julgou de maneira diferente, ora reconhecendo a prescrição do próprio fundo do direito, ora apenas das parcelas mensais.

Sobre a questão, ressaltou o Ministro Sydney Sanches que referida divergência é "[...] episódica, que não pode, 'data venia', ser invocada, para obstar a ação rescisória, com base na Súmula 343". Acrescenta, ainda, que "[...] a jurisprudência do S.T.F. já se consolidara na Súmula 343, fundada exatamente em julgados que focalizaram o art. 3º do Decreto n.º 20.910/32".[177]

A argumentação ponderada, no entanto, não foi seguida pelos demais Ministros, o que determinou a improcedência da ação pela votação da maioria.

Em outro pronunciamento, agora com efetivo destaque para as mudanças na legislação promovidas a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, a Corte tratou, na ação rescisória n.º 1326, sobre o momento de fixação da correção monetária para os honorários advocatícios.

Destacou o Ministro Relator, quanto à interpretação de lei federal, que "[...] a Constituição de 1988 cometeu ao juízo do Superior Tribunal de Justiça [...]".[178]

---

[177] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 1271, Relator: Célio Borja, DJ: 06/09/2001. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 11 jan. 2024.
[178] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 1326, Relator: Maurício Corrêa, DJ: 06/06/1997. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 15 jan. 2024.

De fato, a questão foi decidida e, inclusive, com interpretação sumulada pelo STJ, no entanto, diante da divergência da questão na ocasião da decisão objeto da ação rescisória, à unanimidade, a ação foi julgada improcedente.

Em processo com discussão sobre isenção tributária de ICM relacionado à saída das máquinas e equipamentos adquiridos para projetos de obras de interesse nacional, deliberada a submissão do recurso ao Pleno, originariamente distribuído para a segunda turma, restou decidida a aplicabilidade do enunciado da súmula diante da divergência observada nos tribunais locais, relacionada à legislação tributária, sem que tenha ocorrido a "[...] invocação de matéria constitucional."[179]

A promulgação da Constituição Federal em 1988 passou a intensificar a interposição de recursos com fundamento na violação ao devido processo legal, e os limites que permeiam a intersecção do enunciado 343 para fins obstaculizar a utilização da ação rescisória como instrumento de flexibilização da coisa julgada, passaram a ser objeto de discussão recorrente em alguns julgados.

Como mencionado anteriormente, algumas decisões do Supremo Tribunal passaram a tratar, especificamente, sobre a inaplicabilidade do enunciado sumular para afastar o cabimento da ação rescisória quanto à discussão de matéria no âmbito constitucional.

O Ministro Gilmar Mendes, relator no AG REG 235.794-7 enfatizou muito bem a questão, ao defender a atuação inafastável do Supremo Tribunal Federal enquanto guardião da Carta Magna.

O raciocínio desenvolvido pelo Ministro na fundamentação da decisão proferida, possui interessante relação com a narrativa de Cândido Rangel Dinamarco ao tratar do tema *jurisdição constitucional.* Destaca o autor, que

> [...] os mecanismos e institutos integrantes da jurisdição constitucional guardam estreita relação funcional com a atenção do constituinte ao equilíbrio entre poder e liberdade e ao reconhecimento de que a lei, os estatutos e o contrato só se legitimam na medida de sua compatibilidade com os valores guardados superiormente na Constituição e não, simplesmente, porque tenham em si próprios a razão de sua existência e eficácia (*jus quia jussum*): é preciso assegurar, inclusive mediante a predisposição de formas adequadas, rápidas e enérgicas para o exercício da jurisdição, a prevalência normativa oriunda da mais elevada fonte de poder no Estado, ou seja, assegurar a *supremacia da Constituição.*[...]

[179] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 171.727, Relator: Carlos Velloso, DJ: 02/08/2002. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 15 jan. 2024.

> No contexto da jurisdição constitucional, indispensável no Estado-de-direito, a primeira ordem de mecanismos que a doutrina traz à colação é a daqueles destinados ao *controle da constitucionalidade das leis*".[180]

E complementa:

> [...] Indica-se o controle da constitucionalidade das leis como o mais moderno entre os instrumentos destinados a tornar efetivo o princípio da supremacia constitucional, pouco importando se ele é feito por órgão específico (as cortes constitucionais europeias) ou se constitui controle *difuso* a ser feito pelo Poder Judiciário, como no sistema norte-americano, que no Brasil se adota; o que tem relevância é tratar-se de controle *inter-órgãos*, feito por instituição diversa daquela responsável pela elaboração da norma.[181]

Dentro dessa linha de raciocínio – pautada especialmente na supremacia da Constituição – o Ministro Gilmar Mendes salientou o papel fundamental do Supremo Tribunal Federal como guardião da Carta Magna[182]. O desempenho dessa função, segundo dispõe, deve estar relacionado à interpretação do texto constitucional com a necessária adesão dos tribunais locais à deliberação realizada pela Corte, sendo a ação rescisória o instrumento hábil à superação de divergências relacionadas à interpretação do texto constitucional.[183]

Os fundamentos seguintes do voto do Ministro Gilmar Mendes fortalecem o posicionamento da Corte, conforme decisões anteriormente mencionadas, quanto ao afastamento do enunciado da súmula 343, nos casos em que se verifica divergência de interpretação de normas constitucionais. Sobre a questão, destacou o Ministro Relator:

---

[180] DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo.** 16ª ed. São Paulo: JusPODIVM. 2022, p. 25.

[181] DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo.** 16ª ed. São Paulo: JusPODIVM. 2022, p. 25-26.

[182] Assim dispõe o artigo 102 da Constituição Federal:
Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: [...].

[183] Diante da relevância da decisão, faz-se indispensável a menção ao voto do Ministro Gilmar Mendes sobre o ponto em destaque: [...] Se ao Supremo Tribunal Federal compete, precipuamente, a guarda da Constituição Federal, é certo que a sua interpretação do texto constitucional deve ser acompanhada pelos demais Tribunais, em decorrência do efeito definitivo absoluto outorgado à sua decisão. Não se pode diminuir a eficácia das decisões do Supremo Tribunal Federal, com a manutenção de decisões divergentes. Assim, se somente por meio do controle difuso de constitucionalidade, portanto, anos após as questões terem sido decididas pelos Tribunais inferiores, é que o Supremo Tribunal Federal veio a apreciá-la, é a ação rescisória, com fundamento em violação de literal disposição de lei, instrumento adequado para superação de decisão divergente.
Contrariamente, a manutenção de soluções divergentes, em instâncias inferiores, sobre o mesmo tema, provocaria, além da desconsideração do próprio conteúdo da decisão desta Corte, última intérprete do texto constitucional, a fragilização da força normativa da Constituição". (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 235.794-7 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 14/11/2002. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024).

> [...] A aplicação da Súmula 343 em matéria constitucional revela-se afrontosa não só à força normativa da Constituição, mas também ao princípio da máxima efetividade da norma Constitucional. Admitir a aplicação da orientação contida no aludido verbete em matéria de interpretação constitucional significa fortalecer as decisões das instâncias ordinárias em detrimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Tal prática afigura-se tanto mais grave se se considerar que no nosso sistema geral de controle de constitucionalidade a voz do STF somente será ouvida após anos de tramitação das questões em duas instâncias. Privilegiar a interpretação controvertida, para a mantença de julgado desenvolvido contra a orientação desta Corte, significa afrontar a efetividade da Constituição.[184]

Com base na fundamentação do voto condutor, a segunda turma, de forma unânime, negou provimento ao recurso e afastou a tese de aplicabilidade do enunciado da súmula 343, o que determinou a viabilidade da ação rescisória.

Poucos meses depois, em novo julgamento, também de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, a segunda turma manteve o entendimento e decidiu pela inaplicabilidade do enunciado da súmula 343 em relação à divergência de interpretação de normas constitucionais[185].

No entanto, alguns anos depois, a turma afetou ao Plenário do Tribunal o julgamento de recurso, o que determinou o desenvolvimento de extenso debate pelos Ministros quanto ao alcance do enunciado da súmula 343 e, em determinado momento, até mesmo em relação à decisão que promoveu a afetação ao Plenário dos embargos de declaração.

Enquanto defensor contumaz do papel do Supremo Tribunal Federal de guardião da Constituição Federal, o Ministro Gilmar Mendes desenvolveu, a partir de seu voto, notável argumentação que, ao final, inclusive, evolui para a sugestão de alguns Ministros, quanto à alteração, aditamento, nova edição de enunciado de súmula ou, até mesmo, o cancelamento da súmula 343.

Especificamente em relação aos fundamentos adicionais ponderados pelo Ministro Gilmar Mendes, para sustentar a inaplicabilidade do enunciado da súmula 343 em relação à interpretação controvertida de matéria constitucional, alguns pontos mencionados merecem destaque.

O primeiro ponto está relacionado aos parâmetros para identificar a mitigação quanto à aplicabilidade do enunciado da súmula “[...] especificamente, aos processos

---

[184] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 235.794-7 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 14/11/2002. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.
[185] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.

que identificam matéria contraditória à época da discussão originária, questão constitucional, bem como jurisprudência supervenientemente fixada, em favor da tese do interessado"[186].

Ainda, na visão do Ministro, a ação rescisória é instrumento suficiente ao atendimento da "[...] efetiva realização da ideia de Justiça. [...] Ou seja, a partir da rescisória, constrói o legislador uma espécie de válvula de segurança, uma última via de correção para o sistema judicial [...] sujeita a prazo e a hipóteses específicas [...]".[187]

Particularmente, quanto à ação rescisória que visa a desconstituição de decisão que viola literal disposição de lei, defende o Ministro Gilmar Mendes que "[...] o propósito imediato é o de garantir a máxima eficácia da ordem legislativa em sentido amplo". E prossegue: "[...] A violação à literal disposição de lei obviamente contempla a violação às normas constitucionais, o que poderia ser considerado como um tipo de violação 'qualificada'"[188].

Em relação à mitigação do enunciado da súmula 343 para questões que envolvem interpretação constitucional, o Ministro melhor ilustrou o seu raciocínio ao estabelecer um vínculo da utilização do instrumento com a necessária observância ao princípio da isonomia[189].

Ademais, considerou que a leitura do artigo 485, V do CPC/2015 deve ser realizada sob o viés constitucional, de maneira que "[...] já não teria dificuldades em admitir a rescisória [...] nos casos em que o pedido de revisão da coisa julgada funda-se em violação às decisões definitivas desta Corte em matéria Constitucional". Destacou, dentro da linha de argumentação apresentada, a necessária observância

---

[186] Neste ponto, inclusive, o Ministro Relator defende a reformulação do conteúdo da súmula, conforme destacou: "[...] tenho reiteradamente observado nesta Corte que este verbete precisa ser revisto". (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE-ED 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024).

[187] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.

[188] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.

[189] O Ministro, defensor da inaplicabilidade da súmula para questões que envolvem divergência de interpretação do texto constitucional, compreende que "[...] negar a via da ação rescisória para fins de fazer valer a intepretação constitucional do Supremo importa, a rigor, em admitir uma violação muito mais grave à ordem normativa. Sim, pois aqui a afronta se dirige a uma intepretação que pode ser tomada como a própria interpretação constitucional realizada". BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.

da limitação temporal para o exercício desse direito, o que permite uma maior aproximação ao instituto da segurança jurídica.[190]

O Ministro reafirmou seu posicionamento ao evidenciar uma interpretação menos restritiva do enunciado processual, com o objetivo precípuo de promover maior efetividade da Constituição.[191]

Ao final, conhece, mas rejeita os embargos de declaração por ausência de omissão, obscuridade ou contradição, restando mantida a decisão que determinou a apreciação da ação rescisória.

Em seguida, o Ministro Menezes Direito acompanhou o voto do Ministro Relator, com destaque para a sugestão de edição de súmula com efeito vinculante, inclusive[192].

Igualmente, votou a Ministra Carmen Lúcia, o Ministro Ricardo Lewandowski e o Ministro Carlos Ayres Britto – este, excepcionando o melhor desenvolvimento da questão com a identificação de outras decisões no mesmo sentido para criação da súmula vinculante.

O Ministro Cezar Peluso, por sua vez, acompanhou o voto do Relator, mas ressalvou o entendimento de cancelamento da súmula.[193]

Em nota explicativa inaugurada pelo Ministro Carlos Ayres Britto, foi dado início a outro extenso debate, dessa vez motivado por novas considerações colocadas pelo Ministro Marco Aurélio, que abriu divergência e deixou de acompanhar o voto do Relator.

De início, destacou o Ministro que no contexto de criação do enunciado da súmula, a lógica estava relacionada à impossibilidade de caracterização da violação literal quando verificada interpretações diversas da norma.

---

[190] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.

[191] Segundo o Ministro, “A exegese restritiva, que na verdade assume um caráter excessivamente defensivo, acaba por privilegiar a interpretação controvertida, para a mantença de julgado desenvolvido contra a orientação desta Corte, significa afrontar a efetividade da Constituição”. RE ED 328812, p. 19.

[192] Ponderou o Ministro sobre a extrema necessidade de consagrar a interpretação “[...] numa súmula, para que ela tenha eficácia com relação às instâncias ordinárias e aos Tribunais superiores. [...] que se sumule a matéria até mesmo com efeito vinculante. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.

[193] Assim se posicionou o Ministro Cezar Peluso: “Senhor Presidente, a meu gosto, cancelaria a súmula. Em não se tratando de interpretação evolutiva, não consigo entender como possam subsistir, numa sociedade unitária como a nossa, de direito federal centralizado, interpretações disformes da mesma norma”. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.

Além disso, compreendeu pela competência da Turma – e não do Plenário – quanto à análise dos embargos de declaração, bem como pela inexistência de omissão, contradição ou obscuridade, de maneira que deixou de conhecer os embargos, preliminarmente, por entender que não é devido o julgamento pelo Plenário, e pelo desprovimento diante da inexistência de omissão, contradição ou obscuridade[194].

Em debate, esclareceram alguns Ministros acerca do ponto de enfrentamento necessário ao Plenário, preconizado pela divergência quanto ao entendimento da Corte sobre a aplicabilidade do enunciado da súmula 343.

O Ministro Celso de Mello acompanhou o Ministro Relator e encerrou os debates, com destaque para os seguintes argumentos:

> [...] Confere, a esta Corte Suprema, o meio instrumental necessário a implementar a autoridade de suas próprias decisões em matéria constitucional e a tornar efetivos, reais, o primado e a força normativa da Constituição, de tal modo que, em havendo controvérsia na interpretação do texto constitucional, possa ser admitido o ajuizamento de ação rescisória, considerado o que dispõe o próprio art. 485, inciso V, do CPC. Dessa forma, reputar-se-á admissível a ação rescisória, quando fundada em alegada ofensa a literal disposição do texto da Carta Política, viabilizando-se, desse modo, a desconstituição da autoridade da coisa julgada em matéria na qual haja ou tenha havido interpretação controvertida do próprio texto da Constituição.
> Com esse entendimento, fortalece-se, no plano institucional, o papel do Supremo Tribunal Federal e intensifica-se o sistema de proteção e guarda da própria supremacia material e formal de que se reveste a ordem jurídica consubstanciada na Constituição da República.[195]

Nestes termos, os embargos foram rejeitados à unanimidade[196], com a divergência apresentada pelo Ministro Marco Aurélio.

Em novo julgamento submetido ao Plenário, dessa vez de relatoria do Ministro Marco Aurélio, o Recurso Extraordinário n.º 590.809, com repercussão geral reconhecida, pautado sob o tema n.º 136, visava, nas palavras do Ministro Relator, a elucidação, de forma sucessiva, dos seguintes pontos:

> [...] a) se deve ser observado, presente a circunstância de estar em jogo matéria constitucional, o Verbete nº 343 da Súmula do Supremo; b) mostrando-se positiva a resposta, se o tema era de interpretação controvertida neste Tribunal quando da formalização do acórdão

---

[194] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.
[195] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.
[196] No mesmo sentido: AR 1527

> rescindendo, a justificar a declaração de improcedência do pedido rescisório por afronta a literal disposição normativa.[197]

Conforme posicionamento em julgamento realizado em Plenário (RE ED 328812), o Ministro reafirmou seu entendimento, ou seja, da aplicação do verbete mesmo em casos relacionados à matéria constitucional.

Após intensos debates, alguns Ministros pautaram a fundamentação pela impossibilidade de relativizar a coisa julgada.

O tema é notadamente sensível, não só dentro dos Tribunais, mas, no próprio Supremo Tribunal Federal, como há muito se discute na doutrina.

Aliás, quanto à relativização da coisa julgada, Antonio Cintra, Ada Pellegrini e Dinamarco, situaram o problema a partir da divergência doutrinária observada à época:

> [...] segundo parte da doutrina seria possível desconsiderar a coisa julgada, em processo próprio, para que prevaleça outro bem constitucionalmente tutelado, de índole material [...].
> Mas outra parte da doutrina insurge-se contra a ideia da *relativização* ou desconsideração da coisa julgada, por ver nesta um inarredável postulado inerente ao Estado-de-direito, tão intocável quanto a segurança jurídica, que é o bem que ele visa a assegurar[198].

O Ministro Marco Aurélio, por sua vez, justificou sua compreensão quanto ao afastamento da ação rescisória com base no enunciado da súmula 343 ao caso, com especial destaque quanto à natureza de cláusula pétrea da coisa julgada:

> [...] não se trata de defender o afastamento da medida instrumental – a rescisória – presente qualquer grau de divergência jurisprudencial, mas de prestigiar a coisa julgada se, quando formada, o teor da solução do litígio dividia a interpretação dos Tribunais pátrios ou, com maior razão, se contava com óptica do próprio Supremo favorável à tese adotada. Assim deve ser, indiferentemente, quanto a ato legal ou constitucional, porque, em ambos, existe distinção ontológica entre texto normativo e norma jurídica. [...]
> Pretende-se, na realidade, utilizar a ação rescisória como mecanismo de uniformização da interpretação da Carta, particularmente, do princípio constitucional da não cumulatividade no tocante ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, olvidando-se a garantia constitucional da coisa julgada material. [...]
> Não posso admitir, sob pena de desprezo à garantia constitucional da coisa julgada, a recusa apriorística do mencionado verbete, como se a rescisória pudesse "conformar" os pronunciamentos dos tribunais brasileiros com a jurisprudência de último momento do Supremo, mesmo considerada a interpretação da norma constitucional. Neste processo, ainda mais não sendo o novo paradigma ato declaratório de inconstitucionalidade, assento a

---

[197] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 590.809 RG, Relator: Marco Aurélio, DJ: 13/03/2009. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024.
[198] CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria geral do processo.** 21ª ed., São Paulo: Malheiros, 2005, p. 315-316.

> possibilidade de observar o Verbete nº 343 da Súmula se satisfeitos os pressupostos próprios.
> Quanto a estes – os pressupostos –, entendo-os preenchidos[199].

Com base nesses argumentos, conheceu do recurso e deu provimento para julgar improcedente a ação rescisória.

O Ministro Dias Toffoli, em voto isolado, deu provimento ao recurso para declarar a decadência da ação rescisória.[200]

Em nota de esclarecimento, o Ministro Luiz Fux destacou a importância do julgamento do caso e, na qualidade de integrante da Comissão do Novo Código de Processo Civil, ponderou que antes de determinar uma força obrigatória da jurisprudência, deve haver estabilidade e segurança jurídica ao jurisdicionado. Sobre a questão, esclareceu que

> [...] na própria exposição de motivos, então, nós tocamos nesse aspecto, assentando que, em primeiro lugar, interpretar não é violar; violar é produzir uma decisão que se desmanda, porque ela é contrária à ordem jurídica. Isso, em primeiro lugar.
> Em segundo lugar, fazemos questão de destacar que a jurisprudência exsurgente não faz com que a decisão proferida conforme a jurisprudência então em vigor encerre uma violação à ordem jurídica como um todo, como soe ocorrer com a violação da jurisprudência.[201]

Assentada a complexidade do tema entre os Ministros, a Ministra Carmen Lúcia pleiteou vista antecipada dos autos[202] e prolatou voto vista.

Ao analisar a questão pontuada pelo Ministro Dias Toffoli sobre a decadência, a Ministra entendeu não ser o caso dos autos, bem como relativizou a aplicação do enunciado da súmula 343, com base na jurisprudência do STF[203], de modo a entender pelo cabimento da Ação Rescisória.

Sobre o mérito recursal, destacou que a decisão recorrida desconsiderou a mudança do entendimento jurisprudencial da Corte apenas posteriormente à decisão

---

[199] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 590.809 RG, Relator: Marco Aurélio, DJ: 13/03/2009. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024.
[200] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 590.809 RG, Relator: Marco Aurélio, DJ: 13/03/2009. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024.
[201] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 590.809 RG, Relator: Marco Aurélio, DJ: 13/03/2009. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024.
[202] A Ministra, por sua vez, ao pedir vista antecipada, destacou "[...] a gravidade da matéria e o número de processos que, sobrestados, aguardam o julgamento desta causa". BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 590.809 RG, Relator: Marco Aurélio, DJ: 13/03/2009. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024.
[203] Em especial a decisão anteriormente mencionada, referente ao RE ED 328812.

rescindenda. Ao mesmo tempo, a decisão rescindenda considerou o que prevalecia como orientação jurisprudencial na época de sua prolação[204].

Em seguida, o Ministro Teori Zavascki, igualmente, afastou a decadência, pois, reconhecida a matéria infraconstitucional, e por se tratar de matéria não cognoscível de ofício.

O destaque suscitado anteriormente no voto realizado pelo Ministro Gilmar Mendes nos autos do RE ED 328812, com especial apontamento da doutrina de Teori Zavascki[205], remete à fundamentação semelhante quanto ao pronunciamento do Ministro em relação à súmula 343[206].

Além disso, o Ministro suscitou importante questão ao abrir divergência, evidenciando desarmonia quanto ao que a Corte pretendia decidir – ao mesmo tempo em que se reconhecia maior incidência de princípios como isonomia, supremacia da constituição e da segurança jurídica para fins de afastar o enunciado da súmula 343, a partir da votação proposta pelo Ministro Relator, a Corte permitiria um tratamento anti-isonômico e, inclusive, com alteração do posicionamento da Corte acerca da modulação temporal dos efeitos do julgamento.[207]

---

[204] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 590.809 RG, Relator: Marco Aurélio, DJ: 13/03/2009. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024.

[205] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.

[206] Assim se pronunciou o Ministro: "[...] preservar, em qualquer circunstância, a supremacia da Constituição e a sua aplicação uniforme a todos os destinatários e de preservar a autoridade do STF de guardião da Constituição, de órgão com legitimidade constitucional para dar a palavra definitiva em temas relacionados com a interpretação e a aplicação da Carta Magna.
Supremacia da Constituição (e sua aplicação uniforme) e autoridade do STF são, na verdade, valores associados e que têm sentido transcendental justamente quando associados. Há, entre eles, relação de meio e fim. Em se tratando de ação rescisória em matéria constitucional, portanto, concorre decisivamente para um tratamento diferenciado do que seja *literal violação* a interpretação da norma na palavra do STF, guardião da Constituição. Ela, associada ao princípio da supremacia e do tratamento isonômico, é que justifica, nas ações rescisórias, a substituição do parâmetro negativo da súmula 343 (*negativo* porque indica que, sendo controvertida a matéria nos tribunais, *não há violação literal* a preceito normativo a ensejar rescisão), por um parâmetro *positivo*, segundo o qual há violação à Constituição na sentença que, em matéria constitucional, é contrária a pronunciamento do STF". BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 590.809 RG, Relator: Marco Aurélio, DJ: 13/03/2009. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024.

[207] O pertinente apontamento do Ministro Teori Zavascki ocorreu em razão do julgamento do RE 353.657, pois, em questão de ordem suscitada, a Corte entendeu pelo descabimento da modulação dos efeitos à decisão que deixou de reconhecer o direito ao creditamento em relação ao IPI – voto isolado do Ministro Ricardo Lewandowski no sentido de conceder efeitos prospectivos – inclusive pela compreensão da Corte de que não existia, no caso, modificação de jurisprudência mansa e pacífica. Aliás, com longos debates realizados em Plenário no decorrer da votação.
Nestes termos, consolidou-se a ementa no seguinte sentido: "IPI - INSUMO - ALÍQUOTA ZERO - AUSÊNCIA DE DIREITO AO CREDITAMENTO. Conforme disposto no inciso II do § 3º do artigo 153 da Constituição Federal, observa-se o princípio da não-cumulatividade compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores, ante o que não se pode cogitar de direito a crédito quando o insumo entra na indústria considerada a alíquota zero". (BRASIL. Supremo

Em linhas gerais, pontuou o Ministro a pretensão que ali se traduzia de alteração de entendimento anteriormente representado no RE 353657, para conceder, através do julgamento do recurso em comento, novos efeitos, estes prospectivos. Sobre a questão, muito bem esclareceu o Ministro Teori Zavascki:

> [...] Trata-se, em outras palavras, de pedido de modulação temporal dos efeitos expansivos da decisão proferida naquele julgamento. O recurso, é bom registrar, está submetido ao regime de repercussão geral, a significar que a aceitação da tese nele proposta significa afirmar o caráter impositivo (= obrigatório) da outorga de efeitos *ex nunc* às de decisões do STF que possam importar alteração da jurisprudência.
> Ora, essa sim é uma tese que representa notável mudança de orientação da Suprema Corte, cujas consequências precisam ser medidas com extrema cautela. [...] A regra há de ser o tratamento igualitário, e assim tem sido o entendimento do Tribunal, que raramente atribui modulação temporal aos seus julgados.[208]

Em essência, os fundamentos ora mencionados serviram de amparo para o não provimento do recurso pelo Ministro Teori Zavascki. No mesmo sentido, seguiu a divergência o Ministro Gilmar Mendes.

Ato contínuo, acompanharam o voto do Relator, o Ministro Luiz Fuz e a Ministra Rosa Weber.

Pautado pela impossibilidade de relativização da coisa julgada[209], o Ministro Celso de Mello acompanhou o voto do Relator, que se fez vencedor por maioria de votos.

Ao final, a seguinte tese restou consolidada: “Não cabe ação rescisória quando o julgado estiver em harmonia com o entendimento firmado pelo Plenário do Supremo

---

Tribunal Federal. RE 353657, Relator: Marco Aurélio, DJ: 06/03/2008. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 23 jan. 2024..

[208] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 590.809 RG, Relator: Marco Aurélio, DJ: 13/03/2009. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024.

[209] Assim, em brevíssimo resumo, restou consolidado o voto do Ministro: “A **pretendida** “*relativização*” da coisa julgada – *tese que tenho repudiado* em **diversos** julgamentos proferidos no Supremo Tribunal Federal (**RE** 554.111/RS – **RE** 592.912/RS – **RE** 594.350/RS – **RE** 594.892/RS – **RE** 594.929/RS, **dos quais** sou Relator) – **provocaria** *consequências altamente lesivas* **à estabilidade** das relações intersubjetivas, **à exigência** de certeza e de segurança jurídicas **e à preservação** do equilíbrio social, **valendo destacar**, *em face da absoluta pertinência de suas observações*, **a advertência** de ARAKEN DE ASSIS (“**Eficácia da Coisa Julgada Inconstitucional**”, “*in*” **Revista Jurídica** nº 301/7-29, **12-13**): [...] **Todas as considerações** que venho de fazer **resumem-se** *a um único ponto*, **que consiste** no reconhecimento *de que a segurança jurídica*, **proporcionada** *pela autoridade da coisa julgada*, **representa**, *no contexto de nosso sistema normativo*, **o fundamento essencial** da ordem constitucional, *necessariamente condicionante* da resolução da presente controvérsia.
É por isso, Senhor Presidente, que, **não podendo** reconhecer *a ocorrência de hipótese de rescindibilidade* do julgado **em superveniente** mudança jurisprudencial, **pois** a ação rescisória **não** se qualifica como instrumento de uniformização de jurisprudência, **acompanho** o douto voto do eminente Relator, **para dar provimento** ao presente recurso extraordinário”. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 590.809 RG, Relator: Marco Aurélio, DJ: 13/03/2009. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024.

à época da formalização do acórdão rescindendo, ainda que ocorra posterior superação do precedente".[210]

Apesar da tese firmada, conforme visto, o entendimento na Corte não foi unânime. Quanto ao entendimento doutrinário, Cândido Rangel Dinamarco também se posicionou favoravelmente ao discurso mais restritivo de aplicabilidade da súmula.[211]

Ao mesmo tempo, Teresa Arruda Alvim e Maria Lins Conceição, teceram críticas à decisão, diante da insistência quanto aos fundamentos de que não é possível "[...] confundir a ação rescisória com um mero instrumento para uniformizar a jurisprudência". Na visão das autoras, essa função também é desempenhada pela "[...] ação rescisória, embora apenas de forma secundária". E justificam: "[...] de fato, quando se considera errada a interpretação que se deu à lei, configurando essa interpretação violação a *norma jurídica,* a ação rescisória desempenha, sim, papel uniformizador". Ainda, sugerem que "[...] caso não se queira realmente admitir a rescisória (como se fez no acórdão ora criticado), mais acertado teria sido a modulação dos efeitos da mudança e não o recurso à vetusta e infeliz Súmula 343".[212]

A partir da análise das mais diversas decisões proferidas pelo próprio Supremo Tribunal Federal, verifica-se que, mesmo após mais de 50 (cinquenta) anos, o enunciado da súmula 343 sempre esteve pautado como um tema sensível, especialmente a partir do período de vigência da Constituição Federal e do antigo Código de Processo Civil de 1973.

Interessante mencionar os dizeres de Eduardo Talamini, em obra dedicada à coisa julgada e sua revisão, ainda na vigência do CPC/1973, ao alertar, quanto ao alcance do termo "literal disposição de lei" e a súmula 343, que

> [...] Como descrição do processo cognitivo desenvolvido na interpretação, procede a afirmação da pluralidade de soluções certas (razoáveis). Mas para

---

[210] Posteriormente, no mesmo sentido: AR 2.311-RS.

[211] Dentro do contexto ora apresentado, e na linha dos votos proferidos pelo Ministro Gilmar Mendes e Ministro Teori Zavaski no RE 590.809, o autor pontuou que "a orientação anterior era mais consentânea com a valia de uma Constituição na ordem político-jurídica de uma Nação. O Supremo Tribunal Federal, que, por definição institucional, deveria ser um fiel *guarda da Constituição,* deveria deixar as portas abertas ao combate contra decisões transgressivas a esta, sob pena de instabilidade no sistema. Minimizar o controle de constitucionalidade dessas decisões é enfraquecer a Constituição Federal, o que não convém à segurança jurídica inerente a todo regime democrático. Felizmente, ainda se veem lá e cá algumas decisões do Supremo Tribunal Federal no sentido desejado, excluindo a aplicação da Súmula n. 343 quando se trata de alegação de matéria constitucional". (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., Salvador: JusPODIVM. 2020, v. V, p. 427).

[212] ARRUDA ALVIM, Teresa. CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins. **Ação rescisória e *querela nullitatis.*** São Paulo. Thomson Reuters, 2020, p. 296.

> que o sistema jurídico possa operar – inclusive no que concerne à efetivação da isonomia, do controle dos atos estatais, da inafastabilidade da tutela, da segurança e certeza jurídicas –, há de se pressupor que, idealmente, há uma única solução correta[213].

Conforme pontuado anteriormente, a aproximação ao sistema de precedentes a partir do atual modelo previsto no Código de Processo Civil de 2015, requalifica a discussão do tema a partir da ação rescisória prevista no artigo 966, inciso V e do enunciado da súmula 343 do STF[214], como será abordado a seguir.

3.1.6 O enunciado 343 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Civil de 2015

As variações jurisprudenciais e a busca ao equilíbrio entre princípios constitucionais, como isonomia, segurança jurídica e a supremacia da Constituição, imputaram ao legislador do Código de Processo Civil de 2015, o dever de, a partir do novo modelo do sistema de precedentes, conceder maior igualdade, previsibilidade, segurança, e, ao mesmo tempo, tentar solucionar um dos maiores gargalos do Poder Judiciário, qual seja, o volume expressivo de processos.[215]

Reflexo de parte desse problema, o desenvolvimento realizado sobre o contexto do enunciado da súmula 343, demonstra, brevemente, as inúmeras direções apontadas à compreensão da aplicabilidade do verbete ao longo dos mais de 60 (sessenta) anos desde a sua criação e, diga-se, sem um entendimento harmonioso acerca do assunto até os dias de hoje.

Em retrospecto, Teresa Arruda Alvim e Bruno Dantas expressam que

---

[213] TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada e sua revisão.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 164-165.

[214] Aliás, sobre a mudança realizada, Marinoni e Mitidiero bem ponderaram que "[...] ler o inciso V do art. 966, CPC, como se apenas houvesse trocado disposição de lei por norma jurídica – ou estivesse falando de lei em sentido mais amplo – é deixar de identificar um problema teórico que nunca permitiu o uso adequado da ação rescisória e, mais do que isso, não contribuir para o desenvolvimento do direito. Em outras palavras, a leitura adequada do inciso V do art. 966, CPC, impõe uma necessária relação entre interpretação do direito, norma jurídica e teoria dos precedentes – não por acaso igualmente encampada pelo Código de 2015". (MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 181).

[215] Dados do "Relatório Justiça em Números" do CNJ de 2023 – ano-base 2022 – apontam um aumento de 10% (dez por cento) de volume de processos em relação ao ano anterior. Em 2022, o Poder Judiciário foi impactado com um incremento de 31,5 milhões de ações, volume este recorde na séria histórica. Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/justica-em-numeros-2023.pdf. Acesso em 02.04.2024.

> Sob o ponto de vista teórico, pode-se dizer que a jurisprudência escancaradamente dispersa compromete a forma sistemática do direito, gerando desarmonia interna, isso sem falar no desrespeito à isonomia e na impossibilidade de que haja a menor parcela de previsibilidade (= segurança jurídica). Efeitos nocivos dessa situação são sentidos pelos jurisdicionados, pela sociedade e pelo país. O descrédito do Judiciário se alastra e estimula tanto a propositura de ações "lotéricas" quanto a interposição de recursos.
> Há algumas décadas, esse fenômeno – dispersão jurisprudencial – tem-se feito sentir de modo agudo. [...]

Pelas razões ponderadas, constatam os autores "[...] que a obediência a precedentes é desejável, é evidente".[216]

A nova redação do artigo 966, inciso V do Código de Processo Civil, aliás, fixou um aspecto, na visão de Cândido Rangel Dinamarco, que visa "[...] oferecer à parte uma oportunidade para impugnar decisões desfavoráveis e também instituir um caminho para o Estado-juiz retificar decisões aberrantes, acintosamente contrárias ao ordenamento jurídico nacional".[217]

Importante mencionar que, em julgamento realizado pelo STF nos autos do Agravo Regimental da Ação Rescisória n.º 2572, já sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015, ainda prevaleceu entendimento divergente sobre a aplicabilidade do verbete quanto à interpretação de normas constitucionais[218].

Dentro desse novo contexto, resta claro que a discussão quanto à aplicabilidade do enunciado da súmula se renova[219] nos tribunais e, inclusive, na doutrina.

---

[216] ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno Dantas. **Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.** 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 304-306.

[217] DINARMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** vol. V, p. 422.

[218] Apesar da convergência do voto-vogal e Relator quanto à matéria de fundo – o que levou à unanimidade da decisão quanto ao não provimento do recurso –, em relação à aplicabilidade do enunciado da súmula 343, os votos foram divergentes. Ao tratar do tema, o Ministro Relator Dias Toffoli mencionou o RE n.º 590.809/RS (tema 136) para aplicar a súmula, por considerar que "[...] a controvérsia jurisprudencial embasadora da pretensão rescisória ser de âmbito constitucional", e esclarece: "[...] a decisão que ora se pretende rescindir não diverge da orientação jurisprudencial estabelecida neste Tribunal à época da formalização do acórdão rescindendo [...]". (AG REG NA AR 2572 – P. 7-8). O Ministro Gilmar Mendes destacou considerar o que ficou definido pela Corte no Tema 136, no entanto, diverge, por entender, quanto ao julgamento da questão, que o Supremo sempre decidiu no mesmo sentido – "[...] nunca houve divergência *interna corporis*, competindo ao mérito da demanda saber se o aresto transitado em julgado concordou ou divergiu desse entendimento" – o que determina o cabimento da ação rescisória, para desfazimento do trânsito em julgado, em sendo o caso de violação à decisão do STF de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de preceito normativo, observado o prazo decadencial. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AG REG na AR 2572, Relator: Dias Toffoli, DJ: 21/03/2017. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024).

[219] Sobre esse fenômeno de mudanças quanto à interpretação do enunciado, Dinamarco considera que "[...] movimentos de acomodação de tal Súmula no contexto do sistema fazem parte daquela busca pelo equilíbrio entre forças opostas [...]" (DINARMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** vol. V, p. 425).

3.2 O ATUAL CONTEXTO DO SISTEMA DE PRECEDENTES E A APLICABILIDADE DO ENUNCIADO 343 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O atual permissivo legal que garante o cabimento de ações rescisórias para combater decisão que viola, manifestamente, norma jurídica relacionada aos provimentos vinculados ao sistema de precedente, impõe a identificação da problemática relacionada à aplicação do enunciado da Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal.

Ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973, Eduardo Talamini destacou importante ponto de vista sobre a aplicabilidade do verbete ao enfatizar que

> Em certo sentido, a ideia de que as várias interpretações cogitadas pelas diferentes correntes jurisprudenciais seriam todas "razoáveis" pressupõe a noção de que haveria alguma "discricionariedade" na atividade de interpretação e aplicação da lei pelo juiz. O processo interpretativo conduziria a uma multiplicidade de alternativas, todas equivalentes entre si. A escolha de uma delas, em lugar da outra, não seria censurável.[220]

Aliás, menciona o autor questão já suscitada anteriormente, quanto ao risco de quebra do tratamento isonômico quando privilegiada a aplicação do entendimento sumular:

> [...] se a interpretação de determinada norma é "controvertida nos tribunais", isso no mais das vezes significa que há uma grande quantidade de casos similares submetidos ao exame do Judiciário. Nesses casos, a adoção de diferentes soluções (ainda que "razoáveis") para casos identificáveis tende a multiplicar as situações antiisonômicas. Contribui também para incutir, sobretudo no cidadão comum, dúvida sobre a certeza de direito, além de desacreditar o Poder Judiciário. Daí que, se existe ainda um instrumento apto a eliminar o tratamento diferenciado, cabe emprega-lo.[221]

---

[220] TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada e sua revisão.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 163.

[221] TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada e sua revisão.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 1655-1656. Ainda sobre a questão, ponderam Nelson Nery Jr. e Geogers Abboud: "Os entendimentos sumulados de tribunais superiores, que dizem não caber rescisória por violação de literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se houver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais [...] não podem ser aplicados por contrariarem as garantias constitucionais do direito de ação e da igualdade, bem como ofenderem os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito e da legalidade. Com a facilidade das pesquisas pelos modernos meios de comunicação de dados, notadamente a internet, sempre haverá oportunidade para se encontrar acórdãos divergentes sobre a interpretação da lei federal, de modo que, [...] ficaria praticamente inviabilizado o direito de exercício da ação rescisória pela hipótese do art. 966, V, do CPC/2015 vale dizer, nunca seria admissível a rescisória". (MIRANDA, Pontes de. **Tratado da ação rescisória:** das sentenças e de outras decisões. Atualizado por Nelson Nery Júnior e Geogers Abboud. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 356).

Ao considerar a ocorrência de violação ao princípio da legalidade, isonomia e segurança jurídica entre casos concretos, Welder Queiroz dos Santos menciona a inconstitucionalidade e necessidade de cancelamento do verbete sumular[222].

Por outro lado, em recente posicionamento, Luiz Guilherme Marinoni compreende que não é possível sustentar a violação de literal disposição de lei, quando o texto legal admite diversas interpretações, a partir de determinadas circunstâncias. Tanto é assim – esclarece o autor – que os tribunais, a partir de um conceito negativo, passaram a compreender que "[...] não há violação de literal disposição de lei quando os tribunais, à época da decisão, discutiam sobre a sua interpretação"[223].

Em clara crítica aos posicionamentos do STF que determinavam o afastamento do verbete quando apontada a divergência de norma constitucional, Marinoni e Mitidiero defendem, por uma questão de simetria e voltada à teoria da interpretação, que não é possível admitir que o texto constitucional possui uma única interpretação, pois,

> A necessidade de coerência impõe essa observação: ou há interpretação "correta" da Constituição e da legislação infraconstitucional – porque, ao fim e ao cabo, tem-se aí sempre um interpretar –, ou não há possibilidade de uma única interpretação correta em qualquer desses planos normativos. Sustentar-se a necessidade de interpretação "correta" no plano constitucional e de interpretação "razoável" no plano infraconstitucional constitui evidente *contradictio in terminis,* porque o ato de interpretar é um só no que tange à compreensão de dispositivos dotados de autoridade jurídica[224].

---

[222] SANTOS, Welder Queiroz dos. **Ação Rescisória por Violação a Precedente.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 225-226.

[223] Apesar de mencionar o antigo artigo 485, V, a lógica estabelecida pelo autor também está atrelada à nova previsão do artigo 966, V do CPC/2015. (MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ enquanto corte de precedentes:** recompreensão do sistema processual da corte suprema. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 238).

[224] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 226-227.

Ao mesmo tempo, as Cortes Supremas[225] desempenham importante papel à interpretação jurídica e à uniformidade do direito, logo, adquirem maior relevância quanto ao desempenho de suas funções dentro do sistema de precedentes[226].

Diante dos diferentes enquadramentos realizados ao entendimento sumular, e com base nas premissas desenvolvidas ao longo do estudo, resta identificar, a partir do sistema de precedentes vigente, em que medida o enunciado da súmula 343 incide sobre os casos em que se pretende a desconstituição de decisões judiciais, com base no artigo 966, inciso V do CPC/2015, proferidas em circunstância de divergência na interpretação do Direito entre Tribunais.

3.2.1 A aplicabilidade da Súmula 343 do STF e a divergência na interpretação do Direito entre Tribunais sem ocorrência de precedente vinculante do STF ou STJ ao tempo da prolação da decisão rescindenda

Alguns autores, como mencionado no capítulo anterior, passaram a identificar no Código de Processo Civil de 2015, um modelo que reconhece a normatividade formal e material dos precedentes.

Dentre as várias vertentes desenvolvidas pela doutrina (e tribunais) sobre o assunto, muito se tratou sobre a vinculatividade dos precedentes[227]. A partir daí, a doutrina passou a prever a existência da tese ampliativa e restritiva.

Em linhas gerais e diante da adesão à tese ampliativa, é possível sustentar o cabimento de ação rescisória em face de decisão que viola

> (...) norma jurídica extraída de súmula ou acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos e em relação à norma jurídica extraída dos demais

[225] O dimensionamento do STF e STJ como Cortes Supremas, o qual aqui se adota, é sustentado por Daniel Mitidiero, a partir da visão de que são "[...] cortes responsáveis por dar a última palavra a respeito da interpretação da Constituição e da legislação infraconstitucional federal na ordem jurídica brasileira, [...] a fim de que se possa reconstruí-los em termos conceituais, estruturais, funcionais e eficaciais a partir de um quadro teórico capaz de fornecer soluções coerentes aos problemas ligados à interpretação judicial no Estado Constitucional. Nessa linha, o STF e o STJ devem ser pensados como cortes de interpretação e não como cortes de controle, como cortes de precedentes e não como cortes de jurisprudência, tendo autogoverno e sendo dotados de meios idôneos para consecução da tutela do direito em uma dimensão geral de forma isonômica e segura". (MITIDIERO, Daniel. **Cortes superiores e cortes supremas:** do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. 4ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 93).

[226] MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 188.

[227] Dentro dessa lógica, ressalta-se, novamente, que o precedente pode deixar de ser vinculante quando o caso em questão é "[...] diverso do analisado ou na hipótese de as razões dadas no precedente exigirem superação". (ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 322).

> precedentes vinculantes previstos no art. 927, do recurso extraordinário avulso com repercussão geral e da súmula de tribunal de justiça sobre direito local[228].

Superada a identificação quanto à corrente que agrega maior abrangência ao termo para fins de cabimento da ação rescisória, o contexto de análise do entendimento sumular demanda a fixação de elementos caracterizadores da divergência jurisprudencial.

Araken de Assis destaca que o dissídio "[...] há de medrar entre dois ou mais tribunais diferentes". E mais, em relação ao critério quantitativo, defende que a súmula 343 não deve ser aplicada "[...] só porque dois ou três acórdãos infelizes, ao arrepio do entendimento preponderante, hajam adotado interpretação absurda, manifestamente contrária ao sentido da norma".[229]

A partir dessas premissas, resta analisar a incidência do enunciado da súmula 343 do STF, nos casos de propositura de ação rescisória que visa desconstituir decisão proferida em circunstância de divergência na interpretação do direito pelos tribunais enquanto inexistente precedente vinculante do STJ ou STF.

Ao justificar o fenômeno da oscilação jurisprudencial, Teresa Arruda e Maria Lins Conceição, ponderam que

> Há certas normas postas, formuladas propositadamente de um modo tal, cuja função específica é justamente a de fazê-la *durar* no tempo. A técnica de que o legislador se serve é a de incluir no texto os tais conceitos vagos, de forma a que a norma possa gerar decisões diferentes, rentes à realidade, tidas, portanto, como 'justas' *em vários momentos históricos diversos*[230]*.*

---

[228] BIZARRIA, Juliana Carolina Frutuoso. **Ação rescisória e precedentes.** 1 ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 220.

[229] ASSIS, Araken de. **Ação rescisória.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 226. No mesmo sentido, ao tratar de algumas balizas fixadas pela jurisprudência e doutrina para afastar a aplicação da súmula, Eli Pierre Eid, pontua que, para sua configuração, a divergência não pode se limitar a um tribunal, tampouco estar representada por número comparativo irrelevante de decisões para configurar entendimento oposto. Além disso, "[...] quando houver divergência sobre a interpretação de determinado texto, mas o julgamento adotou orientação absolutamente ilegal ou sobre tal orientação não houver específica divergência; quando a divergência somente se instaurou após a prolação da decisão rescindenda [...]". (EID, Elie Pierre. **Impugnação das decisões judiciais:** reconstrução da relação entre recursos e ações autônomas de impugnação. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022, p. 436)

[230] ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno Dantas. **Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.** 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 303. No mesmo sentido, Lucas Buril aponta que "[...] acompanhando as evoluções, a própria legislação teria buscado 'afrouxar o vínculo que prende à lei os tribunais', ensejando que 'o julgador (o órgão aplicador do direito) adquira autonomia em face da lei', passando a 'agir de um modo semelhante ao legislador'". (MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 157-158).

A lógica mencionada pode, igualmente, ser observada dentro do contexto dos dissídios jurisprudências, que impõe maior esforço interpretativo[231].

A figura do intérprete, por sua vez, "[...] opta racionalmente entre um dos resultados interpretativos possíveis, de modo que a interpretação-resultado, ao invés de ser declaração, é atribuição de sentido à lei".[232]

Diante disso, é concebida a possibilidade de que, para um mesmo texto normativo, fique assentada mais de uma interpretação o que, para alguns doutrinadores, representou, a partir do enunciado da súmula 343, "[...] a revolta da prática contra um discurso teórico incapaz de dar respostas apropriadas ao que efetivamente acontece na vida do direito".[233]

Aliás, conforme anteriormente mencionado, em determinado momento histórico, ainda na vigência do CPC/1939, o Ministro Antonio Villas Boas, defendeu a aplicação do enunciado da súmula 343, ao argumento de que ao se permitir "[...] a instauração do judicium rescindens em função das variações de jurisprudência, [...] deturpar-se-á o conceito de coisa julgada e o tempo será escasso para os procedimentos revisionais, que avultarão com grave transtorno da ordem pública".[234]

É preciso, porém, fixar alguns critérios para a correta identificação do âmbito de aplicação do enunciado da súmula, a partir do contexto atual do sistema de precedentes, enquanto verificada a divergência jurisprudencial nos tribunais ao tempo

---

[231] Guilherme Thofehr Lessa destaca que "A existência de uma pluralidade de resposta possíveis pode ser explicada a partir da dupla indeterminação do direito. O direito é duplamente indeterminado porque os textos são equívocos, admitindo uma pluralidade de interpretações, dando 'azo' a dúvidas interpretativas a respeito do seu significado', e porque as normas são vagas, não sendo possível definir, de antemão, o seu âmbito de aplicação. Se o direito é dotado de uma dupla indeterminação, impedindo que se defina *a priori* o significado dos textos e o âmbito de aplicação das normas, originando dúvidas interpretativas que devem ser resolvidas pelo intérprete, não se pode mais afirmar que a atividade realizada pelo intérprete é meramente cognoscitiva, de *descobrimento* da norma. O juiz, na condição de intérprete, mais do que descobrir o significado da norma (que antes seria previamente definido pelo legislador), *atribui sentido* às disposições textuais, à luz dos elementos à sua disposição. [...] Isso não significa que o juiz possa atribuir ao texto *qualquer* significado, pois o texto guarda significados mínimos, definidos pela semântica, sintática e pragmática. Assim, embora o juiz realize uma atividade constitutiva ao outorgar sentido ao texto, sua atividade é realizada a partir do texto fornecido pelo legislador e pelos núcleos de sentido incorporados ao texto". (LESSA, Guilherme Thofehrn. **Precedentes judiciais e raciocínio jurídico:** aplicação, analogia e distinção. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 27).

[232] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 185.

[233] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 186-187.

[234] RE 57075 / RJ - RIO DE JANEIRO, RECURSO EXTRAORDINÁRIO, Relator(a): Min. ANTONIO VILLAS BOAS Julgamento: 17/09/1964, Publicação: 29/10/1964, Órgão julgador: Tribunal Pleno**,** p. 2-3.

da prolação da decisão rescindenda e, ao mesmo tempo, sem a ocorrência de precedente vinculante do STF ou STJ.

O primeiro ponto a ser considerado está relacionado ao problema da interpretação judicial. Luiz Guilherme Marinoni acentua que "[...] há tempo se aceita que a tarefa do intérprete não se resume à explicação do texto da norma, devendo constituir uma contínua reformulação e adequação do texto legal às novas situações concretas"[235]. Salienta o autor que,

> [...] é uma grande ingenuidade supor que o texto legal somente possa ter um significado ou uma interpretação. [...] por mais perfeita que a sua construção linguística possa parecer, o texto legal tem, em menor ou maior latitude, significado equívoco e indeterminado e, assim, abre oportunidade a uma ampla variedade de interpretações – o que, por si só, já fundamenta um sistema de precedentes.[236]

Ao relacionar as principais teorias da interpretação jurídica, Hermes Zaneti Júnior, coloca a solução eclética como a teoria que promove uma divisão da interpretação jurídica entre os casos fáceis (*easy cases*), a qual possibilita "[...] atribuir uma interpretação textual puramente cognitiva" e os casos difíceis (*hard cases*), a qual a atividade interpretativa seria volitiva, conforme existissem dois códigos hermenêuticos igualmente válidos"[237].

A respeito da questão, a doutrina brasileira explica o fenômeno a partir da teoria desenvolvida por H.L.A. Hart, com algumas ressalvas.

---

[235] MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios.** São Paulo. Thomsin Reuters Brasil, 2022, p. 112.

[236] MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios.** São Paulo. Thomsin Reuters Brasil, 2022, p. 112. Na mesma linha, Hermes Zaneti Júnior defende que "[...] a interpretação é irredutível, mesmo na clareza da lei, não existe outra solução teoricamente sustentável que não aquela que se identifique com o 'ceticismo moderado', aqui denominada de interpretação realista, moderada e responsável". E esclarece: "a interpretação é (a) *realista,* em razão da premissa de que o texto e norma não se confundem e de que a decisão se um caso é simples ou complexo já é uma escolha; (b) *moderada*, pois sabe ser necessária a revisão de toda a legislação, a literatura jurídica e os demais precedentes aplicáveis ao caso sob análise (atividade tendencialmente cognitiva do intérprete); (c) *responsável,* porque a interpretação é comprometida com a racionalidade e a universalização, sendo aplicáveis a casos análogos e futuros, o que responsabiliza os órgãos de decisão, que assumem o compromisso de manter a estabilidade, coerência e integridade ao ordenamento jurídico". (ZANETI, P. 154). Cássio Scarpinella Bueno, ao tratar da hermenêutica do direito processual civil, aduz que "Interpretar o *texto* normativo na direção da construção da norma jurídica é ato de vontade, um ato criativo. Mas não se trata de ato livre, desvinculado de uma série de limitações e restrições. Inexiste discricionariedade judicial nessa tarefa. É mister, por isso mesmo que o magistrado indique as razões pelas quais chegou a uma e não a outra conclusão, revelando por que a partir do *texto* normativo alcançou a norma concreta aplicada. Assim, o magistrado deve, invariavelmente, justificar a sua interpretação na aplicação do direito. [...] deverá levar em consideração os valores dispersos pelo ordenamento jurídico [...] aplicáveis ao caso concreto e às suas especificidades". (BUENO, Cássio Scarpinella. **Cursos sistematizado de direito processual civil.** 12ª ed. v. I. São Paulo: SaraivaJur, 2022, p. 424).

[237] ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 151-152.

A aplicação do enunciado da súmula 343, para o que propõe o presente estudo – sob a ótica atual do sistema de precedentes –, deve, antes de tudo, proporcionar um entendimento adequado quanto ao desenvolvimento da atividade interpretativa.

Hart sustentou sua teoria a partir da divisão de zonas dos textos legais, com a ocorrência de uma zona de luz e zona de penumbra, e apenas os "[...] enunciados que estão na zona de penumbra reclamam valoração e decisão ou opção, ou melhor, uma atividade discricionária do intérprete. Aqueles que estão na zona de luz, ao contrário, são normas predefinidas, que podem ser simplesmente descritas". Assim, "[...] somente os enunciados que estão na zona de penumbra reclamam valoração e decisão ou opção, [...] uma atividade discricionária do intérprete. Aqueles que estão na zona de luz, ao contrário, são normas predefinidas, que podem ser simplesmente descritas"[238].

A ressalva ponderada por doutrinadores brasileiros quanto à aplicabilidade da teoria desenvolvida por Hart decorre do âmbito de incidência da zona de luz (*easy cases*), quanto à indispensável atividade interpretativa que também demanda atribuição de sentido, pois, "[...] a clareza só facilita a transposição da linguagem das fontes para a linguagem do emissor"[239].

Ademais, Hermes Zaneti Jr. sustenta que em relação aos enunciados que estão na zona de penumbra, é "tarefa das contemporâneas teorias da argumentação, dos princípios como nomas e dos precedentes vinculantes, [...] criar limites discursivos e normativos a esta liberdade"[240]. No entanto, defende que mesmo na zona de luz, "[...] a interpretação é irredutível", portanto, "[...] não existe outra solução teoricamente sustentável que não aquele que se identifique com o 'ceticismo moderado'", denominada pelo autor como "interpretação realista, moderada e responsável".

---

[238] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 191.

[239] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 191. Hermes Zaneti Jr. atribuiu ao pensamento de Hart a solução eclética que propõe o seguinte "pensar que juízes sempre criam e nunca declaram o direito é tão ilusório como o contrário que consiste em pensar que os juízes sempre declaram e jamais criam (reconstruindo) o direito aplicado aos casos concretos". Ainda, o autor compreende que "[...] a escolha pela interpretação fácil, ou seja, pela configuração do caso como um *easy case,* é também ela uma escolha interpretativa. Mesmo aqui existe a reconstrução do significado a partir das escolhas do intérprete e é papel da teoria da argumentação tornar explícito e controlável esse significado" (ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 152).

[240] ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 153.

Apesar da necessária escolha interpretativa também relacionada aos “easy cases”, tais casos não representam a base do problema, especialmente por estarem mais distantes da configuração do dissídio jurisprudencial, e de eventual comportamento discricionário do intérprete[241].

Desse modo, é possibilitada a utilização da ação rescisória quando identificada a irrazoabilidade do intérprete ao promover uma interpretação que não está adequada ao ordenamento jurídico, a partir de uma visão que permite identificar os *easy cases*.

Sobre a questão, Fredie Didier e Leonardo da Cunha esclarecem que

> [...] há manifesta violação à norma jurídica quando se conferir uma interpretação incoerente e sem integridade com o ordenamento jurídico. [...] o texto ou enunciado normativo tem uma importante função de servir de limite mínimo, a partir do qual se constrói a norma jurídica. Se a decisão atenta contra esse limite mínimo, sendo proferida *contra legem,* desatendendo o próprio texto, sem qualquer razoabilidade, haverá também “manifesta violação” à norma jurídica.[242]

A questão remanesce, evidentemente, àqueles casos em que há divergência na intepretação nos Tribunais – identificados na denominada “zona de penumbra” –, sem ocorrência de precedente ao tempo da decisão que se pretende rescindir, e sem posterior formação de precedente ao tempo de esgotar o prazo decadencial previsto no artigo 975 do Código de Processo Civil[243].

Por este motivo, é admitida a incidência do enunciado da súmula 343 do STF[244], enquanto permanecer, no prazo decadencial, o dissídio jurisprudencial.

---

[241] ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno Dantas. **Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.** 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 156.

[242] DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo da. **Curso de direito processual civil:** o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 625.

[243] Art. 975. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo. CPC/2015.

[244] Sobre a questão, manifestou o Superior Tribunal de Justiça: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. HIPÓTESE DE CABIMENTO. VIOLAÇÃO À LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. PRECEDENTE DO STJ COM EFICÁCIA VINCULANTE. 1. Ação rescisória ajuizada em 05/12/2014, de que foi extraído o presente recurso especial, interposto em 18/03/2015 e concluso ao Gabinete em 24/02/2017. Julgamento pelo CPC/73. 2. Cinge-se a controvérsia a decidir, preliminarmente, sobre o cabimento da ação rescisória e, no mérito, se o acórdão rescindendo violou o art. 205 do CC/02. 3. A súmula 343/STF nega o cabimento da ação rescisória quando o texto legal tiver interpretação controvertida nos tribunais. No entanto, o STF e esta Corte têm admitido sua relativização para conferir maior eficácia jurídica aos precedentes dos Tribunais Superiores. 4. Embora todos os acórdãos exarados pelo STJ possuam eficácia persuasiva, funcionando como paradigma de solução para hipóteses semelhantes, nem todos constituem precedente de eficácia vinculante.
5. A despeito do nobre papel constitucionalmente atribuído ao STJ, de guardião da legislação infraconstitucional, não há como autorizar a propositura de ação rescisória - medida judicial excepcionalíssima - com base em julgados que não sejam de observância obrigatória, sob pena de se atribuir eficácia vinculante a acórdão que, por lei, não o possui. 6. Recurso especial desprovido. (REsp

Neste caso, é possível sustentar a inocorrência de "manifesta violação à norma jurídica", diante da permanência do enunciado na zona de penumbra. Aliás, "o atual sistema processual permite a oscilação da jurisprudência [...]. A pacificação da interpretação e o fim da divergência jurisprudencial, muitas vezes, precisam de certo tempo para amadurecimento".[245]

No entanto, vale ponderar que a falta de uniformidade no sistema não é desejável. O atual sistema de precedentes conjugado com o alargamento das hipóteses de cabimento da ação rescisória em caso de manifesta violação à norma jurídica, deve ser importante instrumento para garantir maior previsibilidade, isonomia e segurança jurídica aos jurisdicionados.

3.2.2 A aplicabilidade da Súmula 343 do STF e a divergência na interpretação do Direito entre Tribunais sem ocorrência de precedente vinculante do STF ou STJ ao tempo da prolação da decisão rescindenda, mas com posterior precedente obrigatório de tribunal superior após o trânsito em julgado

A lógica no atual sistema de precedentes brasileiro, a partir da criação de um precedente vinculante,[246] por outro lado, determina um maior controle racional das decisões, o que leva à atenuação na aplicação do enunciado da súmula 343[247].

---

n. 1.655.722/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 14/3/2017, DJe de 22/3/2017).

[245] SANTOS, Welder Queiroz dos. **Ação Rescisória por Violação a Precedente.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 236. No mesmo sentido: BIZARRIA, Juliana Carolina Frutuoso. **Ação rescisória e precedentes.** 1 ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 250. Sobre a questão, Fredie Didier, Paula Sarno e Rafael de Oliveira, ressaltam, ainda, que "a dimensão e*xterna* do dever de coerência reforça o inafastável caráter histórico do desenvolvimento judicial do Direito: o direito dos precedentes forma-se paulatinamente, em uma cadeia histórica de decisões, que vão agregando sentido e dando densidade à norma jurídica geral construída a partir de um caso concreto". (BRAGA, Paula Sarno; DIDIER JR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual v. II,** p. 607).

[246] Aqui, como mencionado, restou reconhecida a tese ampliativa, que denota maior alcance da segurança jurídica e confiança das decisões, sem configurar, indiscriminadamente, a violação da coisa julgada.

[247] Antes de tudo, é possível sustentar que "a inexistência de possibilidade de controle racional das decisões [...] se revela extremamente prejudicial à dogmática e à própria legitimidade do direito". (MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 154). E não só. Deve ser considerado, também, que "[...] reconhecido o caráter construtivo da aplicação do Direito, é injustificável que o precedente, na verdade a norma nele contida, como produto desse processo criativo, seja ignorado. A decisão judicial constitui a última manifestação estatal em um processo específico de determinação de uma norma jurídica. É inadmissível, portanto, que sejam tais atos desconsiderados no trabalho dos intérpretes posteriores. Trata-se, inclusive, de corolário essencial da ideia de universalidade, que é um postulado da racionalidade. [...] Ao se superar a retórica legalista e abrir espaço para perspectivas argumentativas

Além disso, proporciona um tratamento isonômico e igualitário, o que é essencial ao atual contexto de descontrole quantitativo de processos[248].

Apesar disso, conforme anteriormente demonstrado, os Tribunais Superiores estão longe de conferir um entendimento pacífico sobre a questão, assim como permanece a divergência doutrinária.

Nelson Nery e Rosa Nery defendem que, em sede de controle de constitucionalidade, a declaração de inconstitucionalidade realizada pelo Supremo Tribunal Federal não pode eternizar a possibilidade do ajuizamento de ação rescisória, quando já conferida a coisa julgada à decisão.

Na visão dos autores, a posição que autoriza a desconstituição da coisa julgada pelo alegado reconhecimento da inconstitucionalidade da norma não estabelece critérios temporais, tampouco apresenta fundamento claro a autorizar o "controle de constitucionalidade". Esclarecem que o controle de constitucionalidade existe, efetivamente, mas o seu exercício deve ser concomitante ao exercício do devido processo legal. Soma-se a isto que "criar-se impugnabilidade perpétua de sentença ou acórdão apontados de inconstitucionais [...] é arbitrário e ofensivo ao Estado Democrático de Direito [...] e à garantia constitucional do devido processo legal"[249].

Além disso, acrescentam que, a partir do trânsito em julgado da decisão, mesmo firmada em norma posteriormente declarada como inconstitucional pela Corte, "[...] dá-se o *ato jurídico perfeito,* razão pela qual essa decisão está protegida pelas

---

ou hermenêuticas do Direito, é imprescindível que a decisão judicial cresça em importância, inclusive normativa. Caso contrário, estar-se-ia simplesmente admitindo a impossibilidade do Estado de Direito como instrumento de ordenação social. [...] Os precedentes são de inegável valor contemporaneamente por ressaltar a concretude do Direito, elevando o processo de sua realização ao status de dado relevante para o discurso jurídico". (MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 155-156).

[248]Dados do "Relatório Justiça em Números" do CNJ de 2023 – ano-base 2022 que revelam um aumento histórico no número de processos. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-anual-2022-v4-2023-01-20.pdf>. Acesso em 02/04/2024.

Lucas Buril destacou que o sistema de precedentes desempenha importante função quando se trata da contenção da litigiosidade. Na visão do autor, dita contenção só poderá ser realizada de modo efetivo a partir da "[...] estabilização das questões jurídicas e da punição do inconformismo acrítico e abusivo do jurisdicionado. Sem isso, o Judiciário continuará fadado a solucionar – ineficazmente – a mesma questão jurídica repetidas vezes". Ademais, considera que "[...] a prolação de decisões em diversos sentidos acaba refletindo em oportunidade para a propositura de demandas visando ao proveito pretendido, enquanto o estabelecimento de entendimento certo evita a propositura aventureira de demandas, e estimula a sua solução consensual com redução do custo da litigância". (MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 431-432).

[249] NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 1944.

três garantias constitucionais fundamentais da CF 5.º XXXVI: o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e a irretroatividade (da lei e da decisão judicial)".[250]

Por outro lado, Didier e Cunha, propõem o cabimento da ação rescisória, desde que observado o prazo decadencial de 02 anos, a partir do trânsito em julgado da decisão rescindenda, ao argumento de que assim restaria concretizado o princípio da unidade do Direito e igualdade.[251]

Em posicionamento que busca menor aderência do enunciado da súmula 343 ao atual sistema, Teresa Arruda Alvim e Maria Conceição defendem a modulação dos efeitos de acordo com a carga normativa do caso.[252]

A saída proposta, segundo as autoras, "[...] substitui com vantagens a Súmula 343". Isto porque preserva a segurança jurídica, com resposta adequada ao princípio da confiança, ao passo que "a súmula 343 elege critério não jurídico e tampouco razoável para sujeitar a decisão à rescindibilidade: o 'acaso' de a discussão existir, ou não, quando da prolação da decisão". Diante disso, a intenção com base nesse

---

[250] NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 1945. Ao apresentar um contraponto à teoria clássica, sob a perspectiva racionalista, acerca da segurança jurídica – não mais no seu sentido rígido e absoluto, representados pela coisa julgada, ato jurídico perfeito e direito adquirido –, Lucas Buril destaca sua insuficiência, "[...] sobretudo pela existência de uma nova gama de situações que não se enquadram nesses conceitos e, ainda assim, precisam de sua proteção. Então, se a mudança é o padrão da sociedade atual, a proteção do Direito não pode simplesmente se cingir às clássicas imutabilidades, mas resguardar a própria mudança, tornando-a conforme o sistema jurídico e tutelando as posições de transição [...] Mais do que isso, passa-se de um paradigma em que a mudança é algo reprovável para outro no qual a necessidade de mudança é um dado com o qual se tem de operar, imprescindivelmente. A imutabilidade e a certeza absoluta não são mais objetivos perseguidos pelos sistemas jurídicos [...] a preocupação passa a ser o controle racional das mudanças". (MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 115-116).

[251] Ademais, consideram que o artigo 525, §15, se traduz como um reforço para a questão. (DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo da. **Curso de direito processual civil:** o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 262). Ao tratar da "tese da relativização da coisa julgada inconstitucional", Antonio Cabral instrumentaliza a questão a partir de três técnicas, dentre elas, a "[...] interpretação menos restritiva a certas hipóteses do art. 966 do CPC, para que a ação rescisória fosse efetiva em eliminar sentenças injustas (ou seja, nesta visão, sentenças contrárias a valores constitucionais). Tal interpretação mais elástica seria possível notadamente em casos de rescisória por violação à literal disposição de lei (art. 966, V)". (CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas:** entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 145-146).

[252] Segundo as autoras: "Decisões que podem ter seus efeitos modulados são todas aquelas dotadas de expressiva *carga normativa*: representam uma pauta de conduta do jurisdicionado". (ARRUDA ALVIM, Teresa. CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins. **Ação rescisória e *querela nullitatis.*** São Paulo. Thomson Reuters, 2020, p. 304).

posicionamento é, a partir da modulação realizada, impedir o cabimento da ação rescisória conforme critérios mais objetivamente determinados[253].

Como anteriormente mencionado, nos autos do RE ED 328812, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, com julgamento ocorrido em 2008, o Supremo Tribunal Federal definiu pela mitigação do enunciado da súmula 343, mesmo nos casos de divergência de interpretação nos Tribunais, e decidiu pelo cabimento da ação rescisória quando a ofensa estiver relacionada à disposição constitucional tão somente.

No decorrer do julgamento do caso, aliás, alguns Ministros sugeriram a modificação do enunciado e, até mesmo, o cancelamento do verbete, posição esta que, no entanto, restou alterada.

Em novo posicionamento no Recurso Extraordinário n.º 590.809, a Corte alterou o entendimento para determinar a aplicação do enunciado sumular mesmo em casos relacionados à interpretação de norma constitucional.

Igualmente, é possível identificar na doutrina posicionamentos diversos sobre a questão, inclusive que contrapõem o entendimento considerado, ao identificar a interpretação realizada pela Corte como única hipótese de compreensão dada à norma constitucional.

Em posição muito firme quanto à impossibilidade de relativização do entendimento sumular diante de posterior consolidação de precedente, Marinoni e Mitidiero compreendem pela exata aplicação do conteúdo previsto, e não admitem, conforme mencionam, a "[...] retroatividade do pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a coisa julgada" e que tais circunstâncias se configuram como "[...] mera consequência do sistema de controle da constitucionalidade brasileiro".[254]

Muito além disso, desenvolvem a ideia de que o posicionamento adotado pelo Supremo reflete na teoria da interpretação. Entendem os autores que

> Na realidade, quando se admite que não há diferença entre contrariar precedente constitucional – que não existia à época em que a decisão foi

[253] ARRUDA ALVIM, Teresa. CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins. **Ação rescisória e *querela nullitatis.*** São Paulo. Thomson Reuters, 2020. p. 307.

[254] Para os autores, "[...] As decisões que transitaram em julgado, tratando da questão constitucional posteriormente interpretada de outra maneira pelo Supremo Tribunal Federal, expressam um juízo legítimo sobre a constitucionalidade. Esse juízo nada mais é do que resultado do dever-poder judicial de realizar o controle da constitucionalidade. Ademais, o fato de a decisão transitar em julgado, antes de a questão chegar à análise do Supremo Tribunal Federal, é mera consequência do sistema de controle de constitucionalidade brasileiro". (MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 230).

> proferida – e violar a Constituição, comete-se um equívoco que está na base da teoria da interpretação, potencializado mediante a suposição de que a única interpretação capaz de fazer ver a Constituição é a do Supremo Tribunal Federal – como se não houvesse controle incidental. Ora, a assimilação de precedente constitucional com norma constitucional revela falta de distinção entre enunciado do discurso do intérprete e enunciado do discurso das fontes. [...] O precedente constitucional atribui sentido à Constituição ou desenvolve-a de acordo com a evolução da sociedade e dos seus valores. Daí se poder falar em texto constitucional e precedente constitucional como enunciados situados em planos diversos, afastando-se a crença falaz de que existiria uma correspondência biunívoca entre Constituição e interpretação do Supremo Tribunal Federal, única que poderia fazer supor que uma decisão legitimamente proferida por juiz incumbido de realizar controle de constitucionalidade pode ser invalidada em virtude de ulterior decisão do Supremo Tribunal Federal – que teria o efeito de declarar a inconstitucionalidade da lei em que a anterior decisão se fundou.[255]

Igualmente, em obra dedicada ao papel desempenhado pelo Superior Tribunal de Justiça no atual contexto do sistema de precedentes, Luiz Guilherme Marinoni traz posicionamento alinhado ao pensamento desenvolvido em relação ao STF. Na visão do autor, "antes do pronunciamento do STJ não há definição do sentido do direito, sendo legítimas quaisquer interpretações racionalmente justificadas do texto legal". Ou melhor, "várias normas jurídicas ou interpretações são válidas enquanto não definido o sentido do direito pelo STJ"[256]. Portanto, a mesma lógica em relação à aplicabilidade do enunciado sumular se aplica ao STJ.

Outro ponto sustentado pela doutrina está relacionado à impossibilidade de relativização da coisa julgada[257], fundamento este que, aliás, amparou a modificação

---

[255] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 231.

[256] MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ enquanto corte de precedentes:** recompreensão do sistema processual da corte suprema. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 248.

[257] Acerca da relativização da coisa julgada Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero sustentam que "A tentativa de eliminar a coisa julgada que resultou de uma dúvida de constitucionalidade não só elimina o mínimo que o cidadão pode esperar do Poder Judiciário, que é a estabilização da sua vida após o encerramento do processo, como também desconsidera a legitimidade dos juízes e tribunais para o controle incidental de constitucionalidade". E reafirmam: "[...] a admissão da força de pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a coisa julgada representa a negação do nosso sistema de controle de constitucionalidade". (MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 232-233). Daniel Mitidiero, por sua vez, apresenta duas soluções para o problema: "A primeira delas é que a solução que prega a retroatividade do precedente sobre a coisa julgada nega o caráter polissêmico da linguagem jurídica e autonomia da jurisdição na sua interpretação e aplicação. A segunda é que essa solução nega força à coisa julgada, fazendo a sua proteção depender sempre de um evento futuro e incerto – a confirmação do seu conteúdo por um precedente das Cortes Supremas. Daí que, em um momento de instabilidade da ordem jurídica em termos gerais, pela ausência de precedente que delimite com maior precisão o significado dos enunciados legislativos e contexto fático-jurídico em que aplicável, deve-se prestigiar a segurança jurídica em termos individuais, cuja proteção é garantida pela coisa julgada. É uma proteção objetiva, que depende somente da formação da coisa julgada em momento anterior à pacificação da interpretação judicial pelas Cortes Supremas. A igualdade realiza-se aí pelo tratamento isonômico deferido a todos que se encontram na mesma

do entendimento do Supremo alguns anos depois, e tornou a ampliar a hipótese de incidência do enunciado da súmula.

No mesmo sentido, Luiz Guilherme Marinoni defende que a lógica também se aplica aos casos de interpretação do texto legal pelo Superior Tribunal de Justiça, de maneira que deve ser observado o enunciado da súmula 343, o que significa o afastamento da ação rescisória por violação à norma jurídica.[258]

Aliás, remete como absurdo o fato de

> [...] perder tempo discutindo se precedente *posterior* à data da publicação da decisão rescindenda, *ainda que firmado em recurso repetitivo,* pode fundamentar ação rescisória. Afinal, um precedente está bem longe de ser algo semelhante a um inusitado "direito superveniente de natureza retroativa", capaz de invalidar a coisa julgada.[259]

---

situação – aqueles que contam com a proteção da coisa julgada, têm suas esferas jurídicas protegidas contra o precedente superveniente, ao passo que aqueles que não contam com a proteção da coisa julgada ficam sujeitos à força do precedente". (MITIDIERO, Daniel. ***Ratio decidendi**:* quando uma questão é idêntica, semelhante ou distinta? São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 143-144). Antonio Cabral, ao tratar da relativização da coisa julgada em casos de posterior reconhecimento de ofensa à constituição, também posiciona-se contrário à relativização, sob o argumento de que "[...] num ambiente de constituição analítica, com grande quantidade de matérias constitucionalizadas, reconduzir os critérios para quebra à contrariedade do texto constitucional torna praticamente qualquer matéria sujeita à possível relativização. Com efeito, como o texto constitucional brasileiro é prolixo, permitir relativizar coisa julgada pela mera arguição de inconstitucionalidade pode revelar-se frontalmente contrário à segurança jurídica". (CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas:** entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 207).

[258] Ao discorrer sobre a questão no âmbito do STJ, assim ponderou o autor: "O STJ, ao definir o sentido do direito, atribui ao texto legal interpretação que certamente pode não corresponder às interpretações que antes lhe foram dadas por inúmeras decisões transitadas em julgado. Isso não quer dizer, contudo, que estas interpretações e decisões tenham violado a lei ou o sentido do direito federal. Antes do pronunciamento do STJ não há definição do sentido do direito, sendo legítimas quaisquer interpretações racionalmente justificadas do texto legal. Em suma: se a norma não está no texto legal e, assim, não antecede à interpretação, várias normas jurídicas ou interpretações são válidas enquanto não definido o sentido do direito pelo STJ". E conclui: "[...] decisões que interpretam lei federal de modo desconforme com posterior precedente do STJ são legítimas e, portanto, não podem ser objeto de ação rescisória. A ação rescisória é apenas cabível quando, no momento da decisão, existia precedente do STJ a regular a interpretação do texto legal". (MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ enquanto corte de precedentes:** recompreensão do sistema processual da corte suprema. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 248-250).

[259] MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ enquanto corte de precedentes:** recompreensão do sistema processual da corte suprema. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, P. 250. No mesmo sentido: MITIDIERO, Daniel. **Superação para frente e modulação dos efeitos:** precedente e controle de constitucionalidade no direito brasileiro. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 52. Luiz Guilherme Marinoni pontua, ainda, que "[...] a sujeição do juiz ordinário só tem sentido quando, no momento em que pende o caso concreto, a decisão de inconstitucionalidade já foi proferida. Se, no instante em que o juiz deve exercer o seu dever-poder de controle da constitucionalidade, não há decisão do Supremo Tribunal Federal, não há qualquer vinculação. A decisão de inconstitucionalidade, proferida pelo Supremo Tribunal, não tem efeito retroativo capaz de atingir a coisa julgada". (MARINONI, Luiz Guilherme. **A intangibilidade da coisa julgada**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 21).

Inclusive, “os mesmos fundamentos que demonstram o descabimento da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada evidenciam a impropriedade da retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada”.[260]

Por outro lado, a ressalva ao raciocínio destacada por Luiz Guilherme Marinoni, está relacionada à aplicação de lei flagrantemente inconstitucional ou utilização de lei ou interpretação já declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal[261].

Sustenta, igualmente, que a modulação dos efeitos da decisão pelo Supremo também não tem lugar, pois,

> [...] a coisa julgada material não pode automaticamente desaparecer diante da decisão do Supremo Tribunal Federal, sob pena de se estar atribuindo a esta decisão o poder de nulificar as decisões legitimamente tomadas pelos juízes e pelos tribunais. Na realidade, para haver compatibilidade, inclusive lógica, entre a decisão de inconstitucionalidade e o dever-poder atribuído a todo e qualquer juiz para o controle de constitucionalidade, é necessário raciocinar de forma inversa.[262]

Aliás, em entendimento crítico ao artigo 525, §15º do CPC/2015, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero consideram que “[...] o permissivo inconstitucional da ação rescisória fundada em ulterior decisão do Supremo Tribunal Federal não se contentou com pouco”. Isto porque defendem a inconstitucionalidade do artigo 525, §15º, que prevê o cabimento de ação rescisória, após o trânsito em julgado da decisão exequenda, com prazo decadencial previsto a partir da decisão proferida pelo STF, caso a obrigação fundada no título executivo judicial tenha sido amparada em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo STF, ou seja, objeto de decisão proferida em controle concentrado ou difuso, conforme termos previstos na lei[263].

---

[260] MARINONI, Luiz Guilherme. **A intangibilidade da coisa julgada**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, P. 68

[261] MARINONI, Luiz Guilherme. **A intangibilidade da coisa julgada**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, P. 34.

[262] MARINONI, Luiz Guilherme. **A intangibilidade da coisa julgada**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, P. 135.

[263]MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 235.
O artigo 525 do CPC/2015 assim dispõe:
Art. 525. [...]
§12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

Daniel Mitidiero, por sua vez, destaca a ausência de dúvidas quanto à necessária observância da coisa julgada como critério indispensável ao cumprimento do princípio da segurança jurídica.[264]

Por outro lado, Araken de Assis destaca a natureza "salutar" da divergência jurisprudencial, "[...] na medida em que propiciará formação de precedente a respeito da questão arejado por opiniões contrastantes até que uma seja, afinal, adotada".[265]

Para o autor, a ausência de precedente impõe "[...] *tout court*, a Súmula do STF n.º 343". No entanto, "[...] sobrevindo o precedente, no prazo do art. 975, caberá a rescisão da decisão discrepante, em homenagem ao princípio da isonomia e da segurança jurídica".[266]

Ainda, em relação às questões constitucionais controvertidas, entende o autor que, inaplicável o enunciado sumular, com base no princípio da integridade da constituição, ao mesmo tempo que defende o não cabimento da ação rescisória

---

§13. No caso do § 12, os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal poderão ser modulados no tempo, em atenção à segurança jurídica.
§14. A decisão do Supremo Tribunal Federal referida no §12 deve ser anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.
§15. Se a decisão referida no §12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. (BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 março 2015).
Luiz Guilherme Marinoni, dedicou o assunto com exclusividade, em sua obra "A intangibilidade da coisa julgada diante da decisão de inconstitucionalidade. Art. 525, §12, 13, 14 e 15, do CPC/2015". Em interessante passagem sobre a coisa julgada e a declaração da inconstitucionalidade da norma, dispõe que "[...] é sempre importante advertir que a garantia da coisa julgada não resguarda os efeitos de *uma* lei inconstitucional, porém ressalva os efeitos de *um juízo* constitucional que aplicou uma lei posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Tudo isso significa que os juízes e tribunais não devem aplicar o §15 do art. 525 do CPC de 2015, dada a sua inescondível e insuperável inconstitucionalidade". No mesmo sentido: DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vascocnellos Carrilho. **Teoria geral do novo processo civil.** 21ª ed., São Paulo: Malheiros, 2016, P. 222.

[264] Em sua obra "Ratio decidendi. Quando uma questão é idêntica, semelhante ou distinta?", o autor esclarece que "A violação precisa ser atual. É intuitivo que a decisão protegida pela coisa julgada não pode violar um precedente inexistente no momento em que prolatada. Só é possível violar um precedente que existe ao tempo em que proferida a decisão. Fora daí, há retroatividade do direito, o que é vedado pelo princípio da segurança jurídica". Ainda, sobre os efeitos decorrentes do precedente firmado e a coisa julgada firmada em ações anteriores, pondera que "Sendo o direito indeterminado, é preciso ter presente que as Cortes de Justiça podem ter diferentes posicionamentos sobre uma questão idêntica até que se forme um precedente em uma Corte Suprema. Nesse caso, todas as situações consolidadas – todas as decisões sobre as quais se formou a coisa julgada – até a formação do precedente são regidas pela coisa julgada. O precedente formado valerá para o caso julgado e para os casos futuros. Não valerá para casos anteriores já transitados em julgado. A decisão do caso tem efeito *ex tunc*, mas o precedente tem apenas efeito *ex nunc.* Para resguardar a coisa julgada formada no período em que o precedente estava em formação aplica-se a súmula n. 343, STF, sendo insuscetível de ação rescisória". (MITIDIERO, Daniel. ***Ratio decidendi**:* quando uma questão é idêntica, semelhante ou distinta? São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, P. 141-142).

[265] ASSIS, Araken de. **Ação rescisória.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 225.

[266] ASSIS, Araken de. **Ação rescisória.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 225.

quando a decisão rescindenda estiver em consonância com o entendimento prevalecente do STF, pois "a rescisória não constitui instrumento para uniformizar a aplicação das normas constitucionais".[267]

Em posicionamento contrário, relevando ser mais condizente com princípios constitucionais, como isonomia e legalidade, vincula-se ao cabimento da ação rescisória, logo, afastamento da súmula, quando inexistente precedente ao tempo da decisão rescindenda.

Sobre a questão, Teresa Arruda e Maria Conceição dispõem que "[...] não há como dizer-se que a *interpretação incorreta* da lei não se constitua numa ilegalidade. Interpretação correta é aquela que predominantemente emana dos órgãos superiores".

A obediência a princípios constitucionais relevantes deve prevalecer nesses casos, de maneira que o enunciado da súmula deve ser afastado para possibilitar o cabimento da ação rescisória.

3.2.3 A aplicabilidade da Súmula 343 do STF e a divergência na interpretação do Direito entre Tribunais com ocorrência de precedente vinculante do STF ou STJ ao tempo da prolação da decisão rescindenda

Em linhas gerais, o contexto que se pretende analisar está vinculado ao cabimento de ação rescisória (afastamento da súmula 343), diante de divergência de interpretação do Direito pelos tribunais, com a inobservância, pela decisão rescindenda, de precedente vinculante do STF ou STJ.

Defendem os autores Marinoni e Mitidiero que é cabível a ação rescisória com base no artigo 966, V, quando "[...] a decisão deixa de aplicar precedente, decisão ou súmula".[268]

A partir dessas conclusões, os autores destacam que,

> Quando a decisão julga o caso e aplica precedente, súmula ou decisão que não pode regulá-lo, há exatamente o que se chama de "falta de percepção da distinção do caso sob julgamento". Quando isso ocorre, a norma ou a solução jurídica são aplicadas equivocadamente, de modo que se pode afirmar que há violação da norma jurídica para efeito de ação rescisória[269].

---

[267] ASSIS, Araken de. **Ação rescisória.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 228-230.
[268] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 213.
[269] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 213.

Dentre as hipóteses de afastamento do enunciado da súmula 343, logo, cabimento da ação rescisória, segundo Lucas Buril, a título exemplificativo, e não exaustivo, é possível mencionar a decisão que

> [...] tenha deixado de aplicar um precedente totalmente pertinente para a solução do caso. É possível que a decisão tenha deixado de aplicar uma *ratio decidendi* que, embora não prevista para o caso, seja a ele extensível, o que deveria ter sido feito e não foi. É possível que a decisão rescindenda tenha aplicado como norma algo que, na verdade, era *obiter dictum.* É possível, também, que tenha havido uma interpretação incorreta da solução designada pelo precedente obrigatório [...][270].

Dentro desse contexto atua, ainda, a segurança jurídica direcionada à proteção da confiança que, segundo Lucas Buril, corresponde a uma perspectiva pragmática em relação aos precedentes, de maneira que

> [...] a própria aplicação do Direito reconduza a atuação dos jurisdicionados e, portanto, seja dotada de relevância e enseje expectativas nas pessoas de que a decisão prolatada em determinado caso concreto, diante de um indivíduo, seja igual para os casos similares posteriores, diante de outros indivíduos.

Importante mencionar que a realização do *distinguishing* é relevante baliza para identificar o cabimento da ação rescisória.

Em breve definição sustentada por Hermes Zaneti Jr., significa dizer que

> O precedente vinculante não será seguido quando o juiz ou tribunal distinguir o caso sob julgamento (caso-atual), demonstrando fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta sem esse grau de semelhança, a impor solução jurídica diversa (Enunciado n. 306 do Fórum Permanente de Processualistas Civis). Esse é o comando normativo do art. 489, §1º, VI do CPC/2015 c/c art. 927, §1º.[271]

Outro objetivo perseguido pela adequada utilização dos precedentes está relacionado ao princípio da igualdade, o que possibilita, ao mesmo tempo, um

---

[270] MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 645. No mesmo sentido: MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 214.

[271] ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 345. De forma mais evidente, tratou o autor acerca do cabimento da ação rescisória quando há desrespeito da norma jurídica extraída do precedente, por aplicação indevida da *ratio* a partir do caso concreto: ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 397. No mesmo sentido: MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios.** São Paulo. Thomsin Reuters Brasil, 2022**,** p. 341.

distanciamento ao pronunciamento de decisões discricionárias e dotadas de subjetividade[272].

Ademais, conforme mencionado anteriormente, o Poder Judiciário vem sofrendo forte impacto em relação ao crescente volume de processos. Em contrapartida, não é possível negar que o atual sistema de precedentes, fortalecido com a promulgação do Código de Processo Civil de 2015[273], deve reforçar o desempenho da eficiência jurisdicional e economia processual.

Luiz Guilherme Marinoni também destaca o papel desempenhado pelas Cortes na atualidade. Segundo o autor

> A preocupação com a variação das decisões e, assim, com a estabilidade do direito, parte da premissa de que a Corte está a atribuir sentido ao direito e a orientar a sociedade. A função contemporânea das Cortes Supremas, que deixou de ser de correção para ser de atribuição de sentido e de desenvolvimento do direito, faz surgir, por mera consequência, precedentes que identificam o significado do direito para toda a sociedade, orientando as condutas das pessoas e as atividades dos empresários. Esses precedentes não podem ser negados como se fossem decisões de interesse apenas às partes [...].[274]

Não só deve ser atribuída a respeitabilidade ao precedente desenvolvido pelo STF, como também pelo STJ, ao determinar o sentido que deve ser concedido à lei federal, sob pena de violar a igualdade e previsibilidade, além de não conceder a devida coerência ao direito[275].

---

[272] A ressalva que aqui deve ser destacada é quanto ao critério forte de determinação da igualdade diante dos precedentes, o que significa dizer que, apesar da impossibilidade de ser resguardado o seu critério absoluto, há um distanciamento em relação aos "[...] tratamentos distintos dos mesmos fatos substanciais relativos a diferentes indivíduos, garantindo ônus argumentativos para a diferenciação de casos, que deverão se pautar em excepcionalidades". Neste sentido, "[...] firmados os critérios jurídicos de distinção ou equivalência por um precedente obrigatório, qualquer desvio de sentido deverá ser realizado conforme o devido processo legal, que veda decisões *ex novo* e só permite distinções ou superações em casos excepcionais e mediante fundamentação específica". Ademais, como dito, alcança "critérios mais seguros para demonstração de disparidades injustificadas de tratamento pelos juízes e tribunais", o que, aliás, fortalece a ação rescisória como importante instrumento de impugnação. (MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 137).

[273] Ao tratar do sistema de precedentes do atual Código de Processo Civil, Cândido Rangel Dinamarco destaca uma construção sólida, que resulta na "[...] inclusão da jurisprudência entre as fontes formais do direito *no direito brasileiro vigente.* Ao editar precedentes havidos por vinculantes e portanto de obrigatória observância, os tribunais estão a exercer autêntico *poder*, e não mera *influência*, sobre os órgãos judiciários que vierem a decidir causas futuras e sobre as decisões que forem chamados a proferir". (DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo.** 16ª ed. São Paulo: JusPODIVM. 2022, p. 103).

[274] MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios.** São Paulo. Thomsin Reuters Brasil, 2022, p. 366.

[275] Neste sentido: MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ enquanto corte de precedentes:** recompreensão do sistema processual da corte suprema. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 244. Aliás, a questão restou reconhecida pelo STJ: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA

Diante deste cenário, a ação rescisória entra como importante instrumento ao enfretamento de um dos mais relevantes problemas enfrentados pelo Poder Judiciário nesses novos tempos.

O afastamento do enunciado da súmula 343 do STF, com o objetivo de viabilizar o cabimento da ação rescisória nos casos de inobservância de precedente judicial firmado pelo STJ ou STF, fortalece o sistema e, por conseguinte, proporciona uma aproximação ao princípio da eficiência, pois evita "[...] que juízes e servidores se ocupem em encontrar soluções para questões jurídicas já resolvidas, tornando a solução de novos casos menos dispendiosa".[276]

(CPC, ART. 485, V). MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 343/STF. EXISTÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO DO STF, EM CONTROLE DIFUSO, EM SENTIDO CONTRÁRIO AO DA SENTENÇA RESCINDENDA. 1. Na interpretação do art. 485, V, do Código de Processo Civil, que prevê a rescisão de sentença que "violar literal disposição de lei", a jurisprudência do STJ e do STF sempre foi no sentido de que não é toda e qualquer violação à lei que pode comprometer a coisa julgada, dando ensejo à ação rescisória, mas apenas aquela especialmente qualificada. 2. Na esteira desse entendimento, editou-se a Súmula 343/STF, segundo a qual "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais". 3. Ocorre, porém, que a lei constitucional não é uma lei qualquer, mas a lei fundamental do sistema, na qual todas as demais assentam suas bases de validade e de legitimidade, e cuja guarda é a missão primeira do órgão máximo do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102).4. Por essa razão, a jurisprudência do STF emprega tratamento diferenciado à violação da lei comum em relação à da norma constitucional, deixando de aplicar, relativamente a esta, o enunciado de sua Súmula 343, à consideração de que, em matéria constitucional, não há que se cogitar de interpretação apenas razoável, mas sim de interpretação juridicamente correta. 5. Essa, portanto, a orientação a ser seguida nos casos de ação rescisória fundada no art. 485, V, do CPC: em se tratando de norma infraconstitucional, não se considera existente "violação a literal disposição de lei", e, portanto, não se admite ação rescisória, quando "a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais" (Súmula 343). Todavia, esse enunciado não se aplica quando se trata de "texto" constitucional. 6. A orientação revela duas preocupações fundamentais da Corte Suprema: a primeira, a de preservar, em qualquer circunstância, a supremacia da Constituição e a sua aplicação uniforme a todos os destinatários; a segunda, a de preservar a sua autoridade de guardião da Constituição. Esses os valores dos quais deve se lançar mão para solucionar os problemas atinentes à rescisão de julgados em matéria constitucional.7. Assim sendo, concorre decisivamente para um tratamento diferenciado do que seja "literal violação" a existência de precedente do STF, guardião da Constituição. Ele é que justifica, nas ações rescisórias, a substituição do parâmetro negativo da Súmula 343 por um parâmetro positivo, segundo o qual há violação à Constituição na sentença que, em matéria constitucional é contrária a pronunciamento do STF. Precedente da 1ª Seção: EREsp 391594/DF, Min. José Delgado, DJ de 30.05.2005.8. No caso dos autos, a existência de precedente do STF, ainda que em controle difuso (RE 150.755-1-PE, relatado pelo Ministro Sepúlveda Pertence), reconhecendo a constitucionalidade do art. 28 da Lei 7.738, de 09.03.89, relativamente às empresas 'exclusivamente prestadoras de serviços', que anteriormente não foi aplicado sob alegação de inconstitucionalidade, enseja o cabimento da ação rescisória.9. Embargos de divergência providos. (EREsp n. 608.122/RJ, relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 9/5/2007, DJ de 28/5/2007, p. 280.)

[276] MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 139. Também neste sentido, Cândido Rangel Dinamarco aponta que "ao impor aos juízes e tribunais a necessária observância de precedentes como esses, o Código de Processo Civil dá um passo muito importante no sentido da racionalização do exercício da jurisdição, em busca de sua maior utilidade e harmonia na solução de litígios". (DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo.** 16ª ed. São Paulo: JusPODIVM. 2022, p. 273).

A economia processual também passa a atuar mais fortemente, pois, a maior previsibilidade, desestimula a litigância aventureira, que se baseia na jurisprudência lotérica, diante de diferentes posicionamentos[277].

Ademais, Nelson Nery e Rosa Nery, sobre decisão fundada em norma declarada inconstitucional, destacam que, em caso de posterior prolação de decisão que não observe decisão do STF transitada em julgado, a qual declarou a inconstitucionalidade da norma, "[...] esta decisão foi proferida contra a CF/1988, de sorte que pode ser impugnada por ação rescisória fundada no art. 966 do CPC/2015, observados os demais requisitos desta ação impugnativa".[278]

Os autores também defendem que a inobservância, pela decisão, de súmula vinculante, possibilita o ajuizamento da ação rescisória, pois,

> Embora não tenha natureza de lei, a esta é equiparada porque *vincula*, em caráter geral e abstrato, o *Poder Judiciário* como um todo (STF e todos os demais órgãos do Poder Judiciário) e o *Poder Executivo*, considerando em sua integridade (administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal), caracterizando-se como lei *lato sensu.* Consequentemente, sentença ou acórdão de mérito transitado em julgado que a tenha violado pode ser rescindido por ação rescisória [...][279].

Ademais, entendem pelo cabimento da ação rescisória quando há violação de súmula de jurisprudência do STJ ou STF, ou de acórdão proferido em caso repetitivo (RE ou RESP)[280].

Araken de Assis, do mesmo modo, compreende pelo cabimento da ação rescisória, uma vez que

> Uma interpretação inserida nos termos do dissídio preexistente jamais timbrará pela falta de razoabilidade. Partindo-se da premissa de que a vinculação estabelecida no art. 927 afigura-se constitucional em todos os casos, haverá violação manifesta no julgado proferido em dissonância dos

---

[277] MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 140.

[278] NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 1945. No mesmo sentido: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo da. **Curso de direito processual civil:** o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 626.

[279] NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 1947.

[280] NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 1951. Sobre a questão, Araken de Assis defende que "o desatendimento à tese jurídica fixada na resolução dos casos repetitivos e, de um modo geral, aos precedentes vinculativos (art. 927, I a V), gera violação prevista no art. 966, V". (NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 220).

> predicados do art. 926, *caput,* ou seja, o que tratou desigualmente espécie congênere às demais, abstendo-se do *distinguishing* ou emprestou à causa solução incoerente ou incompatível com o ordenamento jurídico[281].

Importante destacar que, no caso ora analisado, a ressalva que deve ser considerada quanto à aplicabilidade do enunciado da súmula 343, ainda que identificado o precedente consolidado pelo STF ou STJ, está relacionada à ocorrência de novas realidades e a impossibilidade de acomodar todas as particularidades fáticas no precedente.

Diante disso, retoma-se às diretrizes anteriormente mencionadas sobre as zonas de luz e penumbra. Conforme esclarece Marinoni e Mitidiero, há sempre uma "certeza positiva – em que o precedente certamente deve ser aplicado – e uma zona de certeza negativa – em que o precedente não pode ser aplicado. Entre essas duas zonas há uma zona de incerteza ou de penumbra"[282].

Dentro dos elementos caracterizadores da divergência anteriormente mencionados, as chances de configuração do dissídio jurisprudencial na zona de penumbra e a desvinculação da "violação manifesta à norma jurídica", determina a aplicação da súmula 343 do STF, o que significa dizer que não se revela cabível a ação rescisória, que terá o seu campo de atuação limitado às zonas de certeza positiva e certeza negativa quanto à aplicação do precedente.

3.2.4 A aplicabilidade da Súmula 343 do STF e a divergência na interpretação do Direito entre Tribunais com ocorrência de precedente vinculante do STF ou STJ ao tempo da prolação da decisão rescindenda, mas com posterior precedente novo obrigatório após o trânsito em julgado

Com o objetivo de clarificar a questão, ao presente subcapítulo é necessária a fixação, desde logo, de alguns parâmetros relevantes ao desenvolvimento do estudo sobre a aplicabilidade ou afastamento do enunciado da súmula 343 do STF.

---

[281] ASSIS, Araken de. **Ação rescisória.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 221.
[282] MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 217.

Inicialmente, a compreensão que aqui se pretende analisar, acerca da mudança do precedente vinculante, ou seja, *overruling*, está atrelada à superação total da *ratio decidendi* do ordenamento jurídico e respectiva substituição por outra[283].

A superação do precedente muito se justifica pela incongruência sistêmica e social[284], no entanto, não se pode deixar de lado que a segurança jurídica é importante elemento balizador dessa mudança[285].

Além disso, a superação aqui considerada está relacionada tanto à superação explícita, "[...] realizada quando o tribunal expressamente decreta que o precedente e sua norma não mais pertencem ao ordenamento jurídico", como superação implícita "[...] quando o tribunal, muito embora não o diga expressamente, supera um entendimento, decretando a nova norma jurídica"[286], devendo ser considerada para o presente estudo a superação realizada pelo STF ou STJ, de acordo com a origem do

---

[283] Neste sentido, importante esclarecer que o precedente "[...] passa a ser imprestável como fonte de norma, ele é excluído do sistema de fontes [...]. O valor do precedente superado passa a ser histórico, ele não constitui mais autoridade para tomada de decisões judiciais". (MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 327). Victor Vasconcelos Miranda aponta circunstância à superação quando as condições de superabilidade da norma "[...] estão materializadas na falta do padrão de congruência social e consistência sistêmica da norma do precedente e, ainda, quando os valores que animam o *stare decisis* não são mais identificáveis, como a estabilidade, a isonomia e a própria confiança justificada [...]". (VASCONCELOS, Victor Miranda. **Precedentes judiciais:** construção e aplicação da *ratio decidendi*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022**,** p. 253).

[284] Segundo Hermes Zaneti Jr. a doutrina propõe a superação a partir das seguintes hipóteses: "[...] a) houver inconsistência sistêmica, com decisões contraditórias dentro do sistema que por exceções criadas caso a caso venham a esboroar gradativamente a aplicação do precedente; b) incongruência social, a própria ocorrência de mudanças na sociedade que venha a esvaziar ou contradizer aquilo que havia sido firmado como norma-precedente [...] c) preservação do *stare decisis,* casos em que a manutenção do precedente desacreditaria a própria autoridade do tribunal depondo contra o *stare decisis*". (ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 349).

[285] Luiz Guilherme Marinoni esclarece que "a revogação de um precedente depende da adequada confrontação entre os requisitos básicos para o *overruling* – ou seja, a perda da congruência social e o surgimento de inconsistência sistêmica – e os critérios que ditam as razões para a estabilidade ou para a preservação do precedente – fundamentalmente a confiança justificada e a prevenção contra a surpresa injusta". Ademais, outro ponto importante que deve ser considerado está relacionado ao distanciamento da subjetividade e elastecimento da garantia à atuação imparcial dos juízes. Segundo o autor, "admitir a negação de um precedente apenas a partir da alteração dos fatos sociais e da concepção geral sobre o direito, assim como, excepcionalmente, de erro, significa priorizar o entendimento da Corte Suprema sobre eventuais variações de entendimento de seus membros". (MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios.** São Paulo. Thomsin Reuters Brasil, 2022, p. 251 e 368).

[286] MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 328.

precedente a ser superado, ou em razão da posição hierárquica como Cortes Supremas[287].

Alguns autores compreendem, inclusive, que para a realização da superação é indispensável a utilização de uma "argumentação forte", o que significa dizer que o julgador deve demonstrar que "[...] as razões substanciais para a mudança superam o peso das razões de segurança para a manutenção"[288].

Mais do que isso, a correta utilização da técnica deve observar "[...] proposições que fundamentam o novo precedente e que se compatibilizam estruturalmente com valores sociais, morais, políticos, econômicos e mesmo jurídicos, aferíveis mediante um processo argumentativo reforçado". Aliás, a carga argumentativa forte mencionada, se caracteriza como uma fundamentação mais densa "[...] relativa à superação do que aquela atrelada à simples aplicação do precedente justamente porque se aparta da *estabilidade* da antiga *ratio decidendi".*[289]

Soma-se ao reforço argumentativo, a ampla participação de terceiros, como o *amicus curiae* ou através da realização de audiência públicas, de forma a garantir um contraditório qualificado[290], o que, aliás, está previsto no artigo 927, §2º do Código de Processo Civil[291].

Importante destacar que, em relação à eficácia temporal do novo precedente, para alguns autores, "[...] a eficácia temporal retrospectiva se faz coerente com o Estado de Direito ao se considerar que guiar condutas não é a única função do Direito". No entanto, também consideram que devem ser asseguradas, dentro desse contexto, as "expectativas legítimas dos jurisdicionados", de maneira que o novo

---

[287] Quer isso dizer que "[...] o STJ e o STF detêm competência para superar os precedentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, em razão da sua posição na estrutura judiciária, bem como em razão da previsão recursal que lhes outorga competência para rever as decisões e superá-las em relação aos demais tribunais respectivamente no que tange à legislação federal e à Constituição". (VASCONCELOS, Victor Miranda. **Precedentes judiciais:** construção e aplicação da *ratio decidendi*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022**,** p. 254).

[288] MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 329.

[289] VASCONCELOS, Victor Miranda. **Precedentes judiciais:** construção e aplicação da *ratio decidendi*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022**,** p. 255.

[290] VASCONCELOS, Victor Miranda. **Precedentes judiciais:** construção e aplicação da *ratio decidendi*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022, p. 257.

[291] Art. 927 [...]§ 2º A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese. (BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 março 2015).

precedente vinculante não poderá ser aplicado indiscriminadamente, sob o fundamento de que a norma anterior não deve ser considerada válida.[292]

Uma saída encontrada para estabelecer critérios que garantem a segurança jurídica, está relacionada ao reconhecimento do *prospective overruling* como uma técnica que impede a incidência da nova *ratio decidendi* aos casos julgados ao abrigo do antigo precedente, e permite que a *ratio decidendi* superada mantenha seus efeitos nas relações jurídicas anteriores, mesmo após a consolidação do novo precedente[293].

Alinhado às ideias anteriormente mencionadas quanto ao relevante desempenho da coisa julgada no sistema de precedentes, também em relação ao *prospective overruling*, Daniel Mitidiero enxerga a coisa julgada como um elemento limitador à incidência do novo precedente. Segundo o autor,

> Aplicar retroativamente o precedente significa utilizá-lo para a solução de casos que ocorreram antes da sua alteração. Significa, em outras palavras, outorgar efeitos *ex tunc* ao precedente, fazendo-o aplicável a todos os casos pendentes. Obviamente, isso significa aplicá-lo igualmente ao caso em que foi prolatada a decisão do qual foi retirado o precedente.
> O limite à retroatividade da alteração do precedente é a existência da coisa julgada em sentido contrário. Se a coisa julgada deve ser protegida no período de instabilidade interpretativa que marca a formação do precedente, com maior razão deve ser tutelada durante o momento de estabilidade do significado normativo nela concretizado[294].

---

[292] MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 348. No mesmo sentido, Victor Miranda reconhece, também a partir da utilização de uma argumentação qualificada, que "[...] os efeitos retroativos naturais das decisões judiciais podem ser objeto de flexibilização, por meio da fundamentação reforçada, a fim de que projetem apenas efeitos prospectivos a partir da decisão que superar o precedente, de modo que se assegure a continuidade do direito e a proteção da confiança do jurisdicionado no planejamento de suas condutas". (VASCONCELOS, Victor Miranda. **Precedentes judiciais:** construção e aplicação da *ratio decidendi*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022, p. 270).

[293] MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 348-349. Lucas Buril identifica as diversas possibilidades de efetivação da *prospective overruling*, de acordo com o momento de sua aplicação: "[...] em alguns casos, os mais comuns, o tribunal estabelece que a nova norma é aplicável no caso presente, mas incide apenas em casos posteriores. Há variações: é possível que a nova *ratio decidendi* não seja sequer aplicada ao caso decidido, limitando-se a revogá-lo e a estabelecer a nova norma para situações símiles que ocorram daí em diante, modalidade que se chama de precedente puramente prospectivo (*pure prospective overruling).* É também possível que, além de não se aplicar a norma para o caso presente, seja estabelecido que ela só incidirá a partir de uma data ou evento futuro, espécie de superação chamada duplamente prospectiva (*prospective prospective overruling*). Há também a superação prospectiva especial ou limitada, na qual é fixada uma data no passado ou no futuro na qual a *ratio* inicia ou para de ser aplicável, como, por exemplo: a fixação de um período temporal ou de evento específico sobre o qual a norma incide [...]." (MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 349).

[294] MITIDIERO, Daniel. **Superação para frente e modulação dos efeitos:** precedente e controle de constitucionalidade no direito brasileiro. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021**,** p. 61-62.

Ademais, a utilização da técnica é justificada por Lucas Buril, diante da possibilidade de que

> [...] uma *ratio* seja socialmente incongruente e sistematicamente inconsistente, mas não existam fatores objetivos que debilitem a segurança jurídica por ela fornecida. Com isso, é provável que as pessoas continuem a agir com fundamento na norma, ou seja, que exista expectativa legítima que mereça ser tutelada, mas ainda assim seja necessário se fazer a superação por razões substanciais. Nesses casos, a superação deve ser realizada de forma prospectiva. [...] o magistrado pode chegar à conclusão de que a superação da norma é necessária, embora exista confiança que mereça ser juridicamente tutelada[295].

O legislador brasileiro, visando regular o *prospective overruling,* consolidou, através do artigo 927, §3º do Código de Processo Civil,[296] a possibilidade de conceder eficácia temporal ao novo precedente, com a devida observância da segurança jurídica e confiança legítima[297].

---

[295] MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 350. Acrescenta o autor que "[...] no *common law* e no direito brasileiro, a superação normalmente deve ser realizada de forma retroativa. Isso porque a superação de um precedente geralmente envolve o desgaste da norma e, assim, da segurança jurídica por ela fornecida. Quando há presença dos fatores objetivos de desgaste, a confiança na *ratio decidendi* torna-se injustificada, perdendo a razão de ser para que o tribunal empreenda a superação de forma prospectiva. Assim sendo, ao realizar uma superação que detenha eficácia prospectiva, o órgão julgador deve fundamentar adequadamente, demonstrando as razões que o impelem a realizar a superação prospectiva, bem como as razões para que o ponto inicial da eficácia da nova *ratio* seja aquele escolhido, e não qualquer outro. MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 352.

[296] Art. 927, [...] § 3º Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica. (BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 março 2015). Ao comentar a orientação normativa, Daniel Mitidiero destaca que "[...] em regra, a alteração tem eficácia retroativa, sendo excepcional a possibilidade de se outorgar eficácia para frente à sua superação". (MITIDIERO, Daniel. **Superação para frente e modulação dos efeitos:** precedente e controle de constitucionalidade no direito brasileiro. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021**,** p. 61). Sobre o artigo 927, §3º do CPC/2015, Hermes Zaneti Jr. defende que o rol não é taxativo, e a modulação poderá ser observada em todos os casos em que há modificação do precedente obrigatório. (ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 354). No mesmo sentido, Victor Miranda defender tratar-se de rol exemplificativo, pois a "[...] modulação deve ser realizada em todas as situações nas quais o posicionamento do Poder Judiciário tenha gerado uma confiança quanto à pauta de conduta do Jurisdicionado". Ademais, defende a natureza imperativa da norma, diante da regra prevista no artigo 23 da LINDB. (VASCONCELOS, Victor Miranda. **Precedentes judiciais:** construção e aplicação da *ratio decidendi*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022, p. 278).

[297] Importante destacar que, apesar de considerada uma forma de modulação de efeitos, que visa ajustar a eficácia temporal do precedente, o modelo se diferencia da modulação dos efeitos prevista no artigo 27 da Lei n.º 9.868, que trata do ajuste temporal da decisão que declara a inconstitucionalidade de norma. Conforme defende Lucas Buril, "[...] Os precedentes judiciais, por sua vez, tanto no controle difuso como no concentrado, podem ter sua eficácia temporal ajustada mediante o emprego da técnica da superação prospectiva, em qualquer de suas variações, conforme o caso concreto e a partir do seu regime específico, ligado à segurança jurídica e à tutela da confiança legítima" (art. 927, §3º e 4º, CPC/2015). (MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 424). Hermes Zaneti Jr. reconhece que "em um sistema jurídico que

Segundo Hermes Zaneti Jr., a doutrina compreende que, não realizada a modulação dos efeitos da decisão que altera o precedente, a eficácia poderá ter efeitos *ex tunc* – incide em fatos anteriores, ainda não acobertados pela coisa julgada –, *ex nunc* – atinge apenas os fatos futuros, ocorridos após o precedente –, ou dependerá da análise realizada pelo julgador do caso concreto, que poderá observar ou não o novo precedente. Defende que a melhor solução é a que permite a análise a partir do caso concreto, ao que denomina de "ponderação dos efeitos da modulação da alteração do precedente" .[298]

Conforme o autor, "o tribunal deverá sopesar a confiança legítima depositada no precedente anterior (em razão da estabilidade de sua própria jurisprudência) com efeitos jurídicos estabelecidos na *ratio decidendi* do novo precedente [...]"[299].

Ainda sobre o assunto, Luiz Guilherme Marinoni defende três hipóteses de regulação dos efeitos temporais em relação ao novo precedente, de acordo com as circunstâncias: outorga de efeitos prospectivos à decisão revogadora, com permanência das situações já aperfeiçoadas pela decisão revogadora; excluir dos efeitos retroativos apenas em relação aos processos em curso; e, por fim, possibilitar a produção de efeitos do novo precedente à data ou evento futuro.[300]

---

reconhece a possível vinculação para o futuro é necessário que a modulação dos efeitos da decisão seja possível para todos os casos em que se apresente a exigência jurídica de uma regra de transição, por força da lógica da continuidade jurídica. Essa premissa decorre da proteção da confiança legitima dos jurisdicionados que até aquele momento entendiam estar atuando em conformidade ao direito". (ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 352). Do mesmo modo, reconhecendo a distinção entre a modulação dos efeitos da decisão que supera precedente e a modulação dos efeitos de decisão que declara norma inconstitucional: VASCONCELOS, Victor Miranda. **Precedentes judiciais:** construção e aplicação da *ratio decidendi*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022, p. 270.

[298] ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 353. Ocorre que, tal compreensão poderá resultar em grave insegurança e resultar em decisões que impõem tratamentos conflitantes, ora determinando a incidência do antigo precedente, ora do novo precedente. Além disso, não expressa a própria orientação prevista no artigo 927, §3º do CPC/2015, quanto à modulação dos efeitos da decisão que superou o precedente, uma vez que a modulação deve ser realizada ao tempo da decisão que fixou o novo precedente.

[299] ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021, p. 354.

[300] (MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios.** São Paulo. Thomsin Reuters Brasil, 2022, p. 370-371). Inclusive, o autor destaca o dever também do Superior Tribunal de Justiça de utilização da técnica da limitação dos efeitos retroativos. (MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios.** São Paulo. Thomsin Reuters Brasil, 2022, p. 384).

Em entendimento restritivo quanto à aplicação do novo precedente, Daniel Mitidiero defende a sua observância apenas para os casos futuros, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica, liberdade e igualdade.[301]

Outro importante instrumento aliado à superação é a técnica da sinalização (*signaling)*[302], a ser realizada pelo Corte responsável pela superação do precedente.

Segundo Antonio do Passo Cabral

> [...] o tribunal veicula a informação de que estará revendo, reavaliando, reapreciando, em casos futuros, o posicionamento até então mantido e reiterado. O anúncio equivale a uma pronúncia de que a corte "duvida" da correção do entendimento aplicado até aquele momento, e portanto se afigura possível a alteração de sua conclusão a respeito do tema. Este tipo de decisão não é um pressuposto para a modificação da jurisprudência, e tampouco poderia ser enxergado como uma obrigatoriedade para os tribunais, até porque as próprias características deste tipo de comunicação mostram que a corte ainda considera haver necessidade de alguma reflexão adicional antes que a mudança seja implementada, caso contrário já o teria feito. Assim, o conteúdo do anúncio não é vinculativo, nem para as instâncias inferiores, nem para o próprio tribunal. Vale dizer, pode haver o anúncio sem que posteriormente a mudança de jurisprudência se verifique.[303]

Diante de tantos critérios estabelecidos pelo ordenamento jurídico para viabilizar a criação de novo precedente, não é possível sustentar o cabimento da ação rescisória.

Segundo Nelson Nery e Rosa Nery,

> A decisão fundada em interpretação jurisprudencial que reconhecia a norma jurídica como constitucional não pode ser atacada pela ação rescisória (art. 966, V, do CPC/2015), ajuizada com fundamento na modificação da orientação jurisprudencial que agora reconhece a norma como inconstitucional. Não cabe rescisória por *mudança de interpretação* da lei pelos tribunais.

---

[301] MITIDIERO, Daniel. **Superação para frente e modulação dos efeitos:** precedente e controle de constitucionalidade no direito brasileiro. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 63.

[302] Victor Miranda concede ainda mais abrangência ao princípio da segurança jurídica nos casos de superação, ao defender que a técnica de sinalização também depende de um contraditório qualificado. Dispõe que para "[...] o correto manuseio dessa técnica no direito brasileiro deve o tribunal dilatar o contraditório, qualificando-o e dando publicidade adequada sobre o sentimento de desgaste da norma do precedente, para que se possibilite, a partir de então, o enfrentamento – em outra oportunidade – da *ratio decidendi* ou mesmo da tese jurídica, seja para mantê-la, seja para fins de superação, desde que se revista do mesmo procedimento estruturado relacionado à formação do precedente qualificado". (VASCONCELOS, Victor Miranda. **Precedentes judiciais:** construção e aplicação da *ratio decidendi*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022, p. 267).

[303] Acesso em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1282730/Antonio_do_Passo_Cabral.pdf>. p. 33. Ainda, a respeito disso, é o enunciado n.º 320 do Fórum Permanente de Processualistas Civis: Os tribunais poderão sinalizar aos jurisdicionados sobre a possibilidade de mudança de entendimento da corte, com a eventual superação ou a criação de exceções ao precedente para casos futuros. Acesso em: <https://institutodc.com.br/wp-content/uploads/2017/06/FPPC-Carta-de-Florianopolis.pdf>. Segundo Victor Vasconcelos Miranda, a técnica "[...] visa prestigiar a confiança justificada depositada no Poder Judiciário na definição das pautas de conduta pelos jurisdicionados". (VASCONCELOS, Victor Miranda. **Precedentes judiciais:** construção e aplicação da *ratio decidendi*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022, p. 263).

> A mudança da orientação jurisprudencial só pode produzir eficácia para o futuro (*ex nunc)* e nunca retroagir alcançando situações já acobertadas pela coisa julgada material. Admitir-se essa retroação em virtude de nova interpretação e, por consequência, permitir ação rescisória para desconstituir coisa julgada legítima, fere princípio da boa-fé objetiva, que garante o administrado, o contribuinte e o jurisdicionado contra atos do poder público praticados em desconformidade com sua conduta anterior, incidindo na proibição de *venire contra factum proprium*[304]*.*

Além de socorrer à formação da coisa julgada, a atenção ao princípio da igualdade e segurança jurídica são institutos que, para parte da doutrina, inviabilizam o cabimento da ação rescisória. Sobre a questão, Daniel Mitidiero pondera que

> [...] a alteração do precedente *não pode ter eficácia retroativa,* sendo eficaz tão somente para o *futuro.* Trata-se de proteção que diante da *Supreme Court* estadunidense, por exemplo, é outorgada mediante a adoção da *prospective overruling*. É que, do contrário, há ofensa à igualdade e à segurança jurídica como cognoscibilidade e como confiabilidade, na medida em que pessoas que atuaram sincronicamente sob a mesma base normativa lograriam diferentes respostas interpretativas por conta de uma diacrônica alteração do precedente.[305]

Diante disso, a alteração mencionada não possibilita o ajuizamento de ação rescisória, na forma do artigo 966, V do CPC/2015.

---

[304] NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 1945-1946. No mesmo sentido: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo da. **Curso de direito processual civil:** o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 626. A posição dos autores está amparada na segurança jurídica e, inclusive, mencionam posicionamento do STF no RE 590.809. Araken de Assis, igualmente, defende que "[...] efeito retroativo infrigiria o direito fundamental à segurança jurídica. Nem à lei em sentido formal se confere retroação máxima, muito menos ao seu filho espúrio chamado precedente". (ASSIS, Araken de. **Ação rescisória.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 226).

[305] O autor acrescenta que "a teoria lógico-argumentativa, em momento de crise de estabilidade do significado normativo, salvaguarda o caráter potencialmente equívoco da linguagem jurídica e, por meio da igualdade e da segurança jurídica, protege todos aqueles que conheciam seus precedentes e por eles se pautaram. A *igualdade* está em tratar *todos que atuaram em determinado momento temporal de forma isonômica,* seja por *razões individuais* ligadas à formação da coisa julgada, seja por *razões gerais* atinentes ao *conhecimento de determinado precedente* e à *confiança* nele depositada. A segurança está na *proteção contra a irretroatividade* que pode ser evidenciada pela mudança do precedente, protegendo-se a atuação fundada na cognoscibilidade ofertada pelo precedente anterior. Em todos esses casos, a Corte Suprema revela seu caráter *proativo,* cuja função está em orientar a conduta social para o *futuro*". (MITIDIERO, Daniel. **Cortes superiores e cortes supremas:** do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. 4ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. p. 90-91).

4 CONCLUSÃO

O Código de Processo Civil através da Lei 13.105 determinou a inauguração de uma nova era do sistema processual civil.

Acerca da ação rescisória, o CPC/2015 determinou expressiva alteração em relação ao que estava previsto no Código de Processo Civil de 1973, o qual limitava o cabimento da ação rescisória contra decisões que violassem “literal dispositivo de lei”, assim como também estava previsto no Código de Processo Civil de 1939.

Anteriormente à vigência do CPC/2015 e dentro do contexto do CPC/1939, o Supremo Tribunal Federal iniciou a construção do entendimento que, mais tarde, resultou na criação do enunciado da Súmula 343, a qual, a partir de diversos pronunciamentos realizados pela Corte ao longo dos anos, consagrou uma via que limita o cabimento da ação rescisória em relação aos casos em que identificada a divergência entre tribunais ao tempo da decisão que se pretende rescindir.

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, verificou-se, no ambiente do próprio Supremo Tribunal Federal, que os entendimentos acerca da amplitude e aplicabilidade do enunciado sumular sempre estiveram pautados em divergências.

Ao mesmo tempo, dentre outras modificações, o CPC/2015 instituiu importantes alterações que aprimoraram o sistema de precedentes.

Dentre os objetivos perseguidos pelo atual sistema processual, é possível ressaltar a maior busca pela concretização de uniformidade, maior alcance ao princípio da legalidade e ao princípio da segurança jurídica, redução de atuação discricionária, muitas vezes impedindo uma interpretação subjetiva da norma, e pela amplificação da celeridade e da economia processual.

No entanto, com base nesse novo contexto, tanto relacionado à ampliação do cabimento da ação rescisória, como em relação à teoria dos precedentes, as discussões acerca da aplicabilidade do enunciado da súmula se renovaram.

Diante disso, o estudo analisou a possibilidade de sustentar a aplicabilidade do enunciado da súmula 343 do STF, como instrumento de controle à ação rescisória fundamentada no artigo 966, V do CPC/2015, a partir da atual teoria dos precedentes, da teoria da interpretação e do contexto histórico de origem e aprovação do enunciado da súmula 343 do Supremo Tribunal Federal.

O estudo apontou que dentro desses parâmetros e a partir das premissas fixadas, ainda permanece um ambiente de muita divergência.

No entanto, a aplicabilidade do enunciado persiste, mas deve ser realizada a partir de um equilíbrio constante entre a celeridade e efetividade, mas, ao mesmo tempo, o respeito aos precedentes, com o objetivo de racionalizar o sistema através de decisão mais justa, da confiança das decisões e viabiliza a busca à efetiva realização da segurança jurídica, institutos indispensáveis ao Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. **Curso de Processo Civil Coletivo.** 4ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

ARRUDA ALVIM, Teresa. **Nulidades do processo e da sentença.** 10ª ed. São Paulo: RT, 2019.

ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno Dantas. **Precedentes, recurso especial e recurso extraordinário.** 7. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

ARRUDA ALVIM, Teresa. CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins. **Ação rescisória e *querela nullitatis.*** São Paulo. Thomson Reuters, 2020.

ASSIS, Araken de. **Ação rescisória.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

ATAÍDE JR. Jadelmiro Rodrigues de. Capítulo VII – Da ação rescisória**.** In: ARRUDA ALVIM, Eduardo *et al* (Coord.). **Comentários ao Código de Processo Civil:** Lei n. 13.105/2015. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIZARRIA, Juliana Carolina Frutuoso. **Ação rescisória e precedentes.** 1 ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

BRASIL, Decreto 763 (1890). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d763.htm. Acesso em: 18 de fev. 2023.

BRASIL, Decreto 737 (1850). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-737-25-novembro-1850-560162-publicacaooriginal-82786-pe.html. Acesso em: 18 de fev. 2023.

BRASIL. **Institui o Código de Processo Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1939.

BRASIL. **Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951**. Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao mandado de segurança. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 31 dezembro 1951.

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 janeiro 1973.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 março 2015.

BRASIL, Senado Federal. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil.** Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Exposição de motivos do Código de Processo Civil de 2015.** Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AI 23562-SP, Relator: Ministro Nelson Hungria, DJ: 13/11/1961. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 64, Relator: Ministro Costa Manso, DJ: 25/05/1938. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 02 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 111, Relator: Ministro Annibal Freire, DJ: 20/12/1944. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 dez. 2023.
BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 127, Relator: Ministro Philadelpho Azevedo, DJ: 15/10/1945. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 259, Relator: Ministro Barros Barreto, DJ: 27/11/1952. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 602-El/RJ, Relator: Ministro Gonçalves de Oliveira, DJ: 11/06/1964. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur211558/false. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 627, Relator: Ministro Luiz Gallotti, DJ: 03/04/1963. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 868, Relator: Ministro Aliomar Baleeiro, DJ: 13/12/1974. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 07 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 1271, Relator: Célio Borja, DJ: 06/09/2001. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AR 1326, Relator: Maurício Corrêa, DJ: 06/06/1997. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decreto 20.106 (1931). Disponível em: https://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/REGIMENTOINTERNO1940.PDF. Acesso em: 09/03/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 14831, Relator: Ministro Orozimbo Nonato, DJ: 03/07/1952. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 17796, Relator: Ministro Macedo Ludolf, DJ: 16/10/1950. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 30424-SP, Relator: Ministro Ribeiro da Costa, DJ: 25/10/1956. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 41407/DF, Relator: Ministro Antonio Villas Boas, DJ: 03/09/1959. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 02 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 41407-DF, Relator: Ministro Antonio Villas Boas, DJ: 03/09/1959. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur59794/false. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 50046-RJ, Relator: Ministro Victor Nunes, DJ: 14/06/1963. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur64002/false. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 57075-RJ, Relator: Ministro Anotnio Villas Boas, DJ: 29/10/1964. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 590.809 RG, Relator: Marco Aurélio, DJ: 13/03/2009. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 102.546-8, Relator: Djaci Falcão, DJ: 01/04/1985. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 171.727-1, Relator: Carlos Velloso, DJ: 02/08/2002. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 235.794-7 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 14/11/2002. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 328812 AGR, Relator: Gilmar Mendes, DJ: 11/04/2003. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n° 333**. Brasília, DF. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula343/false. Acesso em: 15 de fev. 2024.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Cursos sistematizado de direito processual civil.** 12ª ed. v. I. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas:** entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

CARDOSO, Juliana Provedel. **O modelo brasileiro de processo coletivo.** Salvador: JusPODIVM, 2018.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria geral do processo.** 21ª ed., São Paulo: Malheiros, 2005.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo da. **Curso de direito processual civil:** o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo.** 16ª ed. São Paulo: JusPODIVM. 2022.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed. Salvador: JusPODIVM. 2020, v. I.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil.** 10ª ed., Salvador: JusPODIVM. 2020, v. V.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vascocnellos Carrilho. **Teoria geral do novo processo civil.** 21ª ed., São Paulo: Malheiros, 2016.

EID, Elie Pierre. **Impugnação das decisões judiciais:** reconstrução da relação entre recursos e ações autônomas de impugnação. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LEAL, Victor Nunes. **Passado e futuro da súmula do STF.** Revista de direito administrativo, Rio de Janeiro, v. 145, p. 1-20, jul./set. 1981.

LESSA, Guilherme Thofehrn. **Precedentes judiciais e raciocínio jurídico:** aplicação, analogia e distinção. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil.** 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

MARINONI, Luiz Guilherme. **A intangibilidade da coisa julgada**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ enquanto corte de precedentes:** recompreensão do sistema processual da corte suprema. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios.** São Paulo. Thomsin Reuters Brasil, 2022.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Ação rescisória:** do juízo rescindente ao juízo rescisório. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado da ação rescisória:** das sentenças e de outras decisões. Atualizado por Nelson Nery Júnior e Geogers Abboud. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MITIDIERO, Daniel. **Cortes superiores e cortes supremas:** do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. 4ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

MITIDIERO, Daniel. **Superação para frente e modulação dos efeitos:** precedente e controle de constitucionalidade no direito brasileiro. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021,

MITIDIERO, Daniel Francisco. **O problema da invalidade dos atos processuais no direito processual civil brasileiro contemporâneo.** In: Academia brasileira de direito processual civil.

MITIDIERO, Daniel. ***Ratio decidendi:*** quando uma questão é idêntica, semelhante ou distinta? São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao código de processo civil.** 17. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. V.

NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 20ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

OLIVEIRA, Paulo Mendes de. **Coisa julgada e precedentes:** análise das relações jurídicas de trato continuado. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OSNA, Gustavo. **Direitos individuais homogêneos.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2014.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Fundamentos da tutela coletiva.** Brasília. Gazeta Jurídica. 2017.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Sistema de precedentes ou meros filtros redutores de demandas repetitivas? Angústias e desconfianças.** Revista de Processo | vol. 259/2016 | p. 307 - 329 | Set / 2016DTR\2016\22779. Disponível em: (PDF) SISTEMA DE PRECEDENTES OU MEROS FILTROS REDUTORES DE DEMANDAS REPETITIVAS? ANGÚSTIAS E DESCONFIANÇAS | Marcelo Abelha - Academia.edu. Acesso em 22/10/2022.

SANTOS, Welder Queiroz dos. **Ação Rescisória por Violação a Precedente.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada e sua revisão.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

TARUFFO, Michele. **Precedente e Giurisprudenza.** Napoli: Editoriale Scientifica, 2007.

TEMER, Sofia. **Incidente de resolução de demandas repetitivas.** 5ª ed. Salvador, JusPODIVM, 2022.

TESHEINER, José Maria. **Pressupostos processuais e nulidade no processo civil.** São Paulo: Saraiva, 2000.

VASCONCELOS, Victor Miranda. **Precedentes judiciais:** construção e aplicação da *ratio decidendi*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022.

ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Salvador, JusPODIVM, 2021.